



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

LARISSA DE OLIVEIRA BUSTILLOS VILLAFAN

**MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: FRAGMENTOS DE
MEMÓRIA NO EXPERIMENTO COM A BIBLIOTECA DE LEANDRO
KONDER**

Rio de Janeiro

2022

LARISSA DE OLIVEIRA BUSTILLOS VILLAFAN

**MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: FRAGMENTOS DE
MEMÓRIA NO EXPERIMENTO COM A BIBLIOTECA DE LEANDRO
KONDER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Linha: Memória e Patrimônio

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Dodebei

Rio de Janeiro

2022

V713 Villafan, Larissa de Oliveira Bustillos.
Marcas de proveniência bibliográfica: fragmentos de memória no
experimento com a biblioteca de Leandro Konder / Larissa de Oliveira
Bustillos Villafan. – Rio de Janeiro, 2022.

115 f. : il. (principalmente color.)

Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-graduação em Memória
Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, 2022.

Orientadora: Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos
Dodebei.

1. Marcas de proveniência. 2. Biblioteca particular. 3. Memória
social. 4. Leandro Konder. I. Dodebei, Vera. II. Título.

CDD: 090

LARISSA DE OLIVEIRA BUSTILLOS VILLAFAN

**MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: FRAGMENTOS DE
MEMÓRIA NO EXPERIMENTO COM A BIBLIOTECA DE LEANDRO
KONDER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Lobélia da Silva Faceira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Antonio José Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Maria José Veloso da Costa Santos (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Dedico esse trabalho à **Alcides e Sueli**. Obrigada,
amo vocês (muito)!

AGRADECIMENTOS

Acredito que os três anos que passei cursando o mestrando foram os mais difíceis, dolorosos e desafiadores da minha vida. Nunca imaginei que, para além das adversidades já previstas nas atividades acadêmicas de um programas de Pós-Graduação, eu ainda seria (como todos) atravessada por uma pandemia que desestabilizaria toda minha estrutura de vida. Escrever essa dissertação em um período que temi pela minha vida e, principalmente, pela vida daqueles que amo, em muitos momentos não chegou a fazer qualquer sentido. Ainda assim, ela está aqui. De algum modo, a escrita tomou forma, e tenho certeza que isso se deve àqueles que estou listando nesse momento.

A **Vera Dodebei**, minha querida orientadora, agradeço pela sensibilidade nesse período tão difícil. Obrigada pelas trocas generosas e afetuosas, pelos cafés/chás remotos nas sextas feiras – momentos em que transitou entre “a orientadora”, grande e imprescindível parceira intelectual dessa pesquisa, e “a amiga”, que compreendia meus entraves de pesquisa e buscava sempre me tranquilizar, conversando sobre flores, romances, viagens, cinema, etc. Sou muito grata por ter tido ao meu lado uma orientadora que sabia que para produzir bem, eu precisava estar bem também. Muito obrigada, Vera!

A **Maria José Veloso da Costa Santos**, ou simplesmente “Mazé”, que sempre acreditou no meu potencial (enquanto eu só fazia duvidar), me ajudou durante todo o processo seletivo do mestrado e me supervisionou posteriormente no estágio em docência. Tenho uma dívida intelectual com Mazé que provavelmente nunca será paga. É a melhor professora que já tive, tão encantadora e inspiradora que, ao final, eu só queria ser como ela. Sinto saudades (muitas), Mazé! Obrigada!

Aos **professores do PPGMS**, em especial aqueles que ministraram as disciplinas que participei como aluna. Um muitíssimo obrigada para: Regina Abreu, Maria Amália de Oliveira, Vera Dodebei, Evelyn Orrico, Javier Lifschitz, Denise Maurano, Leila Beatriz Ribeiro (*in memoriam*), Lobélia Faceira, Edlaine Gomes, Johanna Gondar e Eliezer da Silva. Aproveito para agradecer ao Lucas Oliveira, secretário super eficiente do programa, sempre disposto e preparado para ajudar (em muitos casos, socorrer haha) alunos confusos.

Ao grupo de pesquisa “Memória e digitalidade”, da professora Vera Dodebei, formado pelos colegas João Marcelo Struchi, Marina Damin, Jayme de Pinho Neto, Maria Thereza Sotomayor e Tesla Coutinho. Nossos encontros foram poucos, mas sempre profícuos e

acolhedores. Todos ouviram sobre meu projeto de pesquisa e procuraram colaborar com suas próprias ideias. Queridos, obrigada!

Aos meus colegas de turma, que fizeram parte dessa trajetória e com quem tive muitas trocas, debates, angústias e conquistas em comum. Aproveito para agradecer, especialmente, a **Higor Carvalho**, sempre muito divertido e afetuoso, que me passou tanta energia positiva durante as aulas do primeiro ano de mestrado, e a **Ingrid Rocha Guimarães**, colega de turma que, no percurso do mestrado, tornou-se uma grande amiga e também meu porto seguro. Ingrid, você é maravilhosa! Obrigada por ter estado comigo durante todo esse caminho que, sem dúvida alguma, teria sido muito mais solitário sem sua amizade e presença constante.

A **Maria Cecília Jardim Barros**, grande amiga que fiz na graduação e que tive a felicidade de poder contar em nossas respectivas pós-graduações. Ainda que em programas diferentes, passamos por muita coisa em comum e sou infinitamente grata por ter trocado experiências (boas e ruins) da vida acadêmica. Sou particularmente grata a Cecília (e a Mazé) por ter me mantido atualizada nos estudos de Representação Descritiva, grande paixão que temos em comum.

A **Luíza Thomaz**, melhor amiga da vida e provavelmente uma das melhores pessoas que já conheci... Nossa...tenho tanto a agradecer! Luh, muito obrigada pela amizade sempre tão presente, pela revisão cuidadosa e generosa desse texto e – amiga, coitada de você – por ter passado pela prova de resistência que foi tomar café comigo nos últimos três anos, momentos que julguei oportunos para resmungar sobre as dificuldades e sofrimentos da pós-graduação. Obrigada, Luh!

Ao meu núcleo familiar: **Karina Villafan**, minha grande amiga (além de irmã mais nova), agradeço pelo afeto, por me fazer rir e me inspirar sempre com sua coragem, irreverência e vontade de viver a vida sempre com tanta intensidade. Obrigada se manter tão presente em minha vida ainda que morando no outro lado do mundo. Aos meus pais, **Alcides Bustillos Villafan Filho** e **Sueli de Oliveira Bustillos Villafan**, agradeço por tudo que fizeram por mim. Não foi um período fácil, mas, em meio a tanta turbulência, no final do dia eram vocês que eu tinha ao meu lado. Obrigada!

Aos membros de minha banca avaliadora, **Antonio José Barbosa de Oliveira**, **Lobélia Faceira** e **Maria José “Mazé” Veloso da Costa Santos**: sou extremamente grata por terem aceitado nosso convite (eu quis exatamente essa banca desde o primeiro dia do mestrado!), pela

disponibilidade de vocês, pelo tempo investido na leitura desse trabalho e pelas sugestões que o tornaram ainda melhor. Sei bem que são professores extremamente ocupados, então agradeço (demais!) pela flexibilidade que criaram na agenda para ler e avaliar essa dissertação.

A **Biblioteca Central da PUC-Rio** eu agradeço pela oportunidade de ter trabalhado com essa coleção apaixonante que é a biblioteca do Professor Leandro Konder. Agradeço a equipe dessa biblioteca, composta por profissionais atenciosos, competentes e sempre dispostos a colaborar com pesquisadores.

À **CAPES** sou extremamente grata pela bolsa de estudo que pude contar e que me permitiu dedicação exclusiva a essa dissertação. Aproveito para agradecer também a **ANPG** (Associação Nacional de Pós-graduandos) por não ter poupado esforços nas tentativas de assegurar os direitos dos alunos durante esse período tão difícil.



“I have sought for happiness everywhere, but I have found it nowhere except in a little corner with a little book.”

(Thomas a Kempis)

RESUMO

A pesquisa parte do experimento com uma seleção de marcas identificadas na biblioteca particular do filósofo marxista Leandro Konder (1936-2014). Objetiva investigar o conceito de marcas de proveniência bibliográfica, compreendendo-as enquanto memória em estado virtual que, a partir de uma atualização no tempo presente, possibilitam a reconstrução fragmentada da trajetória de vida do colecionador. Estabelece uma relação entre os conceitos de biblioteca, biblioteca particular, memória e patrimônio, visando verificar a conexão entre acervos sociais e acervos pessoais que reúnem, também, memórias coletivas e patrimoniais. Discorre sobre o que são, afinal, as marcas recorrentemente identificadas em objetos bibliográficos, suas opções de entradas terminológicas e o contexto em que estão inseridas e sendo estudadas até o presente momento. Elucida, através de amostras explicativas, semelhanças e diferenças entre alguns tipos de marcas de proveniência bibliográfica. Apresenta as marcas de proveniência (anotações, assinatura, dedicatória e marginália) identificadas em alguns itens da biblioteca de Leandro Konder, tencionando conectar esses objetos informacionais com algumas passagens da história de vida do colecionador.

Palavras-chave: Marcas de proveniência. Biblioteca Particular. Memória social. Leandro Konder.

ABSTRACTS

The research starts from the experiment with a selection of marks identified in the private library of the marxist philosopher Leandro Konder (1936-2014). It aims to investigate the concept of bibliographic provenance marks, understanding them as memory in a virtual state that, from an update in present time, enables the fragmented reconstruction of the collector's life trajectory. It establishes a relationship between the concepts of library, private library, memory and heritage, aiming to verify the connection between social collections and personal collections that also bring together collective and heritage memories. It discusses what are, after all, the marks recurrently identified in bibliographical objects, their options for terminological entries and the context in which they are inserted and being studied up to the present moment. It elucidates, through explanatory samples, similarities and differences between some types of bibliographic provenance marks. It presents the provenance marks (annotations, signature, dedication and marginalia) identified in some items of Leandro Konder's library, intending to connect these informational objects with some passages of the collector's life history.

Key Words: Marks of provenance. Private library. Memory. Leandro Konder.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fotografia de Leandro Konder.....	17
Figura 2	Assinatura manuscrita de Leandro Konder.....	17
Figura 3	Marcas manuscritas de um leitor desconhecido em um salmo de Robert Parsons (1585),.....	62
Figura 4	Livro marcado em 1583: “Extremamente sujo” ou “Usado com devoção?”	64
Figura 5	Exemplos de remoções de marcas de antigos proprietários.....	79
Figura 6	Marginália de Walt Whitman em um artigo de John Wilson, <i>Christopher under Canvas</i>	74
Figura 7	Marginália de Flavio Antonio Gyraldi e Giovanni Baptista Pigna em <i>Poetica Horatiana</i> de Giovanni Baptista Pigna.....	74
Figura 8	Marginália de Stanley Kubrick em exemplar de <i>O Iluminado</i> , de Stephen King.....	77
Figura 9	Dedicatória manuscrita a Rubens Borba de Moraes.....	79
Figura 10	Ex Libris de Manuel Abreu Guimarães: primeiro Ex Libris brasileiro	82
Figura 11	Tipos de Ex Libris.....	83
Figura 12	Marca de censura em <i>Histoire de Carlos XII</i> , de François-Marie Arouet de Voltaire	84
Figura 13	Página censurada de <i>Bibliotheca Institvta et collecta primvm</i> , de Gesner.....	84
Figura 14	Maldição no caixão do Rei de Sidon	87
Figura 15	Maldição em livro da biblioteca de Nínive, do Rei Assurbanípal	87
Figura 16	Anathema em um manuscrito espanhol de 1226	88
Figura 17	Anotações de Leandro Konder no livro <i>Georg Lukács</i> , editado por G.H.R. Parkinson	95
Figura 18	Dedicatórias de Carlos Nelson Coutinho à Leandro Konder	96
Figura 19	Dedicatória de Roberto [RAF] na obra <i>Livro do Jobi</i> de Alfredo Herkenhoff	98
Figura 20	Dedicatória de Consuelo de Castro na obra <i>Urgência e ruptura</i> de Consuelo de Castro	99
Figura 21	Dedicatórias de Leandro Konder à Cristina Konder	101
Figura 22	Assinatura de Leandro Konder em <i>Lettres</i> , de Flora Tristan	102

Figura 23	Marginália de Leandro Konder em <i>Lettres</i> , de Flora Tristan	103
Figura 24	Anotações de Leandro Konder em <i>Linguagens e comunidades</i> , de Peter Burke ..	104

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
LK	Leandro Konder
MoW	Programa Memória do Mundo
OED	<i>Oxford English Dictionary</i>
PC	Partido Comunista
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
PPGMS	Programa de Pós-Graduação em Memória Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
STI	Setor de Tratamento Técnico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	BIBLIOTECA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	25
2.1	A BIBLIOTECA NA ENCRUZILHADA ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO.....	25
2.2	BIBLIOTECA PARTICULAR OU BIBLIOTECA DO “EU”.....	33
2.3	O PERCURSO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO	40
2.4	PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	44
3	OS LIVROS QUE HABITO: A QUESTÃO DAS MARCAS DE PROVENIÊNCIA	52
3.1	SUPORTES QUE EVOCAM A MEMÓRIA	52
3.2	DO QUE REMANESCE: MARCA, RASTRO, TRAÇO, VESTÍGIO, RESTO E RUÍNA	54
3.3	LIVROS MARCADOS E SEUS “PEQUENOS MISTÉRIOS”.....	58
3.4	MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	72
4	BIBLIOTECA LEANDRO KONDER.....	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

*“Na companhia de poucos livros, mas eruditos /
Converso com os defuntos / E ouço os mortos com os
olhos.”*

(Francisco de Quevedo).

Nomeada “Marcas de proveniência bibliográfica: fragmentos de memória no experimento com a biblioteca de Leandro Konder”, a presente dissertação toma como objeto de estudo uma seleção de marcas identificadas em itens bibliográficos pertencentes à biblioteca particular do filósofo Leandro Konder (1936-2014), futura Coleção Especial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Investigando o objeto, acredita-se ser possível compreender determinadas marcas como vestígios que ancoram memórias individuais e coletivas da trajetória de vida do colecionador.

A motivação para a realização deste projeto partiu da experiência de estágio na Biblioteca Central da PUC-Rio, mais especificamente no Setor de Tratamento Técnico (STI). Na época, restando apenas um ano para a finalização da graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerei que o estágio no STI da PUC-Rio (referência no Brasil no que tange o tratamento técnico de seus itens) seria a oportunidade ideal para ganhar mais experiência naquilo que mais gostava de estudar: Catalogação. De fato, o aprendizado que obtive nessa área foi da excelência esperada de uma instituição como a PUC-Rio. Não esperado, no entanto, foi o encontro com o que à época chamei de “livros assombrados”. Antes de entrar nos tópicos convencionais e esperados de um texto acadêmico (e até mesmo para melhor embasá-los posteriormente), vou pedir licença, pois preciso contar essa história.

Fui apresentada aos livros de Leandro Konder na segunda semana de estágio na PUC-Rio, em agosto de 2017. Um dos bibliotecários do setor explicou brevemente que Leandro Konder, morto em 2014, havia sido um grande filósofo marxista em vida, além de um muito estimado, querido e respeitado professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade. Após sua morte, a Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio, com intermédio do Núcleo de Memória da PUC-Rio, recebeu, em doação, a Biblioteca do Professor,

acervo esse que integraria futuramente o conjunto de coleções especiais da instituição. Uma de minhas atividades de estágio seria o preenchimento dos dados mínimos¹ desses itens.

À época, lembro de ter escutado sobre os feitos do Professor Leandro Konder com certo desinteresse, atentando somente às orientações referentes ao tratamento técnico dos exemplares de sua biblioteca. Quando finalmente entrei em contato com a coleção... bem, fiquei apavorada. Não eram como os livros com os quais eu estava acostumada. Sempre gostei do famoso “cheiro de livro novo”, e até mesmo os usados que adquiria em sebos eram seminovos ou estavam em excelente estado de conservação. Muitos dos livros de Konder, entretanto, eram extremamente antigos e gastos. Nem a passagem pelo setor de restauração conseguiu reverter o estado de velhice de parte considerável dos exemplares – que ainda se fazia notar na poeira excessiva, nas páginas extremamente amareladas, nos buraquinhos deixados por traças e até mesmo na própria decomposição pela qual alguns exemplares passavam em nossas mãos quando não eram tratados com extrema delicadeza. Os sinais do tempo e da mortalidade daqueles livros eram mais que visíveis, eram gritantes e, como alérgica, não pude deixar de pensar com certa ironia: “Que bom que a PUC-Rio tem ambulatório! Vou precisar!”.

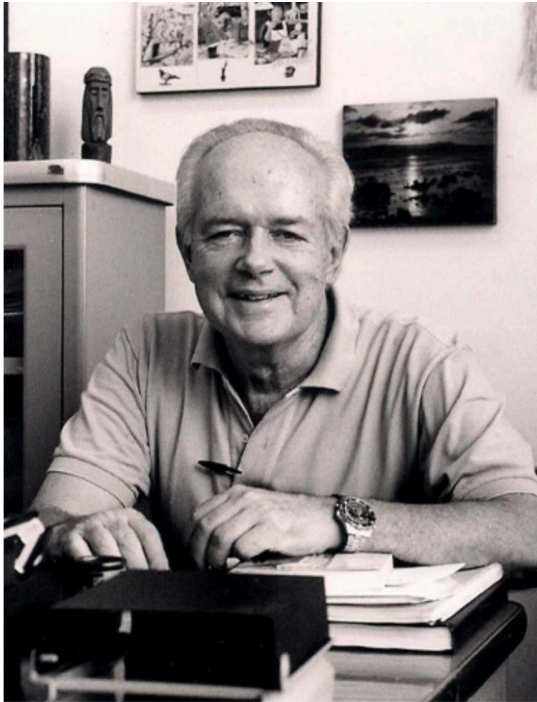
Naquele momento, ao ser instruída a utilizar máscara e luvas de proteção para tratar meus primeiros exemplares, declarei para mim mesma: “*Eu odeio esses livros desse tal de Leandro!*”. Hoje lembro disso e acho graça, paguei a língua logo depois.

Para minha surpresa, logo percebi que a senilidade daqueles objetos trazia nuances muito mais profundas e significativas do que a aparência inicial; menos de uma hora com eles foi o suficiente para que eu pudesse enxergar algumas delas. Leandro Konder, percebi, era dono de livros marcados das mais diversas formas. Esse foi meu segundo “espanto”, uma vez que sempre encarei o objeto livro como algo quase “sagrado”, que não pode ser marcado de forma alguma – minha formação, afinal, me ensinou a evitar a incorporação de livros marcados ao acervo de bibliotecas, e a aplicar multas e/ou restrições àqueles que pegam livros emprestados e devolvem com marcações. Leandro, em contrapartida, assinava seu nome nas páginas de rosto (figura 2) e depois marcava e anotava ao longo do livro: eram páginas e mais páginas seguidas sendo grifadas a lápis e/ou a caneta, com anotações manuscritas desde às margens até as últimas

¹ Preenchimento de dados mínimos é uma pré-catalogação realizada por estagiários e posteriormente revisada pelos bibliotecários do setor.

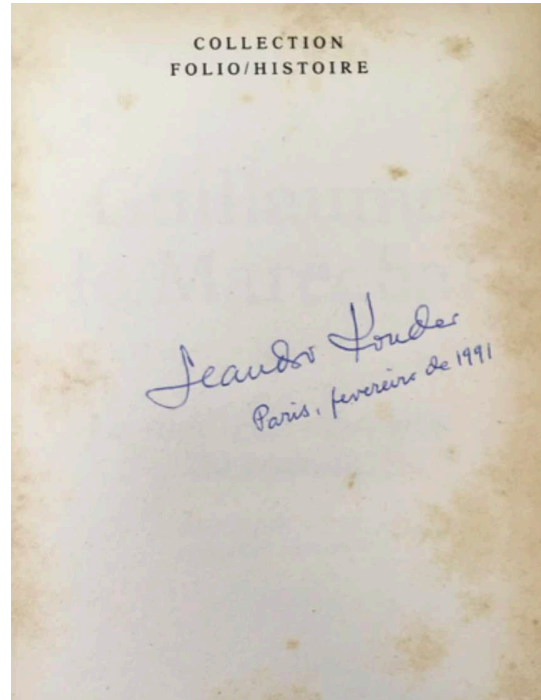
páginas, onde ele fazia seus próprios índices e, às vezes, resenhas de leitura. Grande parte dos livros vinha com dedicatórias de amigos, parentes, alunos, esposa.

Figura 1 – Fotografia de Leandro Konder



Fonte: Teoria e Debate (2014)

Figura 2 – Assinatura manuscrita de Leandro Konder



Fonte: A autora, fotografia obtida por câmara de celular

Em suas anotações, Leandro aparentava ser um homem inteligente, detalhista e extremamente bem-humorado. Compartilhava suas ideias com os exemplares, quase como em uma conversa. Frisava o que achava importante, fazia traduções, acrescentava detalhes às informações que o autor trazia, muitas vezes corrigia a gramática e até mesmo “brigava” com o autor quando considerava que esse havia cometido um erro gravíssimo.

Ao passo que descobria traços de Leandro através de seus livros, fui tomada por um misto de curiosidade e fascínio, mas também por uma certa cautela. Minha questão era: eu realmente tinha permissão para ler aquilo? Sentia como se estivesse tendo acesso a algo privado, íntimo demais para estar nas mãos de desconhecidos. Parecia um diário, e eu pergunto: quem, em sã consciência, permite que desconhecidos leiam seus diários? Quando isso me veio à mente, segurei o livro que estava em minhas mãos e olhei cautelosamente ao meu redor. Tensa,

pensei que a qualquer momento alguém diria algo do tipo: “Larissa, o que você está fazendo com isso?” e o livro seria arrancado de minhas mãos e guardado em um local privado e seguro, onde todo documento confidencial deve ser guardado. Isso nunca aconteceu. Os funcionários do setor seguiram sua rotina de trabalho normalmente e, em vez da represália esperada por estar “fuxicando” a vida pessoal de alguém, fui incentivada a prestar atenção nessas marcas para melhor descrevê-las no registro catalográfico do exemplar. Entendi que as marcações de Leandro deveriam ser evidenciadas, e não escondidas. O diário não era secreto.

Desde então, durante o período de um ano no qual estagiei na PUC-Rio, tratar a biblioteca de Leandro Konder tornou-se minha atividade favorita. As marcas deixadas na coleção apontavam para afetos, sensibilidades e práticas de intelectualidade das mais diversas, chegando ao ponto em que o colecionador – morto antes mesmo que eu tivesse a oportunidade de saber de sua existência – me parecia um querido conhecido. O objeto livro, conseqüentemente, ganhou novos significados e desígnios no momento em que percebi que esses, enquanto meios de acesso ao passado, podem eventualmente estar “assombrados” pelas marcações – fragmentos de memória – de seus antigos proprietários. Dessa forma, em vez de enxergar certas coleções apenas como um conjunto de *livros velhos*, passei a considerá-las como possível conjunto de, sim, *livros velhos*, mas *livros velhos* que também podem ser *raros* e/ou *especiais* – *memorabilias* que possibilitam que algumas memórias ainda possam ser contadas e reconstruídas, ainda que os indivíduos que as vivenciaram não estejam mais entre nós. À vista disso, declarei para mim mesma: “*Eu amo os livros de Leandro Konder!*”.

Dessa forma, a experiência obtida no estágio foi instigante e acabou por contribuir imensamente para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Todavia, ainda extremamente envolvida com a Coleção e as questões que seu trato me incitava, senti a necessidade de continuar a estudá-la, encontrando na pós-graduação um caminho que me parecia apropriado.

Após decidir pela continuidade da pesquisa, busquei entender em quais contextos as marcas identificadas em objeto bibliográficos estavam sendo estudadas. Ao longo da formação em Biblioteconomia, cheguei a ouvir em certas disciplinas que livros incorporados a acervos poderiam apresentar determinadas marcas (lembro de um professor citando o termo “marginália”, por exemplo), mas o estudo desses objetos informacionais, assim como o de acervos pessoais e bibliotecas particulares, não chegou a ser aprofundado durante a graduação.

Identifiquei a Biblioteconomia de Livros Raros e, também, os estudos acerca do Patrimônio Cultural como áreas de interesse ao objeto. Faria e Pericão (2008) definem livro raro como:

Aquele que é assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico [sic], papel, ilustrações, etc.); consideram-se geralmente livros raros os incunábulos, as publicações anteriores a 1800, as primeiras edições de obras literárias, científicas e artísticas, as obras com encadernações primorosas, **as obras que pertenceram a personalidades célebres e que apresentam a sua assinatura ou notas e sobretudo os exemplares únicos.** (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 783, grifo nosso).

Considerando a colocação das autoras, podemos pensar os livros marcados por Leandro em um contexto de raridade, uma vez que as marcações acabam muitas vezes por atribuir caráter de unicidade ao exemplar, tornando-o único e possibilitando a atribuição da característica de raridade necessária para que ganhe destaque nos estudos da Biblioteconomia de Obras Raras.



Marcas de proveniência bibliográfica

O termo marcas de proveniência vem ganhando destaque ao ser utilizado por pesquisadores de diversas áreas, a exemplo do ciclo de palestras “As Marcas de Proveniência e a Cultura Material”, realizado remotamente em 2020 pelo Grupo de Pesquisa Estudos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental. No âmbito da História do Livro, o termo “proveniência” é tido como inscrições (Ex Libris, marginália, carimbo, selo branco, entre outras) de antigos proprietários que possibilitam a identificação da proveniência da espécie, revestindo um interesse em particular para bibliotecas quando se identifica que o exemplar pertenceu anteriormente a uma personalidade conhecida (FARIA; PERICÃO, 2008).

A proveniência também está diretamente relacionada com a posse do livro, por isso o termo propriedade – ou marcas de propriedade – também é utilizado de maneira recorrente, bem como marca de uso.

Cabe ressaltar que são diversas as opções terminológicas passíveis de serem atribuídas às marcas manuscritas identificadas em objetos bibliográficos, o que aponta para a carência de

uma padronização terminológica que auxilie efetivamente na identificação e descrição de livros raros e acervos de memória, e, por conseguinte, na preservação do patrimônio bibliográfico. Sobre isso, convém assinalar que a linguagem documentária “[...] proporciona não só o controle das dispersões semânticas e sintáticas da língua natural, como também delimita o domínio conceitual do campo de estudo em questão” (DODEBEI, 2002, p. 46), o que aponta a confusão terminológica nos estudos das marcas como uma adversidade, uma vez que acaba por dispersar comunicações que, na essência, tratam do mesmo assunto. Há, dessa forma, a necessidade de ponderar sobre essa confusão terminológica para, posteriormente, melhor descrever, classificar, indexar e, por conseguinte, recuperar comunicações que tratam do campo de estudo em questão. Nesse contexto, algumas ações estão sendo tomadas, a exemplo da iniciativa da PLANOR (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras) de elaborar um glossário² ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória.



Memória

Na Antiguidade, os gregos tinham a representação da memória na figura da deusa Mnemósine. Mãe de nove musas, Mnemósine conduzia a função poética através da atividade do poeta que, ao ser tocado pela inspiração divina, criava e recitava repetidamente palavras em ritmos através da memorização. O canto do poeta, então, atravessaria o tempo individual e alcançaria o tempo original, entrando em comunhão com o cosmos e as profundezas do ser, tornando-se memorável. Dessa forma, a memória era contemplada na Antiguidade como uma fonte de imortalidade, uma vez que se considerava que a verdadeira morte se dava através do esquecimento (VERNANT, 2002).

Entre os séculos XIX e XX, a memória foi estudada em diversas frentes de pesquisa. No século XIX, o filósofo alemão Nietzsche questionou a estrutura da condição moral que permeava o século XIX. Para Nietzsche “[...] a memória e as atividades que envolveram a sua constituição e aperfeiçoamento nos indivíduos foram fundamentais para o desenvolvimento do ser-humano em sociedade.” (PINHO NETO, 2020, p. 16).

² O glossário atualmente (08/03/2021) encontra-se atualmente em fase final de revisão.

Posteriormente, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) investigou a memória enquanto fenômeno social e/ou coletivo. Na perspectiva do autor, o indivíduo que lembra está sempre inserido em uma sociedade que possui um ou mais grupos de referência e, em função da interferência do meio social, a memória acaba por ser construída coletivamente. Segundo o autor, “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.” (HALBWACHS, 2006, p. 30). As reflexões de Halbwachs, no início do século XX, sobre memória individual, coletiva e histórica estabeleceram a Memória Social enquanto o campo de estudo que temos hoje.



Dessa forma, a presente pesquisa se configura como uma contribuição para ambas as áreas contempladas, Biblioteconomia e Memória Social, ao apresentar elementos teórico-metodológicos que podem vir a auxiliar instituições de memória e informação em suas atividades de organização e preservação do patrimônio bibliográfico. Importa salientar, também, que tais instituições, por diversas vezes, carecem de certas noções a respeito de marcas de proveniência e de sua relevância histórica e cultural, resultando em políticas internas pouco ideais no que diz respeito ao trato desses objetos de memória, bem como sua preservação. Ana Virginia Pinheiro (2015) ressalta que esse tipo de carência pode ser solucionada mediante a “[...] apreensão da literatura científica disponível, através do intercâmbio de boas práticas e, principalmente, de educação patrimonial”. (PINHEIRO, 2015, p. 40, grifo nosso).

Apesar de a pesquisa não ter como objetivo estabelecer políticas para a Biblioteconomia de Obras Raras, convém assinalar que o presente trabalho pode contribuir para a melhor compreensão acerca das marcas e de suas potencialidades enquanto indícios sobre as trajetórias de vida. Existe um potencial para estimular reflexões acerca do que representam essas marcas identificadas em objetos bibliográficos – isto que também estamos entendendo como fragmentos, rastros ou vestígios de memória – e mostrar as formas como elas podem atribuir valor a um documento, sendo esse valor uma necessidade indispensável para a preservação do patrimônio bibliográfico pelo Estado. Entendemos, também, a Coleção Leandro Konder como lugar de memória; lugar que dispõe de indícios que podem ser eventualmente compreendidos

como fontes, documentos e/ou agentes que, na ausência de outros suportes de memória mais legitimados pelo Estado, podem servir como testemunho dos modos de vida de uma época, da trajetória intelectual, afetiva e política de alguém, justificando, assim, a importância e a necessidade de estudos que abordem essa temática.

Em uma apreciação geral, acreditamos que a biblioteca particular de um intelectual pode ser entendida como parte de sua visão de mundo, testemunho de uma época e de uma vida. As marcas eventualmente encontradas em tais objetos bibliográficos evidenciam ainda mais os traços de personalidade, hábitos de leitura, espaços ocupados e redes de sociabilidade do colecionador, individualizando então o exemplar e caracterizando-o como suporte que ancora e evoca memórias, havendo então uma conexão entre biblioteca particular, marcas de proveniência e histórias de vida.

Nessa perspectiva, o presente estudo, sob orientação da professora Dr^a. Vera Lúcia Dodebei, situa-se no âmbito do projeto de pesquisa *Objetos, histórias de vida, conexões: por uma ecologia dos restos memoriais digitais* (2018 - atual). Apesar de o estudo da Coleção Leandro Konder estar mais voltado ao objeto analógico do que ao digital, os objetivos vão convergir a partir do interesse mútuo na história de vida dos objetos e na busca por respostas a questionamentos filosóficos, antropológicos, tecnológicos, ambientais, informacionais, entre outros, sobre a vida social e secreta das coisas.

Finalmente, a partir das observações apresentadas ao longo deste capítulo introdutório, apresentamos a seguinte hipótese de pesquisa: marcas manuscritas identificadas em objetos bibliográficos são vetores de memórias individuais e coletivas que possibilitam a reconstrução e interpretação fragmentada de uma trajetória de vida.

A partir dessa hipótese, são postulados os seguintes objetivos (geral e específicos). Como objetivo geral, buscamos investigar o conceito de marcas de proveniência bibliográfica, compreendendo-as enquanto memória em estado virtual que, a partir de uma atualização no tempo presente, possibilitam a reconstrução fragmentada da trajetória de vida do colecionador. Desse objetivo geral, derivam-se três objetivos específicos:

a) estabelecer conexões entre os conceitos de biblioteca, biblioteca particular e memória, delineando contornos à luz de teorias da Memória Social;

b) analisar e descrever algumas marcas de proveniência e propriedade identificadas em objetos bibliográficos, particularmente as seguintes: Marginália, Dedicatória, Marca de censura, Ex Libris e Anathema;

c) traçar um perfil biográfico de Leandro Konder, tendo como auxílio os livros e artigos que ele escreveu, as entrevistas que concedeu e as homenagens póstumas (edições especiais de artigos, documentários, etc.), com vistas a tecer um paralelo entre o perfil construído nessas fontes e o reconstruído pelas marcas.

No que tange aos aspectos metodológicos, tratamos aqui de uma pesquisa qualitativa e, para atender aos objetivos propostos – e visando também a uma investigação mais flexível e a assimilações experimentais acerca do objeto de pesquisa –, adotamos uma natureza exploratória. Essa opção foi impulsionada, a princípio, pelo fato de que as pesquisas acerca das marcas ainda se encontram em fase embrionária, mas sobretudo porque a presente dissertação está sendo desenvolvida com a pandemia de COVID-19 em curso.

Importa salientar que, após tomarmos como campo empírico a biblioteca particular de Leandro Konder, futura coleção especial da PUC-Rio, a etapa de coleta de dados estava prevista para o primeiro semestre de 2020. Entretanto, a volta ao campo empírico foi impedida por razões de saúde e segurança, impossibilitando então a coleta e estruturação de um recorte específico de dados. As imagens utilizadas neste trabalho são fotografias tiradas entre 2017-2018, período de estágio na PUC-Rio e, também, época em que a autora não tinha quaisquer pretensões de cursar o mestrado.

Por fim, estruturamos a dissertação em cinco seções:

(i) Capítulo 1 – Introdução: contextualização do tema de pesquisa, ressalta a motivação da autora para a redação do presente projeto, bem como a relevância do tema para a inserção social e inovação. Apresenta a hipótese de pesquisa, os objetivos (geral e específicos) que norteiam os capítulos da dissertação e, por fim, a metodologia adotada;

(ii) Capítulo 2 – “Biblioteca, Memória e Patrimônio”: trata-se do capítulo que dá início ao referencial teórico da pesquisa, tomando como princípio de tudo o cruzamento entre os conceitos de biblioteca, biblioteca particular, memória e patrimônio bibliográfico, visando verificar a relação entre acervos sociais e acervos pessoais que reúnem, também, memórias

coletivas, e de que modo estas apontam para a raridade bibliográfica que pode ser designada como patrimônio bibliográfico;

(iii) Capítulo 3 – “Os livros que habito - a questão das marcas de proveniência”: capítulo teórico que objetiva discorrer sobre o que são, afinal, as marcas tratadas neste estudo, suas opções de entradas terminológicas e o contexto em que estão inseridas e sendo estudadas até o presente momento.

(iv) Capítulo 4 – “Biblioteca Leandro Konder” – o capítulo consiste na amostra e análise das marcas de proveniência (anotações manuscritas, assinatura, dedicatória e marginália) identificadas em alguns itens da biblioteca de Leandro Konder, objetivando conectar esses objetos informacionais com algumas passagens da história de vida do colecionador;

(v) Considerações finais: conclusão do presente estudo, tece considerações acerca da pesquisa realizada, bem como perspectivas futuras de estudos sobre o tema. Ao fim, seguem as referências utilizadas ao longo do trabalho.

2 BIBLIOTECA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

“Gosto de imaginar que no dia seguinte à minha morte minha biblioteca e eu nos esfacelaremos juntos, de modo que mesmo quando eu deixar de existir estarei com meus livros.”

(Alberto Manguel)

Na introdução da obra *História das Bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*, publicada em 2018, o historiador Frédéric Barbier faz a seguinte pergunta: “Mas o que é uma biblioteca?”. Ele utiliza esse questionamento como uma provocação para demonstrar como a banalidade de algumas palavras acaba por torná-las paradoxalmente mais transparentes, afinal: se todos acham que sabem o que é uma biblioteca, empregando esse termo diariamente e sem muito questionamento, é porque a palavra não parece mais colocar problemas (BARBIER, 2018).

A princípio, conceituar biblioteca parece simples: é um lugar onde itens – em sua maioria, livros – são armazenados e disponibilizados a quem tem interesse em consultá-los. Entretanto, a concepção de biblioteca enseja múltiplos sentidos e caminhos. Sendo assim, partindo da provocação de Barbier, nos ocuparemos neste capítulo de delinear uma discussão sobre o conceito e as funções da biblioteca, sua articulação com as dinâmicas de lembrança e esquecimento pertinentes ao campo da Memória Social e, por fim, traçaremos um breve percurso do conceito de patrimônio, desdobrando-o para patrimônio bibliográfico.

2.1 A BIBLIOTECA NA ENCRUZILHADA ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

Entre os séculos XV e XVI, o termo “Biblioteca” é empregado em francês no sentido de “lugar reservado para os livros”. A partir do século XVI, a noção francesa impõe-se definitivamente sobre o Ocidente, sendo biblioteca entendida, conforme mostra o verbete “*Bibliothèque*” da *Encyclopédie*, como “[...] um lugar destinado para a colocação de livros. Uma biblioteca é um local mais ou menos vasto, com prateleiras do armário onde os livros são ordenados em diferentes classes” (ENCYCLOPÉDIE, c1970-c1979 apud BARBIER, 2018, p. 17), ressaltando então a característica espacial, bem como a importância dos dispositivos de classificação e ordenação.

Barbier (2018), destaca a biblioteca como uma instituição de transferência cultural, lugar onde a história material da cultura e do pensamento é conservada, posta a disposição e transferida. A biblioteca apresenta-se, então, como local de transferência da cultura escrita na

medida em que oferece parte da informação disponível sobre uma forma escrita num dado momento. Na concepção de Jacob (2000), biblioteca é “o cruzamento paradoxal de um projeto utópico”, uma vez que objetiva reunir, no mesmo espaço, todos os vestígios do pensamento humano que, em algum momento, foram materializados em um item de comunicação (textos, imagens, sons, etc.). Progressivamente, bibliotecas ampliaram a função meramente utilitarista e “[...] segundo sua missão, acervo e público a que se destinam, dividiram-se em diferentes categorias: nacionais, públicas, privadas, acadêmicas, infantis, especializadas, temáticas etc.” (GAUZ, 2015, p. 243). Ao longo dos séculos, independentemente de suas tipologias específicas, bibliotecas se estabeleceram enquanto instituições culturais responsáveis pela salvaguarda de nossa herança cultural textual, espaço “[...] onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares onde a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito” (GAUZ, 2015, p. 243). Bibliotecas buscam responder a “necessidades”, quer se trate de informação ou de entretenimento, mas também de igualdade, uma vez que proporcionam acesso à informação e à formação para aqueles que nem sempre possuem os meios culturais e/ou financeiros (BARBIER, 2018). É, portanto, um espaço também de democracia, onde a conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, sob o efeito da interação entre leitura e escrita, acaba por libertar forças do pensamento cuja conservação só tem sentido enquanto fermento de saberes postos a serviço do coletivo (JACOB, 2000).

Para além de lugares que armazenam e organizam insumos informacionais para necessidades vigentes do presente, bibliotecas são, também, espaços que refletem a vontade de preservação para o futuro. De acordo com Silveira (2010), as práticas de sociabilidade de bibliotecas engendram uma função social diretamente ligada “[...] à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens” (SILVEIRA, 2010, p. 83), são instituições que possibilitam que, no futuro, nossos referenciais (estruturas políticas, ideológicas, identitárias, históricas), nossas construções culturais, sejam acessados por outras gerações. Dessa forma, bibliotecas são “[...] instituições que nos permite acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular” (SILVEIRA, 2010, p. 79), tornando-se então, de acordo com o autor, refúgios contemporâneos de Mnemósine, os chamados “lugares de memória”.

Para entender a biblioteca enquanto lugar de memória, devemos considerar as principais ideias apresentadas no artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, do historiador francês Pierre Nora, no qual o autor busca fazer uma distinção entre memória e história, abrindo então o debate sobre o que seriam lugares de memória. De acordo com Nora (1993), a memória é afetiva e mágica, inconsciente de si mesma e sempre levada por grupos vivos que a atualizam espontaneamente. Enquanto a memória é tida como absoluta, o autor descreve a história como o correlato opositor que, por sua vez, só conhece o relativo, sendo uma representação do passado, uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico. Essa disjunção entre os dois conceitos se faz fundamental para que Nora possa declarar que a memória, da forma que era vivida pelos grupos que tinham como base a ideologia-memória³, não existe mais, sendo agora a função dos espaços a de veicular memória, resultando então na categoria lugares de memória.

A biblioteca, categoria que nos interessa neste estudo, figura-se no trabalho de Nora como “lugar de memória”. Segundo o autor, a partir do momento em que a memória não é mais espontânea, surge a necessidade da criação dos lugares, sendo os lugares de memória então, antes de tudo, restos, vestígios do que não existe mais; representações do passado. As bibliotecas, assim como museus, arquivos, cemitérios e coleções etc., são testemunhas de uma outra era, pois “À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi” (NORA, 1993, p. 15). Esse acúmulo toma lugar nas bibliotecas que, enquanto lugares de memória, “[...] tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permitem acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade” (SILVEIRA, 2010, p. 69), tornando-se, assim, um meio de acesso a sensibilidades, modos de vida e correntes de pensamento de grupos que, na falta desse aparato, poderiam cair no esquecimento que advém com a passagem do tempo. Silveira (2010, p. 79) acresce que “[...] a razão para pensarmos as bibliotecas e suas coleções como ‘lugares de memória’ liga-se à dificuldade que teríamos para compreender e

³ Segundo Pierre Nora, os grupos com base na ideologia-memória “[...] asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro.” (NORA, 1993, p. 8).

transformar o mundo onde habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam”, sendo as bibliotecas, então, o lugar onde a sociedade armazena sua herança cultural, suas tradições e seus patrimônios simbólicos, em uma tentativa constante e infundável de evitar o esquecimento.

Em uma linha similar, Gérard Namer, sociólogo conhecido por ter escrito o prefácio da edição de 2006 de *A Memória coletiva*, de Maurice Halbwachs, estuda a biblioteca enquanto modelo de instituição de memória que organiza práticas de memória cultural. Para Namer (1987), biblioteca é uma *memória social* resultante da justaposição entre acumulação e interação de *memórias coletivas*. É pertinente sublinhar, também, que Namer se embasa em Maurice Halbwachs e suas concepções sobre memória social para discorrer, de maneira mais aplicada, sobre as instituições de memória cultural – em particular, a biblioteca. Dessa forma, para Namer (1987), a memória coletiva é a memória de grupos, sendo esta tão variada quanto o número de grupos existentes (Halbwachs, 2006). Na mesma linha de Halbwachs, Namer entende que a memória é construída socialmente, a depender das relações sociais, e considera a memória social como resultado da acumulação de vontades das memórias coletivas.

Entre as ideias que Namer introduz e que nos induzem a pensar a respeito da concepção de biblioteca e sua relação com memória, está a noção de *memória virtual*. Na perspectiva de Namer (1987), memória virtual é a memória atrelada a objetos, uma memória que se encontra inerte até que haja uma prática de memória que a atualize no tempo presente. Nessa linha de raciocínio, o livro, enquanto objeto que armazena memória virtual, a partir do momento que tem seu conteúdo lido e apreendido – isto é, quando ocorre a prática de memória – possibilita a atualização e a reconstrução memorial no tempo presente. Quando fechado, a memória do livro voltará a ser virtual. Para exemplificar esse fenômeno, Namer expõe:

Foi Halbwachs quem nos disse que a partitura musical era uma memória coletiva. Ao pensar em todas as partituras acumuladas em uma biblioteca nacional no departamento de música, se pensa em Bach redescoberto por Mendelsohn: esta memória coletiva não é evidentemente mais que virtual, não existe música além daquela tocada por uma orquestra que saiba ler essas partituras com talento. (NAMER, 1987, p. 3)

Dessa forma, o concerto musical resulta, então, de uma prática de memória onde a memória virtual da partitura musical é atualizada e reconstruída a partir das necessidades e

desejos contemporâneos, sociais ou coletivos, de atualizar essa memória. O autor acrescenta que essa prática de memória ocorre graças às bibliotecas, mas não *nas* bibliotecas: “o mesmo que se diria de todas as instituições, organizações de práticas que se apóiam [sic] nas bibliotecas.” (Namer, 1987, p. 3).

Em suma, no contexto de Namer, a biblioteca organiza e torna possível o encontro permanente entre a “[...] totalização de memórias coletivas em uma memória social virtual contida nos livros e a obrigação ou necessidade social de atualizar esta memória que impulsiona os leitores a vir procurar os livros.” (NAMER, 1987, p.1). O autor também compreende a biblioteca não apenas como lugar de disponibilização do saber, mas também de seleção, de uma memória seletiva – sendo esse um ponto de interesse que nos remete, novamente, a Pierre Nora.

Retornando a Nora e sua categoria de lugares de memória, outro fator a ser considerado é que a criação dos lugares supõe “vontade” ou “intenção” de memória, fator esse que pode ser articulado com as dinâmicas de seleção e, conseqüentemente, de esquecimento que permeiam bibliotecas enquanto instituições de memória cultural.

Em aula sobre Pierre Nora, a socióloga Lídia da Silva Freitas narrou um episódio que lhe despertou um interessante exercício sobre nossos modos de acreditação. Lídia conta que, enquanto aguardava sua vez em um consultório, se deparou com um pequeno texto chamado “O tempo segundo os Amaraís”, na revista *Mente & Cérebro*. Para o povo tradicional ali descrito, “o futuro está atrás e o passado à frente”, denotando uma cultura que caminha para frente, mas sempre com os olhos voltados para a herança do passado. Essa herança se estende às formas de legitimação da verdade, havendo uma necessidade de dizer *quem contou, quem viu*, para se ter uma verdade legitimada. O autor do texto argumenta que uma frase como “Colombo descobriu a América” não poderia ser utilizada por esses povos, pois eles diriam: “O meu bisavô disse que o bisavô dele contou que Colombo descobriu a América”. Sobre essa forma de acreditação, a professora sublinha:

O que me causa estranhamento é o não estranhamento do autor do texto. A gente [povos modernos] ouve ‘Colombo descobriu América’ e não precisa dizer quem disse. E aí eu devolvo para todos, por que a gente acredita nessa afirmação? Por que não precisa dizer quem viu? A gente acredita porque a gente aprendeu na escola. E por que a escola ensina isso? Ela ensina isso porque está nos livros. Por que está nos livros? Porque está nos documentos. Então pela via super indireta, o nosso

sistema de crença subentende que isso já está comprovado nos livros e que, quando chega no nosso ouvido, já tem todo um aparato de verdade, um regime de verdade, para dar base para essa forma de acreditação. (FREITAS, 2021, 38min)

Dessa forma, o sistema de crença desses povos tradicionais – que Nora descreveria enquanto grupos estruturados na ideologia-memória – tem sua base de verdade nas testemunhas (pessoas), enquanto nós, os modernos, acreditamos nos testemunhos dos documentos, sendo esses documentos “legitimados” a partir do momento em que são disponibilizados em aparatos como arquivos e bibliotecas.

A noção de biblioteca também se encontra muito atrelada a uma promessa de todos os saberes, lugar que possibilitaria o acesso a uma memória universal. Quem nunca viu um filme onde, procurando descobrir respostas sobre algo, o protagonista acaba por recorrer a alguma biblioteca? Esse protagonista dificilmente sairá de uma biblioteca sem a resposta do que procura, ou ao menos indícios que o levarão até o que procura. Isso ocorre justamente pela expectativa que ainda temos, tanto na ficção quanto na realidade, de que a biblioteca é um espaço que concentra a memória de todas as coisas, a resposta de todas as questões. A bibliotecária e pesquisadora Rosimere Cabral, na tese de doutorado *Bibliotecas de Alexandria: usos políticos da memória e do esquecimento*, assinala que a pretensão de construção de uma biblioteca com aspirações universais nos remete a Alexandria, onde emergiu a ambição de conservar toda memória do mundo em um só lugar. Entendiam-se os rolos de papiro como armazenadores de dados que, munidos de vestígios do tempo, eram produzidos pelo mundo, traduzidos para o grego, posteriormente, depositados na biblioteca real, atuando então como vetores da memória e do tempo. Forjou-se, então, “[...] o mito de uma memória plena, almejando a reunião, numa biblioteca, de todo o conhecimento já produzido no mundo e em todas as línguas.” (CABRAL, 2015, p. 55).

Nesta perceptiva, Jacob (2000) explica que

A história das bibliotecas é habitada pelo mito. [...] De um lado, o Império dos signos, [...] a biblioteca como metáfora do infinito, do tempo imóvel, da imensa sincronia de todas as palavras e pensamentos jamais formulados, resposta ao risco final da perda de sentido e de referência. De outro, o incêndio, a ruína, o esquecimento, a morte: a biblioteca ou o pesadelo da destruição, a obsessão do irremediável, a interrupção brutal da transmissão. (JACOB, 2000, p. 11)

O que Jacob infere é que, se tentarmos encontrar na biblioteca a resposta para todas as indagações, o sentido de todas as coisas, seremos frustrados ao nos depararmos não com a memória do mundo, mas com uma memória seletiva resguardada: a história das bibliotecas não é só uma história de memória e manutenção, mas também de esquecimento e seleção. Enquanto lugar de “legitimação” de memórias e de “transmissão” destas ao saber coletivo, a biblioteca torna-se, também, lugar de disputas. Os incêndios, destruições e a “interrupção brutal da transmissão” à qual Jacob se refere nem sempre acontecem ao acaso, uma vez que o desejo de manutenção, validação e transmissão de memória precisa existir para a conservação do que está disposto em uma biblioteca. Sem essa vontade de memória, a biblioteca acaba sujeita à perda e ao esquecimento e, em muitos casos, à destruição.

Sobre esse caráter seletivo da biblioteca, Namer (1987), ressalta que

A biblioteca é uma instituição de memória, **enquanto a sociedade permite que se recorde**, enquanto os poderes políticos, jurídicos, financeiros, etc. dão as possibilidades jurídicas e financeiras de criar uma acumulação e uma manutenção de livros, enquanto os poderes eruditos e culturais julgam que essa prática de memória é indispensável para uma parte da sociedade. (NAMER, 1987, p. 6, grifo nosso).

O bibliófilo argentino Alberto Manguel, na obra *A Biblioteca à Noite* (2006), discorre sobre o caráter seletivo das bibliotecas e como, em tantos momentos da História, a seletividade correu em paralelo ao ato de censura. Segundo o autor, se a biblioteca, por um lado, é um reflexo do que somos, do outro ela é um reflexo daquilo que não somos e não podemos ser. O ato de selecionar implica em uma escolha e em uma exclusão: toda biblioteca acolhe e rejeita ao mesmo tempo, sendo impossível uma existência completamente neutra e aberta a todas as ideias da humanidade. Como já mencionamos neste tópico: i) a biblioteca, para os povos modernos, está diretamente ligada aos nossos modos de acreditação, é o aparato que, através da seleção de determinados documentos em detrimento de outros, legitima um regime de “verdade”, e ii) os poderes políticos, jurídicos, financeiros etc. interferem diretamente na “verdade”, isto é, naquilo que deve ser lembrado e, conseqüentemente, no que será esquecido. A partir disso, bibliotecas, por sua essência, acabam por afirmar e também questionar a autoridade dos poderes constituídos: “Como repositório de história e fontes para o futuro, [...] como símbolos de autoridade passada ou presente, os livros de uma biblioteca dizem mais que seu conteúdo

coletivo e têm sido vistos como ameaça desde a origem da escrita.” (MANGUEL, 2006, p. 109). Essa constatação de livros e bibliotecas enquanto “ameaças” levou a inúmeros casos de censura e destruição.

Livros já foram considerados impróprios, perigosos e provocativos por razões mirabolantes. Manguel (2006) conta que, década de 1970, durante o regime militar na Argentina, no Uruguai e no Chile, qualquer leitor que portasse livros “suspeitos” podia ser preso e detido sem processo. Eram “suspeitos”: poemas de Pablo Neruda e Nâzım Hikmet (ambos comunistas), romances de Tolstoy e Dostoiévski (por serem russos), e também eram apreendidos livros que apresentassem palavras “perigosas” no título, a exemplo de *O vermelho e o negro*, de Stendhal. Nessa época, muitos leitores, temendo uma possível apreensão, queimaram seus livros em fogueiras acesas em banheiros, levando a uma epidemia de vasos sanitários rachados (a porcelana rachava com o calor do papel em combustão). (MANGUEL, 2006). Manguel (2006, p.102-103) acrescenta que livros já foram proibidos por motivos “bizarros”:

Notoriamente, o general Pinochet excluiu das bibliotecas chilenas o *Dom Quixote* porque considerou que o romance continha argumentos a favor da desobediência civil; anos atrás o ministro da Cultura do Japão fez objeções a *Pinóquio* por mostrar imagens pouco lisonjeiras de indivíduos deficientes nas figuras do gato que finge ser cego e da raposa que finge ser manca. Em março de 2003, o cardeal Joseph Ratzinger (o futuro Papa Bento XVI) afirmou que os livros de Harry Potter “distorcem profundamente a cristandade da alma, antes mesmo que ela possa se desenvolver como é devido”. Formularam-se outras tantas razões idiossincráticas para banir todo o tipo de livros, do *Mágico de Oz* (um viveiro de crenças pagãs) a *O apanhador no campo de centeio* (um modelo perigoso para adolescentes).

A censura de livros, além da represália a modos de vida, também tem o intuito de desapropriar uma identidade coletiva. Entre muitos exemplos, tomamos a literatura de aborígenes do continente americano, da qual pouco conhecemos já que as grandes bibliotecas e arquivos dos povos pré-colombianos “[...] foram sistematicamente destruídos pelos europeus, tanto para privá-los de uma identidade coletiva como para convertê-los à religião do Cristo” (MANGUEL, 2006, p. 104). Após a destruição, os livros dessa cultura passam a existir, apenas, em uma vaga memória de tradição e lenda, “[...] bibliotecas que desapareceram ou jamais

puderam existir ultrapassam em muito aquelas que podemos visitar, e formam os elos de uma corrente circular que nos acusa e condena a todos.” (MANGUEL, 2006, p. 110).

Manguel pondera se as bibliotecas virtuais, por sua característica tecnologicamente mais maleável, seriam a forma mais eficaz de se esquivar da censura, a alternativa que possibilita que a cultura escrita não viva mais a sobra de incertezas, “[...] não haveria mais justificativa para a exclusão, uma vez que o espaço cibernético é praticamente infinito”. Ao ter o acesso a um livro negado em um website, o censor desse website não pode impossibilitar que o leitor busque e requisite o mesmo conteúdo em outro website. Entretanto, Manguel (2006, p. 112) alerta para um porém: “O censor pode se valer da própria internet para punir retroativamente o leitor. Em 2005, a gigante Yahoo forneceu informações que permitiram ao serviço de segurança do governo chinês condenar a dez anos de prisão o jornalista Shi Tao”. A alegação foi de que o jornalista utilizava um website baseado em Nova York para acessar e divulgar textos proibidos pelo governo chinês. Dessa forma, o espaço cibernético, apesar de possibilitar a liberdade de leitura em diversos casos, ainda não pode ser afirmado enquanto lugar completamente neutro e seguro.

Em suma, o que afirmamos ao final desse tópico é que a biblioteca é, portanto, uma memória seletiva. É uma tentativa de conciliação entre o desejo de universalidade e a necessidade de escolha, de seleção e, por conseguinte, do que será lembrado e do que será esquecido – “Toda a biblioteca conjura seu próprio fantasma obscuro; toda ordenação traz consigo uma biblioteca espectral de ausências” (MANGUEL, 2006, p. 95). Jacob (2000) destaca que a biblioteca possui papel crucial, portanto, na transmissão da cultura e dos saberes, sendo, sim, lugar de continuidade (vida, memória), mas também de ruptura (morte, esquecimento). Toda biblioteca conserva algo da memória das que a precederam, sendo a biblioteca ideal a que “[...] se situa na encruzilhada da arqueologia e da utopia arquitetônica, da nostalgia das memórias perdidas e nas reconstruções que fazem as cinzas e a terra falar.” (JACOB, 2000, p. 17).

2.2 BIBLIOTECA PARTICULAR OU BIBLIOTECA DO “EU”

Entendida enquanto espaço criado e sustentado por um particular ou instituição com o intuito de uso exclusivo, a biblioteca privada/particular figura entre os tipos de biblioteca há

muitos séculos. Nesta seção, vamos nos ater a duas modalidades da biblioteca particular: a biblioteca particular do príncipe e a biblioteca particular do intelectual.

O período do Antigo Regime na França, marcado pela monarquia absoluta, destaca-se na História do Livro e das Bibliotecas como estabelecedor de determinado paradigma de biblioteca privada: a Biblioteca do Príncipe. Entende-se a biblioteca real ou principesca como “coleção reunida por ir para um soberano, mas não necessariamente destinada ao seu uso pessoal.” (CHARTIER, 2008, p. 183). Estritamente ligada à conjuntura política da época, a biblioteca do príncipe atuou como instrumento da ascensão dos príncipes que, na impossibilidade de atingirem certa notoriedade no plano político e militar, acabaram por empreender esforços na construção de cortes literárias (BARBIER, 2018). Dessa forma, a biblioteca privada construída por nobres e monarcas se impôs, à época, enquanto instrumento que incensaria status e poder. Esse modelo de biblioteca modificou-se com a revolução que aconteceria na França em 1789 – porém, em essência, como veremos mais adiante, nunca deixou realmente de existir.

A Revolução Francesa foi responsável por mudanças expressivas no setor das bibliotecas, partindo da tensão entre a vontade de tomar e tornar disponíveis (ao grande público) as antigas coleções privadas dos nobres com o ímpeto de destruição que havia em muitos revolucionários da época, resultando em perdas consideráveis no setor de livros e documentos – fator que acabou por instigar discussões necessárias acerca da preservação do patrimônio. Apesar de tudo, Barbier (2018) destaca que a revolução acabou por pôr em prática a substituição do modelo da biblioteca semipública dos privilegiados para a coleção, a princípio, aberta a todos.

Com os livros tornando-se progressivamente mais acessíveis e difundidos, outro modelo de biblioteca privada começa a emergir: a biblioteca do intelectual. Convém explicar o que estamos entendendo quando utilizamos a palavra “intelectual”. Leandro Konder, ao intitular sua autobiografia de *Memórias de um intelectual marxista*, explica a autocaraterização a partir de um critério proposto por Antonio Gramsci: sua função social. Embasado pela acepção gramsciana, Konder argumenta que “intelectual é aquele que adquiriu conhecimento que o capacitou para desempenhar determinadas funções nos movimentos culturais” (KONDER, 2008, p. 5), sendo aquele de quem se espera a problematização dos métodos, das razões e dos procedimentos correntes no eixo das questões por ele examinadas. Espera-se de um intelectual,

acresce Konder (2008), competência na sua área de atuação, articulando questões teóricas através de aulas, da escrita e da pesquisa.

Compreendido o termo “intelectual”, partimos para a função de sua biblioteca.

O sociólogo Abraham Moles pontuou em 1978 a escassez de literatura científica que analisasse, no âmbito dos estudos documentários, a biblioteca particular. Tomando então esta incumbência para si, Moles escreve o artigo “*Bibliothèque personnelle, bibliothèque universelle*”, traduzido posteriormente para o português por Antônio Agenor Brinquet de Lemos. Como objetivo, a comunicação examinou, a partir de uma teoria funcional da biblioteca, as “características específicas da biblioteca pessoal, do ponto de vista de sua estrutura e das relações entre ela e seu criador e usuário” (MOLES, 1978, p. 39).

O primeiro apontamento de Moles (1978) estabelece a biblioteca particular enquanto a extensão do “eu”. Organizar a própria biblioteca, ressalta o autor, é organizar o próprio pensamento, pois ela é a ferramenta que determina e organiza as ideias de um intelectual em um determinado campo de valores semânticos. Moles sublinha o contraste entre a biblioteca particular do intelectual e outros tipos de biblioteca. Para iniciar a distinção, “Já ledes todos os livros de vossa biblioteca?” (MOLES, 1978, p. 43), questiona o autor, que lança suspeita sobre indivíduos que ostentam orgulhosamente vastas bibliotecas privadas. Como afirmamos anteriormente, algumas características da biblioteca do príncipe nunca deixaram de existir, uma vez que muitos ainda montam e ostentam grandes coleções para fins relacionados a status social, raramente consultando esses acervos. Logo, esse tipo de biblioteca privada não representa a cultura do proprietário, não é possível desvelar características deste a partir do que se tem em suas inúmeras estantes, diferentemente da biblioteca de um intelectual que, de acordo com Moles (1978), possui como matéria de si o conteúdo dos livros que fazem parte de sua cultura, o que torna o proprietário um homem ou mulher de determinada cultura, munido de saberes específicos.

A capacidade de saber, de aprender, de memorizar, no entanto, é uma capacidade limitada. A biblioteca do intelectual ou erudito, logo, também é uma biblioteca limitada, característica que a diferencia de outros tipos de biblioteca, a exemplo da pública. Sobre isso, Moles explica:

[...] esta [biblioteca pública] se baseia, ao contrário, primeiramente na ideia do tesouro de sistema cumulativo: ela funciona segundo o princípio da sedimentação. A biblioteca pública é cumulativa. Quanto mais livros ela possuir mais leitores servirá. Quanto mais livros “eu” possuir mais decrescerá sua eficácia marginal a partir de um certo limite. Quanto à biblioteca universal, sua ambição é ainda mais alta - de ser o tesouro da cultura humana, de ser um sinônimo em signos dessa cultura. (MOLES, 1978, p. 44).

Observa-se, assim, que o que vai diferenciar a biblioteca pública da biblioteca particular de um intelectual é a mesma diferença que separa a cultura de um indivíduo e a cultura de toda a humanidade. Todas as bibliotecas servem para um propósito de memória, com a distinção de que a memória do “eu” é de dimensões limitadas, e assim também deve ser estruturada sua coleção.

Sendo assim, sempre existirá a necessidade de delimitar as dimensões da biblioteca particular, sendo necessária a vontade de autocontrole. Sobre isso, o filósofo Walter Benjamin, no capítulo *Desempacotando minha biblioteca*, compartilhou:

[...] minha biblioteca não consistiu de mais de duas ou três fileiras que cresciam anualmente cerca de 1 cm apenas. Foi a sua fase marcial, em que nenhum livro podia nela ingressar sem a confirmação de que eu o lera. Assim, talvez, jamais teria chegado a possuir algo que, pelo tamanho, pudesse ser denominado biblioteca sem a inflação que, subitamente, mudou a ênfase dos negócios, transformando livros em objetos de valor ou, pelo menos, tornando-os difíceis de obter. (BENJAMIN, 1987, p. 230).

Moles (1978) aponta que, para o proprietário de uma coleção particular, a imposição desses limites é “facilitada” pelo fato de que o campo da consciência e da memória não são permanentes por toda a vida. A juventude goza de uma memória mais vasta e estudiosa, curiosa e ávida por novos saberes e acréscimos. A memória na idade madura, em contraponto, torna-se menos fiel e, finda as múltiplas explorações da juventude, os campos de atividades e interesses tornam-se mais delimitados, facilitando então a manutenção e a construção mais estruturada dos livros descobertos nos trajetos do caminho do conhecimento. O proprietário já é capaz de seguir um princípio de seleção que indaga “qual o melhor instrumento para apoiar meu espírito num determinado instante?” (MOLES, 1978, p. 44). Essa seleção implica na subtração dos livros que não servem mais para auxiliar nas atividades exercidas em um dado momento da

vida, resultando na necessidade de julgamentos de valor e, por fim, na recirculação do item para outras localidades (amigos, alunos, doações para bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, bibliotecas universitárias, etc.).

O julgamento de valor na biblioteca particular, entretanto, não é uma tarefa tão simples. Benjamin (1987) sublinha a existência de uma relação com os livros que não tem base apenas em seu valor funcional ou utilitário (sua função, serventia), mas também na relação que os estuda e ama como palco ou cenário de seu próprio destino. De acordo com o filósofo, “[...] tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences. A época, a região, a arte, o dono anterior” (BENJAMIN, 1987, p. 228) são detalhes que somam para formar uma “enciclopédia mágica” que cerca o objeto, seu valor e seu destino. Quando precisou desempacotar sua biblioteca, Benjamin teceu:

Afloram em mim pensamentos diversos dos que acabei de relatar. Não são pensamentos; são imagens, lembranças. Lembranças das cidades nas quais achei tantas coisas: Riga, Nápoles, Monique, Danzig, Moscou, Florença, Basileia, Paris. Lembranças das salas luxuosas de Rosenthal em Munique, da *Stockturm* em Danzigue onde morou o falecido Hans Rhaue, do subsolo mofento e cheio de livros de Sussengut, Berlim Norte; Lembranças dos recintos onde esses livros ficavam, da minha toca de estudante em Munique, do meu quarto em Berna, da solidão de Isetwald à margem do lago de Brienz, e por fim do meu quarto de criança, donde se originaram apenas quatro ou cinco dos muitos milhares de livros que começam assim pilhar ao meu redor. Bem-aventurado colecionador! (BENJAMIN, 1987, p. 235)

Os livros podem tornar-se, também, suportes que ancoram e evocam memórias, possuindo valor que perpassa sua função original. Benjamin herdou dois álbuns de figurinha de sua mãe e, ainda que esses não servissem em nada para suas atividades de pesquisa e trabalho, o valor afetivo e de memória era tão significativo que o impossibilitava de se desfazer dos itens. Nessa linha de raciocínio, Umberto Eco – também bibliófilo e colecionador – afirma que “Por razões misteriosas, a afeição que podemos ter por um livro não está de forma alguma relacionada ao seu valor. Tenho livros aos quais sou muito afeiçoado e que não têm grande valor comercial” (ECO; CARRIERE, 2010, p. 261). Entre os autores que refletiram a relação entre objeto e memória, o próprio Benjamin apresenta a concepção de “aura”, sendo objetos auráticos aqueles que incitam a operação da memória, evocando lembranças de outrora e

ligando temporalidades distintas – como é o caso do próprio Benjamin e os álbuns de figurinha que herdou da mãe.

Das ideias aqui expostas, verifica-se a distinção entre a biblioteca particular de um intelectual e outros tipos de bibliotecas, sejam elas públicas ou privadas. Moles (1978) aponta que esse tipo específico de biblioteca é norteadada inteiramente por aquele que a construiu como prolongamento de si mesmo, uma ampliação de sua pessoa intelectual. A coleção pode não ser prestigiosa ou ostentativa, mas o objeto confesso incorpora elementos da cultura do proprietário, simbolizando o tecido de seu pensamento. A biblioteca pessoal “é a carteira de identidade do intelectual.” (MOLES, 1978, p. 51).

Por fim, no livro *Não contem com o fim do livro*, publicado 2010, o jornalista Jean-Philippe de Tonnac intermedia a conversa entre os colecionadores Umberto Eco e Jean-Claude Carrière. Entre o diálogo, Carrière afirma que a coleção construída por Eco fala deste talvez tanto quanto os livros que escreveu, e que o mesmo vale para ele – Carrière –, uma vez que, enquanto colecionador eclético, “Não pararam de me repetir ao longo de toda a minha vida que eu era disperso. Minha biblioteca, portanto, é a minha imagem.” (ECO; CARRIÈRE, 2010, p. 260). A essa constatação, ele acrescenta que a biblioteca particular é quase como uma companhia, “[...] um grupo de amigos vivos, de indivíduos. O dia em que você se sentir um pouco isolado, um pouco deprimido, você pode se dirigir a eles. Eles estão ali. Aliás, às vezes faço buscas e descubro coisas escondidas cuja presença eu esquecera.” (ECO; CARRIÈRE, 2010, p. 261).

Na esfera dos estudos da Arquivologia, identifica-se a definição de Arquivo Pessoal como conceito semelhante ao que a biblioteca particular significa para a Biblioteconomia. Entende-se arquivo pessoal como conjuntos documentais que

[...] além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados “oficiais” e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades. (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, p. [2])

No âmbito das pesquisas acerca dos arquivos pessoais, faz-se interessante, particularmente a esta pesquisa, examinar o conceito de “egodocumento”.

De acordo com Britto e Corradi (2018), o termo “egodocumento” foi utilizado pela primeira vez pelo historiador holandês Jaques Presser, na década de 1950, após ele ter trabalhado com fontes que continham testemunhos de sobreviventes do Nazismo. O termo “egodocumento” foi cunhado para denominar documentos que apresentavam teor autobiográfico, como em “cartas pessoais (cartas, correspondência entre amigos, parentes e conhecidos), em diários, memórias, mas também em pedidos de clemência, petições e currículos profissionais” (GROBE, 2015, p. 23). Tais documentos seriam, então, fontes históricas “[...] em que o pesquisador se depara com um “eu”, ou ocasionalmente um “ele”, como o sujeito que escreve e descreve com uma presença contínua no texto” (DEKKER⁴, 2002 apud BRITTO; CORRADI, 2018 p. 103). Posteriormente, Presser sintetizaria a definição de egodocumento para documentos em que a presença de um “ego” se revela ou se esconde, intencionalmente ou por acidente. (BRITTO; CORRADI, 2018).

Oriundos de Arquivos Pessoais, o que diferencia os egodocumentos dos documentos institucionais é a presença do “eu”, isto é, “[...] as relações afetivas, as devoções, os hábitos, intimidade e as preferências do titular do Arquivo Pessoal” (BRITTO; CORRADI, 2018, p. 99), sendo então fontes que revelam atributos autobiográficos, de caráter identitário. Nessa premissa, Große (2015, p. 5) afirma que “Em todos os tipos de ego-documentos os indivíduos falam de si, dos seus sentimentos ou dão a sua visão do mundo sobre um acontecimento, e da sociedade em que vivem, trabalham, participam, lutam etc.”. Seria lícito, então, compreender egodocumentos enquanto fontes que fornecem indícios do “eu”, da personalidade do indivíduo e de algumas circunstâncias de suas trajetórias de vida; fator que possibilita, também, uma espécie de interlocução com aqueles que se deparam com esses tais vestígios, estabelecendo uma complexa interação entre o “eu”, o “ele” e o “nós”. Cabe ressaltar, entretanto, os limites dessa interlocução.

Fulbrook e Rublack (2010⁵ apud BRITTO; CORRADI, 2018) debatem até que ponto os egodocumentos possibilitam a compreensão acerca dos traços de personalidade do titular do arquivo pessoal. Embora reconheçam os egodocumentos como fontes que possibilitam a

⁴ DEKKER, R. Jacques Presser’s heritage: Egodocuments in the study of history. *Memoria y civilización*, v. 5, p. 13-37, 2002.

⁵ FULBROOK, Mary. RUBLACK, Unlika. In relation: the ‘social self’ and ego-documents. *Germany history*, v. 28, n. 3 p. 263-272, Sept. 2010.

interpretação de traços identitários de um sujeito, os autores atentam para realidade de que a individualidade se alterna a depender do contexto de vivência, pois “[...] nenhum gênero e veículo de expressão conseguirão transmitir além de vislumbres do verdadeiro eu do autor ou parcela daquilo que deseja perpetuar sobre si” (BRITTO; CORRADI, 2018, p. 113). Isso ocorre porque não somos, afinal, os mesmos em todos os momentos, e também não somos os mesmos para a vida toda. Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração o momento e o contexto individual e cultural que a pessoa vivia quando deixou, intencionalmente ou não, um egodocumento.

2.3 O PERCURSO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

A pluralidade da noção de patrimônio enseja múltiplos sentidos a depender do campo de conhecimento em que o conceito será estudado, bem como ao que ele estará sendo interligado. Candidatos ao status de patrimônio são muitos, mas a noção de patrimônio, muito caracterizada hoje pelo sentido de bem coletivo e/ou herança artística e cultural de um grupo social, foi uma noção lenta e gradual.

A palavra patrimônio, de acordo com Barbier (2004), já era utilizada na Idade Média, adquirindo o sentido de posse de bens materiais, tanto em latim quanto em língua “vulgar”. O autor acrescenta ainda que, na edição in-4º da *Encyclopedie*⁶, de 1778, o verbete *patrimoine* aparece como domínio da jurisprudência – o que remonta também ao Direito Romano, onde o termo adquiriu o sentido de herança, servindo desde então como referencial conceitual aos demais (GAUZ, 2015). Ao leigo, a noção de patrimônio ainda se relaciona, nos dias atuais, ao direito de herança.

Subsequentemente, no horizonte das transformações históricas que ajudaram a construir a noção de patrimônio no Ocidente, a Revolução Francesa teve um papel significativo ao incorporar à noção de patrimônio um caráter social, desvinculando-a pela primeira vez da ideia de herança e propriedade. Segundo Abreu (2015), após a Revolução Francesa, a população da França iniciou uma empreitada voltada para a destruição dos vestígios do Antigo Regime – obras de arte, edifícios, bibliotecas, monumentos, etc. A perda expressiva que isso representava

⁶ *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers...*, nouv. éd., t. XXIV, Genève: Pellet, 1778.

foi eventualmente identificada e alguns intelectuais iniciaram mobilizações salvacionistas direcionadas a obras entendidas como imprescindíveis para a nação, levando a noção de Patrimônio a afirmar-se em oposição à ideia de Vandalismo (ABREU, 2015).

Percebe-se, assim, que no cerne da mobilização salvacionista encontra-se o sentimento de que algo importante está se perdendo e que ações são necessárias para resgatar, resguardar, preservar aquilo que é imprescindível ao coletivo. O ato de patrimonializar emerge, então, para alicerçar aquilo que não pode ser perdido; aquilo que não deve ser esquecido. Como reflete Pierre Nora (1993), na ausência dos meios de memória, torna-se necessária a criação dos lugares de memória – espaços que cristalizam a memória. Das noções que Nora repercute em seu famoso ensaio, pode-se aferir o patrimônio como meio de preservar a memória e veiculá-la quando não mais existir a experiência viva que, por sua vez, tornaria desnecessária a criação dos lugares. Se habitássemos ainda nossa memória, sublinha Nora (1993), não haveria a necessidade de lhe consagrar lugares. O Patrimônio Nacional, por sua vez, é o lugar de memória por excelência, uma vez que “[...] não apenas é capaz de expressar e sediar a Memória Nacional, mas sobretudo, de objetificá-la, materializá-la em prédios, edifícios, monumentos que podem ser olhados, visitados, percorridos.” (ABREU, 2015, p. 5).

Posteriormente aos eventos ocorridos na França, seu exemplo tomaria proporções de um movimento que recairia por toda a moderna sociedade ocidental. O entendimento acerca do significado de Patrimônio, a partir de então, estaria relacionado de forma indissociável à formação dos Estados nacionais. Dessa forma, “As nações passam a construir e inventar seus patrimônios: bibliotecas, museus, monumentos, obras de arte e todo um acervo capaz de expressá-las e objetificá-las” (ABREU, 2015, p. 4).

O século XX é considerado por diversos pesquisadores da área como o responsável pela construção da noção de Patrimônio no Brasil. No âmbito das pesquisas brasileiras acerca do tema, a historiadora Márcia Chuva registra no livro *Os arquitetos da memória* que a acepção dicionarizada do termo patrimônio teve início no século XX, significando herança paterna, bens de família e bens necessários para a ordenação de um eclesiástico. Desde então, o termo foi relativamente ampliado e, ainda que mantendo o vínculo com a questão de bens passíveis de posse, “passou a incluir também, por um lado, a noção de bens cujo valor pode ser apenas econômico, ou, ainda, bens imateriais, cujo valor é exclusivamente simbólico.” (CHUVA, 2009, p. 44). A autora amplia seu argumento com a seguinte definição de Patrimônio:

“1. Herança paterna. 2. Bens de família. 3. Dote dos ordinandos. 4. Fig. Riqueza: patrimônio moral, cultural, intelectual. 5. Dir. Complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posses e tudo o mais que pertencer a uma pessoa, empresa e seja suscetível de apreciação econômica. 6. Cont. A parte jurídica e material da azienda.” (FERREIRA, 1986, p. 1.047 apud CHUVA, 2009, p. 44).

Estabelecendo uma relação entre as autoras citadas, observa-se que Abreu e Chuva articulam a categoria do Patrimônio tal como essa foi sendo construída após a Revolução Francesa: uma noção Ocidental, moderna e muito marcada por um sentido de bem e/ou herança cultural das coletividades, sendo essa herança não apenas bens materiais, mas também valores, crenças e tradições transmitidas entre as gerações. Ambas também não descartam a parte da concepção que se relaciona à questão de propriedade, uma noção jurídica e também diretamente ligada aos processos de formação dos Estados Nacionais.

O antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2009) observa que, ao passo que não é incorreto o entendimento de que a categoria Patrimônio constitui-se com os processos de formação dos Estados nacionais, omite-se recorrentemente, no entanto, o caráter milenar que também deve ser atribuído à noção de patrimônio. Segundo Gonçalves (2009), a categoria patrimônio está presente no mundo clássico, na Idade Média, sendo então uma categoria de pensamento de extrema importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Dessa forma, de acordo com o autor, a noção moderna teria apenas imposto os contornos semânticos que a categoria veio a assumir, mas sua importância não poderia ser restrita apenas às modernas sociedades ocidentais. Gonçalves fundamenta seu argumento ao destacar que

É possível transitar de uma a outra cultura com a categoria patrimônio. Desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume. Desde que não naturalizemos as nossas próprias representações a seu respeito. Em contextos sociais e culturais não-modernos [sic], ela coincide com categorias mágicas tais como mana e outras, e se define de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de se estender e se propagar continuamente.” (GONÇALVES, 2009, p. 110)

O autor propõe uma extensão da categoria patrimônio de forma que ela possa ser pensada como uma categoria universal, que vai adquirir diferentes significados a depender do coletivo. Caracterizar Patrimônio como uma categoria de dimensão universal, argumenta ele,

talvez torne possível “[...] iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas, continuam a usá-la.” (GONÇALVES, 2009, p. 115).

Convém assinalar que outros pesquisadores, munidos de outros referenciais, podem discordar de algumas acepções de Gonçalves. O próprio autor, no decorrer de seu trabalho, alerta que existem, sim, limites para o uso da categoria. Se levarmos em consideração outro importante referencial utilizado no presente estudo, os trabalhos da antropóloga Regina Abreu: Como já mencionado nesta seção, a categoria patrimônio, tal como foi construída após a Revolução Francesa, é marcada também por uma noção de bem, de propriedade, uma noção jurídica. Historiadores trabalham a categoria Patrimônio dentro do tempo histórico, datado, que tem seu progresso no tempo linear que, por sua vez, é uma concepção moderna do tempo. Em contrapartida, é pertinente ressaltar que uma sociedade ameríndia, por exemplo, não partilha da mesma noção de posse e propriedade que as sociedades modernas possuem. Sobre isso, Abreu (2015) argumenta que

Nestas sociedades, com forte capital de memória, não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido que conhecemos de herança. Só para citar um exemplo, entre os índios Waiãpi, quando uma pessoa morre, toda a família abandona a casa com os seus objetos, pois acredita-se que o espírito do morto precisará voltar para aquela casa e fazer uso dos objetos. [...] Assim, o sentido de herança que atribuímos à categoria patrimônio não faria o menor sentido entre os Waiãpi.” (ABREU, 2015, p. 3-4).

A partir dessa colocação, em vez de propor Patrimônio como uma categoria universal, não seria mais adequado afirmar que, em certas sociedades, existe algo equivalente ao que nós, ocidentais, concebemos como patrimônio? É um dos questionamentos que podemos examinar após o estudo de autores que trabalham referenciais diferentes, por exemplo.

Verifica-se, dessa forma, o caráter polissêmico que a categoria Patrimônio assume. É uma noção dinâmica – assim como as noções de linguagem, memória, etc. –, e diferentes acepções vão surgir e, eventualmente, entrar em disputa a depender da linha teórica na qual o conceito estará sendo trabalhado. Assim como o conceito de memória social, a noção de patrimônio é construída socialmente, manifestando-se em determinados períodos históricos e assumindo as características atreladas ao coletivo social desse determinado momento.

2.4 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

Antes do período da Revolução Francesa, a posse dos acervos bibliográficos era restrita ao clero (particularmente aos mosteiros) e aos membros da realeza e da nobreza. Com o fim do Antigo Regime, o colecionamento do livro estava, finalmente, livre para a posse pessoal e individualizada. Essa nova possibilidade de uso dos acervos bibliográficos coincidiu com a formação da noção moderna de Patrimônio que posteriormente, se desdobraria para patrimônio bibliográfico.

Em 2015, a bibliotecária Valéria Gauz ressaltou a escassez de trabalhos que abordassem o patrimônio bibliográfico, resultando em uma quase invisibilidade acerca do tópico. Segundo a autora, essa seria uma lacuna a ser preenchida, principalmente por profissionais e pesquisadores que lidam com tais acervos e, também, professores que ministram disciplinas relacionadas à história do livro. Refletir sobre o patrimônio bibliográfico, resalta Gauz (2015) importa principalmente pelo amplo entendimento de nossa própria cultura bibliográfica. Essa preocupação, enunciada há quase uma década, continua atual, visto que trabalhos sobre patrimônio bibliográfico são escassos até mesmo em disciplinas que propõem aprofundamento teórico na categoria patrimônio e em seus diversos tipos. Logo, em 2022, ainda procuramos retificar lacunas sobre o tema patrimônio bibliográfico, sendo esse o objetivo desse tópico.

De acordo com Hélène Richard, citada e traduzida pela pesquisadora Ingrid Lopes de Souza (2017) no trabalho *Patrimônio bibliográfico de C&T em universidades: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer*, a noção de Patrimônio foi se constituindo progressivamente como consequência de uma abordagem analítica que, a princípio, abarcou a seleção de edifícios a serem conservados e, subsequentemente, voltou a atenção para o valor de monumentos. Essas abordagens analíticas voltadas aos candidatos a patrimônio resultaram em um conjunto de recomendações e normas que, no cenário internacional, estenderam a noção de patrimônio de monumento para sítio, bem como para as manifestações culturais dos coletivos (entendidas como patrimônio imaterial). No que diz respeito às bibliotecas, Richard (2010 apud Souza, 2017) sublinha uma evolução conceitual similar e ratifica que o conjunto de coleções de uma biblioteca, a princípio, não é considerado patrimônio, sendo necessário então o olhar atento de profissionais bibliotecários para identificar

o valor ou a missão patrimonial que pode estar imbuído nas coleções bibliográficas, levando em consideração principalmente o seguinte:

- As coleções das bibliotecas são as principais fontes para a história política, científica, literária, artística ou técnica. São igualmente os melhores sinais de difusão das ideias e decorrentes culturais. Além disso, obras aparentemente insignificantes podem conter elementos fundamentais;
- Os documentos de uma biblioteca não estão isolados uns dos outros. As coleções se constituem progressivamente e as aquisições são frequentemente feitas à luz das coleções já existentes, quer se trate de reforçar uma coleção já rica ou ao contrário de preencher lacunas. Da mesma forma, uma biblioteca não está isolada, mas se inscreve em uma rede de instituições que compartilham de fato a responsabilidade patrimonial;
- A noção de patrimônio nas bibliotecas não poderia ser isolada da que se aplica ao patrimônio monumental ou móvel, e em particular da que elaboram constantemente os pesquisadores do Inventário (RICHARD, 2010, p. 12-13 apud SOUZA, p. 2017).

À vista disso, espera-se dos bibliotecários que busquem identificar itens que possivelmente possuam algum tipo de valor patrimonial suficientemente relevante para serem salvaguardados e transmitidos às futuras gerações.

De acordo com Apóstolo (2020), bibliotecas sempre tiveram um papel na comunicação do patrimônio, visto que as coletividades as têm como guardiãs da cultura e como lugares da memória coletiva. Bibliotecas enquadram-se no conceito de patrimônio cultural tangível móvel, sendo essa designação aquela que compreende os objetos arqueológicos históricos, artísticos, etnográficos, tecnológicos, religiosos e de origem artesanal, bem como livros manuscritos, documentos, artefatos históricos, fotografias, filmes, documentos etc. Além disso, existe também o valor relativo ao caráter informativo das bibliotecas, particularmente as públicas e universitárias, cujos conteúdos acabam por se relacionar também com outras peças patrimoniais (APÓSTOLO, 2020). São as bibliotecas, bem como arquivos e museus, as instituições mantenedoras do patrimônio bibliográfico.

O patrimônio bibliográfico é definido como “Conjunto de espécies bibliográficas que foram acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo, seja qual for o seu tipo de suporte.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 945). Araújo (2020) descreve o patrimônio bibliográfico como coleção de livros impressos ou documentos, geralmente no

formato físico (impressos, manuscritos, folhetos, etc.), resultantes da cultura escrita e que difundem ideias e/ou saberes e modos de vida de determinado coletivo, comunidade ou sociedade, expressando então sua identidade cultural. Enquanto registro escrito, o patrimônio bibliográfico é “[...] de suma importância para entender como a sociedade chegou ao ponto que está, que influências internas e externas possuímos, como nos desenvolvemos e também como pretendemos continuar nos desenvolvendo.” (ARAÚJO, 2020, p. 85). O patrimônio bibliográfico também, sublinha Gauz (2015, p. 72), possui aspectos próprios que o difere dos demais tipos de patrimônio, posto que “[...] não é ressignificado ao mudar de ambiente: permanece livro, com sua função primordial de leitura, as mais variadas, de modo geral”.

No que tange o aspecto de preservação, o patrimônio bibliográfico, talvez, tenha sido contemplado no Brasil pela primeira vez em 1937, quando o antigo SPHAN criou o seguinte conjunto de diretrizes:

Art. 1º. - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, **bibliográfico** ou artístico. (SPHAN, 1980, p. 111, grifo nosso).

Alguns anos depois, a Constituição Federal de 1988 veio a assegurar o acesso à informação como direito fundamental de todo cidadão, definindo como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural [...]; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural” (BRASIL, 1988). Em 2003, o Art. 2º da Lei nº 10.753/2003, visando instituir a Política Nacional do Livro, determinou que

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2003)

Observa-se que os documentos oficiais ainda contemplam o patrimônio bibliográfico de forma implícita, “sem muitas especificidades, como documento, acervo histórico e/ou bem cultural.” (GAUZ, 2015, p. 79). Apesar de livros e bibliotecas não estarem incluídos – de uma maneira mais objetiva e intencional – como componentes do patrimônio cultural nas normas do sistema jurídico nacional e em convenções internacionais, pode-se dizer que o livro raro, isoladamente, tem sido entendido como patrimônio, como podemos aferir a partir de iniciativas como o Programa Memória do Mundo (NAPOLEONE; BEFFA; MARIA; JASTWEBSKI, 2016).

O Programa Memória do Mundo (MoW) da UNESCO tem por objetivo promover a preservação e o acesso ao patrimônio documental (arquivístico e bibliográfico) produzido pela humanidade. Foi criado a partir da apreensão de Frederico Mayor Zaragoza que, enquanto Diretor-Geral da UNESCO, presenciou, em 1992, as consequências da destruição da Biblioteca de Sarajevo durante a guerra da Bósnia, onde cerca de dois milhões de livros, periódicos e documentos – muitos deles raros ou únicos, de valor imensurável – foram arruinados. (UNESCO, 2002). Percebeu-se, então, que grande parte da memória dos povos está contida em documentos bibliográficos e arquivísticos, havendo então a urgência da identificação e preservação desses acervos. A Memória do Mundo, reconhece o Programa, é a memória coletiva e documentada da sociedade, seu patrimônio documental, que, por sua vez, “[...] representa a maior parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, de descobertas e conquistas da sociedade humana. É o legado do passado para o presente e futuro da comunidade global.” (UNESCO, 2002, p. 5).

O Programa Memória do Mundo reforça que a memória do mundo está majoritariamente integrada a unidades de informação (bibliotecas, arquivos, museus) do mundo, sendo que o patrimônio documental de muitos povos já foi destruído ou dispersado após diversas circunstâncias históricas (deslocamentos acidentais ou deliberados, incêndios, guerras etc.). Gradualmente, a tomada de consciência acerca desses riscos resultou na criação do MoW, que tem como objetivos principais três tópicos, a saber:

- (a) Facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas;
- (b) Facilitar o acesso universal ao patrimônio documental.

(c) Criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental. (UNESCO, 2002, p. 6).

Os objetivos possuem uma perspectiva global que visa integrar todos os países e povos em um esforço coletivo para garantir a preservação da memória, sem distorção e perdas.

O programa confere, também, um selo de reconhecimento a itens e coleções tidos como representativos do patrimônio cultural da humanidade. Em 2017, a bibliotecária Márcia Valéria da Silva de Brito Costa, diretora da Biblioteca Central da UNIRIO, relatou ter submetido ao programa a coleção especial Memória da Biblioteconomia, acervo esse composto por itens utilizados no primeiro curso de formação em Biblioteconomia do país, ministrado na Biblioteca Nacional entre os anos de 1915-1969 (COSTA, 2017). Embora não forneça recursos financeiros, entende-se que o selo de reconhecimento do Programa Memória do Mundo distingue o item como extremamente representativo e valioso ao patrimônio cultural do mundo. Como critério de concessão, é estabelecida a necessidade de o item possuir: autenticidade, raridade, unicidade, singularidade, relevância, organicidade, acesso e integridade, “Caso de exemplares únicos, representativos como produto do seu tempo, lugar e de sua população, considerando ainda seu contexto social e cultural.” (COSTA, 2017, não paginado).

Os critérios utilizados pelo Programa Memória do Mundo para a identificação do patrimônio bibliográfico coincidem com a aceção dos pesquisadores Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428, tradução nossa⁷) que descrevem que o patrimônio bibliográfico “[...] atende a pelo menos uma das seguintes características: originalidade (autenticidade), singularidade (insubstituibilidade), valor simbólico, valor de conteúdo ou valor estético”. Os autores acrescentam que o patrimônio bibliográfico pode ser observado a partir de duas características distintas: i) características externas: relacionadas ao contexto social e cultural das instituições que conservam os itens patrimoniais, e ii) características internas: inerentes ao documento em si, sendo a particularidade de cada item. A investigação de Jaramillo e Marín-Agudelo (2014) definiu as seguintes características internas:

- Originalidade (autenticidade): identidade e proveniência do material: manuscritos, fac-símiles.
- Idade: material "primeiro de seu tipo" ou com mais de 50 anos de publicação.

⁷ [...] cumple con al menos una de las siguientes características: originalidad (autenticidad), unicidad (irreemplazable), valor simbólico, valor del contenido o valor estético.

- Conteúdo: material de grande circulação na biblioteca e cujo conteúdo marcou, de alguma forma, a comunidade.
- Raridade e escassez: único e insubstituível, material cujo desaparecimento ou deterioração constitui um empobrecimento do patrimônio.
- Forma e estilo: valor estético, estilístico ou linguístico. (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 429, tradução nossa⁸).

Dessa forma, têm-se um conjunto de particularidades, inerentes ao documento, que auxiliam na identificação de itens constituintes do patrimônio bibliográfico. O patrimônio bibliográfico afirma-se, então, enquanto todo documento que personifica ou expressa a identidade cultural de uma coletividade, comunidade ou nação, sendo resultante de um momento histórico ou de valor simbólico (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014). Embora se apresente em diversos suportes (livro, brochura, cartaz, cartografia, revista, entre outros), a expressão máxima do patrimônio bibliográfico encontra-se na figura do livro, tendo inevitavelmente um desdobramento para o conceito de livro raro.

A compreensão acerca do que é livro raro costuma estar recorrentemente – e equivocadamente – associada a livros antigos, livros “velhos”. É muito comum bibliotecas e sebos receberem visitantes que, portando algum exemplar com data do século passado, indagam e investigam o valor do livro (muitas vezes herdado dos pais ou avós), considerando a característica de antiguidade ou velhice como primeiro princípio qualitativo de raridade da obra (HORCH, 1982). O bibliófilo Rubens Borba de Moraes (1998), entretanto, ressalta que não é a idade que torna livros valiosos. Toda biblioteca pública, por exemplo, dispõe de inúmeros livros antigos que, caso fossem postos à venda, não interessariam a ninguém. É a procura, argumenta o autor, que torna um livro valioso. Convém assinalar, entretanto, que não estamos postulando que a idade do livro não tem relevância alguma na atribuição de raridade bibliográfica; já registramos, embasados por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), que ela faz parte do conjunto de particularidades inerentes ao documento (características internas) e que é de grande auxílio, sim, na identificação do patrimônio bibliográfico. Atenta-se aqui apenas para o fato de que a idade do livro não é um indicador inequívoco para identificar o que é um livro raro.

⁸ - Originalidad (autenticidad): identidad y procedencia del material: manuscritos, facsímil. - Antigüedad: material “primero de su tipo” o tener más de 50 años de publicación.- Contenido: material de alta circulación en la biblioteca, su contenido marcó huella en la comunidad.- Rareza y escasez: único e irremplazable, material cuya desaparición o deterioro constituye un empobrecimiento del patrimonio.- Forma y estilo: valor estético, estilístico o lingüístico.

Antes de entrar na definição do que é livro raro, importa, também, salientar que utilizamos o termo “livros” raros, ao invés de “obras” raras. Embora os termos denotem sentidos semelhantes e sejam muitas vezes utilizados como sinônimos, no contexto de pesquisa no qual a raridade bibliográfica é estudada, eles diferem. De acordo com Thales Siciliano (2020, não paginado), isso ocorre porque “[...] a raridade não está na ideia, no conteúdo intelectual, e sim no objeto físico, no livro, de acordo com os conceitos do FRBR”. Nessa perspectiva, o termo “obra” relaciona-se com o enredo, o conteúdo intelectual do livro, enquanto “livro” é a manifestação material que recebe os atributos de raridade. Assim, o livro raro é abordado de maneiras diferentes, enquanto “[...] conteúdo (o livro que se lê) e como continente (o livro que vê), relevando, respectivamente, a informação registrada e a informação material.” (PINHEIRO, 2018, não paginado).

Mas, afinal, o que é um livro raro? Que características precisa apresentar para atestar sua raridade bibliográfica?

O senso comum, bem como a maioria dos dicionários, vai dizer que o livro raro é aquele difícil de encontrar, ao contrário do livro comum. O termo “raro” significa algo valioso ou precioso; dessa forma, o livro raro seria uma publicação incomum, difícil de ser localizada e, por conta disso, com valor superior ao dos livros disponíveis no mercado (SANT'ANA, 2001). Segundo Faria e Pericão, autoras do *Dicionário do Livro* (2008), o livro raro é:

Aquele que é assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico, papel, ilustrações, etc.); consideram-se geralmente livros raros os incunábulos, as publicações anteriores a 1800, as primeiras edições de obras literárias, científicas e artísticas, as obras com encadernações primorosas, as obras que pertenceram a personalidades célebres e que apresentam sua assinatura ou notas e sobretudo os exemplares únicos. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 783).

Percebe-se, assim, que a raridade bibliográfica é tida a partir da constatação de algumas características específicas, dentre elas as marcas de proveniência e propriedade (assinatura, dedicatória, marginais, Ex libris, carimbos, etc.) que individualizam o exemplar, tornando-o único – essa particularidade do livro raro é muito relevante para esta pesquisa e será melhor descrita e exemplificada no próximo capítulo. A definição de livro raro é sintetizada por Ana Virgínia Pinheiro como “[...] item bibliográfico desse modo identificado porque é o único

exemplar conhecido, porque é precioso para quem o possui, ou porque é inquestionavelmente raro.” (PINHEIRO, 2015, p. 33).

Outra característica do livro raro é sua diferença de contexto frente a outros tipos de objetos patrimoniais. De acordo com Gauz (2015, 82) “os objetos patrimoniais etnográficos, assim como os museológicos (com exceção daqueles em casas museus, se podemos generalizar), são retirados de seu contexto original e ganham ressignificação nos museus”. O livro raro, na condição de patrimônio, se distingue por permanecer no próprio contexto ambiental (biblioteca), até mesmo em casos de transferência de uma biblioteca particular para uma biblioteca institucional. Sem alteração no contexto ambiental, o “livro raro-objeto pode ser considerado um quase objeto de museu no que tange a sua fisicalidade, mas jamais perde a sua função basilar de objeto de biblioteca” (GAUZ, 2015, p. 82).

Por fim, identifica-se, também, o aspecto de subjetividade que envolve o conceito de livro raro. Pinheiro (2015) sublinha que isso ocorre, geralmente, porque o sentido de raridade é subjetivo e varia a depender do olhar de quem avalia. Não existe uma fórmula exata para atestar a raridade bibliográfica, apenas diretrizes que resultam de debates e atribuições conjunturais e que serão adotadas (ou não) e adaptadas a depender dos interesses de cada instituição. O bibliotecário André Vieira de Freitas Araújo (2015, p. 19) sublinha que isso ocorre porque o livro “[...] pode ser raro em uma instituição e não em outra; pode ser raro em um determinado momento histórico e não em outro. É neste sentido que a atribuição de raridade não está ligada a uma realidade definitiva, estática e imutável”. Logo, pode-se aferir que o conceito de livro raro, assim como “memória” e “patrimônio”, é um construto social polissêmico e em constante processo de significação e ressignificação na História.

3 OS LIVROS QUE HABITO: A QUESTÃO DAS MARCAS DE PROVENIÊNCIA

“When we handle books sensitively, observing them closely so as to learn as much as we can from them, we discover a thousand little mysteries.”

(Roger Stoddard)

No livro *Fantasma na biblioteca: a arte de viver entre livros* (1980), o bibliófilo Jacques Bonnet narra um episódio que lhe ocorreu em 1980, na praça des Precheurs, em Aix-en-Provence. Na ocasião, centenas de livros, antes pertencentes à coleção particular de um falecido reitor faculdade de Aix, estavam sendo vendidos ali, em pleno vento, às pressas e sem alarde. Apesar de nunca ter conhecido pessoalmente o reitor, Bonnet relatou a tristeza que o tomou quando folheou alguns livros e identificou algumas dedicatórias como “*Com minha mais viva admiração...*” e “*Ao Sr. Reitor, como testemunho de...*”, bem como os exemplares de *Revue Balzacienne*, publicação que se sabia ter sido o “coração do trabalho” do falecido.

Na ocasião, Bonnet declarou que a vida de um erudito estava ali, à mostra, e que ali ela também terminava. Na esteira dessa contemplação, discorre-se, neste capítulo, sobre marcas que deixamos nas coisas, seu conceito, os livros marcados e alguns tipos de marcas de proveniência bibliográfica que podemos identificar em livros e manuscritos.

3.1 SUPORTES QUE EVOCAM A MEMÓRIA

Os suportes de memória remetem à problemática da cultura material e a uma história que busca a interpretação do passado a partir de traços e restos, podendo ser “[...] materiais ou imateriais. Podem ser coisas, objetos, prédios, paisagens. Mas, também, podem ser rituais, festas, modos de fazer, narrativas orais, performances.” (ABREU, 2016, p. 54). Neste estudo, no entanto, estaremos trabalhando suportes de memória a partir de objetos, uma vez que o objeto de estudo é/está no suporte *livro*.

De acordo com Moles (1981), etimologicamente a palavra objeto, *objectum*, significa coisa existente fora de nós mesmos, coisa colocada adiante, com caráter material: tudo que se oferece à vida e nos afeta os sentidos. A partir dessa definição, particularmente na parte que

conceitua o objeto como “*coisa* existente fora de nós mesmos”, podemos distinguir aquilo que ainda confunde a muitos: relação e diferença entre *objeto* e *coisa*. Ao objeto, destaca o autor, é atribuída a ideia de produto fabricado pelo homem, enquanto a coisa seria o estado “natural” do objeto (não chamaríamos uma árvore de objeto, por exemplo). Desse modo, para maior clareza terminológica, Moles (1981) reserva o termo *coisas* para os sistemas naturais, e o *objeto*, por sua vez, é tudo aquilo que foi produzido pelo homem. Os objetos, observa o autor, “reduzem” as coisas através de um jogo combinado de eliminação natural e de uma artificialização.

Segundo a antropóloga Maria Amália Oliveira (2019), o objeto da cultura material a qual podemos atribuir valores diversificados nem sempre foi contemplado nos estudos antropológicos: houve uma concentração de olhares e estudos e, em certo ponto, a Antropologia passou a desconsiderar certas formas de olhar para o objeto, que passou a ser estudado de forma limitada – como consumo, fetiche etc. Entretanto, de acordo com Oliveira, pesquisadores como Daniel Miller voltaram o olhar, antes distante, para aquilo que hoje é chamado de cultura material, tendo então a retomada de uma série de análises acerca do objeto, agora sob variadas atribuições de valor.

A coletânea *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, organizada por Arjun Appadurai, vai propor um certo afastamento da crítica marxista do objeto – onde esse se encontra muito relacionado à mercadoria como fetiche, como objeto de consumo, e ao consumismo – e oferecer aos objetos/coisas uma outra análise. Appadurai (2010) traz o objeto como algo ao qual também podemos atribuir valor simbólico – para além do econômico – e volta seu olhar para a trajetória que os objetos podem traçar na sociedade, trazendo então uma perspectiva das relações entre indivíduos, objetos/coisas e valores. Para o autor, existem diversos valores passíveis de atribuição, incluindo valor emocional, estético, espiritual. Em sua obra, o autor infere que a mercadoria é apenas uma fase dentro do percurso pelo qual as coisas passam em sua trajetória de vida.

O objeto torna-se, também, o meio artificial que o homem cria para habitar. Se, no princípio, tudo eram coisas, a tendência gradualmente mudou e o homem passou a construir sua vida utilizando os sistemas de objetos. O pesquisador Marcus Dohmann, estudioso de artes visuais, ressalta que a natureza transforma-se em objeto a partir do momento em que o homem utiliza de suas dádivas para finalidades sociais, atribuindo-lhes valor. Objetos, coisas, troços e

trilhas, observa Dohmann (2010), estão carregados de sentidos, significados e ressignificados, resultados das experiências intersubjetivas e interativas dos indivíduos, entre si e com o resto do mundo. O autor acrescenta que

Vivemos um tempo em que pensamos os objetos como companheiros para nossas emoções ou como provocadores de um pensamento. [...] Pensamos com os objetos que amamos e amamos os objetos sobre os quais pensamos. Nos tempos atuais, a sociedade humana experimenta total imersão no culto aos objetos, que se renovam e multiplicam aos milhares configurando nosso entorno e influenciando profundamente nossas relações sociais. (DOHMANN, 2010, p. 76)

Segundo o autor, os objetos acabam por refletir a nós mesmos, atuando como espelhos da nossa própria imagem. Essa reflexão vai ao encontro de Abreu quando a autora afirma que “[...] os objetos muitas vezes são vistos como seres análogos aos seres vivos. As casas reproduzem o corpo humano, os objetos são extensões das pessoas.” (ABREU, 2015, p. 4).

3.2 DO QUE REMANESCE: MARCA, RASTRO, TRAÇO, VESTÍGIO, RESTO E RUÍNA

É relevante investigar alguns conceitos que, na literatura, acabam por frequentemente se atravessar, associar e, em muitos casos, se confundir, tais como: marca, rastro, traço, vestígio, resto e ruína. Vamos nos debruçar, neste tópico, na investigação desses conceitos a partir do olhar de diferentes autores, na tentativa de discernir onde se aproximam e o que os distingue.

Pesquisar o termo “marca” em dicionários nos remete a múltiplas definições, a exemplo de: “traço, sinal, impressão deixada por alguém ou algo”, “vestígio, sinal”, “sinal para lembrar ou recordar alguma coisa”. No âmbito da História do Livro e da Biblioteconomia de Livros Raros, “marca” é definida por Faria e Pericão (2008) como firma, rubrica, carimbo e sinais que, no geral, servem como uma assinatura. Nessa esfera, as marcas subdividem-se em diversas categoriais – a exemplo de marca tipográfica, marca d’água, marca de fogo, entre outras – e também podem apontar para a proveniência do item, sendo essa a “Informação acerca da transmissão de propriedade de um manuscrito ou impresso [...] ou qualquer inscrição de anteriores possuidores pode indicar a proveniência da espécie na qual aparece.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 1017). Percebe-se, assim, que ambas as definições partilham da noção de

“marca” como um fragmento testemunhal de algo passado. Recorrentemente, a definição desse termo é associada a outros vocábulos estudados em diferentes literaturas.

O filósofo Walter Benjamin desenvolve em seus escritos o conceito de *Spur*, termo esse que adquiriu traduções variadas em português – a depender das diferentes e complexas conotações de leitura – a exemplo de rastro, marca, traço, vestígio, entre outros. De acordo com SILVA (2018), a noção de *Spur* é melhor entendida quando pensada simultaneamente com a de aura, conforme confirma Benjamin em carta endereçada a Adorno em 1938 “[...] o conceito do rastro encontrará sua determinação filosófica em oposição ao conceito de aura.” (BENJAMIN, 586 apud SILVA, 2018, p. 168). A aura, segundo Benjamin, se apresenta na obra de arte quando o artista, no momento da criação, a concebe à luz de seus próprios sentimentos e intenções, concedendo à obra sua identidade e unicidade. Konder (1989) acresce que a aura nos anuncia que “[...] as coisas são o que são e não aquilo que nós – em nossa visão espontânea e perversamente ‘coisificadora’, condicionada pela reificação – nos habituamos a pensar que elas sejam.” (KONDER, 1989, p. 53). O surgimento do rastro encontra-se interligado ao fim da aura. De acordo com Benjamin (2006, p. 490), o rastro se configura na “aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que deixou”, enquanto a aura simboliza a “aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca”. A partir disso, o autor deduz que “No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós” (BENJAMIN, 2006, p. 490). O conceito de rastro (e, conseqüentemente, de aura) de Benjamin é complexo e resulta em múltiplos sentidos a depender das diversas conotações de leitura; neste estudo, todavia, nos interessa a interpretação de “rastro” enquanto a presença de uma ausência, uma marca não intencional da existência humana.

Aleida Assmann (2011), estudiosa da cultura material, em sua obra *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* aborda o conceito de “vestígios” a partir de sua relação com texto e escrita. De acordo com Assmann, anunciou-se uma mudança estrutural profunda da memória cultural: “Se no terreno da tradição a memória se determinava com base na inscrição e armazenamento, no âmbito da consciência histórica a memória só se determina a partir do apagamento, da destruição, da lacuna, do esquecimento.” (ASSMANN, 2011, p. 225). Firmam-se, a partir daí, novas prioridades e vai-se “dos textos aos vestígios” como mídias de memória cultural. Assmann (2011) aponta que, enquanto o texto possibilita a reativação de informações passadas, o vestígio pode apenas reconstituir um fragmento do

sentido antigo, sendo então signos duplos que conectam intrinsecamente a recordação e o esquecimento: “É a clarividência quanto a esse esquecimento embutido nos vestígios que rompe a linha contínua da tradição – arrancando-a do passado, lançando-a por entre o presente, em direção ao futuro –, e é ela que torna estranho o passado.” (ASSMANN, 2011, p. 225).

O vestígio, segundo a autora, difere do texto por possibilitar um acesso diverso ao passado. O texto se configura como uma mídia de memória cultural intencionalmente produzida para resguardar o “passado claro da tradição”; o vestígio, por sua vez, possibilita um acesso diferenciado ao passado por incluir articulações como as ruínas, fragmentos e os elementos remanescentes. Vestígios são os resquícios de uma produção involuntária, assumindo então um caráter não intencional, são “informações indiretas que documentam a memória não estilizada de uma época, a memória não submetida à censura ou a desfiguração alguma.” (ASSMANN, 2011, p. 225-226). Referindo-se ao sentido de Marcel Proust, Assmann (2011) ressalta que a “[...] busca de vestígios do historiador cultural concentra-se na memória involuntária de uma sociedade do passado”. Dessa forma, vestígios acabam sendo até mesmo mais valiosos que os textos, uma vez que foram concebidos por testemunhas que, sendo mudas e indiretas, acabam por fornecer um grau mais elevado de veracidade e autenticidade àquilo que produzem. Essa reflexão é partilhada, também, por Paul Ricoeur, que afirma que os vestígios mais preciosos são aqueles que nunca estiveram destinados a nossa informação.

O historiador Paul Ricoeur contribuiu também com a discussão do presente tópico ao publicar, em 1997, a obra *Tempo e Narrativa*, na qual investiga a noção de rastro. Ricoeur (1997) considera que “[...] a função que o documento tem de informar sobre o passado e de ampliar a base da memória coletiva, a fonte de autoridade do documento, como instrumento dessa memória, é a *significância* ligada ao rastro.” (RICOEUR, 1997, p. 200, grifo do autor). O autor argumenta que, se documentos podem ser coletados e conservados, e arquivos podem ser enunciados como instituídos, é porque o passado deixou rastros que, na forma de monumentos e documentos, tornam-se suas testemunhas. (RICOEUR, p. 200). Mas o que, afinal, é o rastro e o que significa deixá-lo? Segundo o autor, o primeiro sentido dado ao termo *trace* (traço) é “vestígio que um homem ou um animal deixou no lugar em que passou” posteriormente, empregando uma conceituação mais geral: “toda a marca deixada por uma coisa”. Ricoeur destaca:

Sigamos, em benefício da história, o subentendido do primeiro sentido: alguém passou por ali; o vestígio convida a seguir, a remontar, se possível, até o homem, até o animal, que passaram por ali; o vestígio pode ser perdido; pode até se perder, não levar a lugar nenhum; pode também se apagar: pois o vestígio é frágil e precisa ser conservado intacto, se não, embora a passagem tenha ocorrido, ela simplesmente terminou; é possível saber, por outros indícios, que homens, animais, existiram em determinado lugar: permanecerão para sempre desconhecidos se nenhum vestígio levar até eles. Portanto, o vestígio indica aqui, ou seja, no espaço, e agora, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a pesquisa, a investigação. Ora, a história é tudo isso. Dizer que ela é um conhecimento por vestígios é recorrer, em última instância, à significância de um passado terminado que, no entanto continua preservado em seus sinais. (RICOEUR, 1997, p. 204).

O autor acrescenta que a passagem pode não mais existir, mas o rastro remanesce e seu fenômeno – tal como o das ruínas, dos restos, dos documentos – desloca-se e se “refigura” no tempo. De acordo com Ricoeur, o ato de decifrar “rastros” do passado pressupõe noções de tempo (datável, público, extensivo), pois de nada interessa a “databilidade sem data” a quem busca remontar rastros; faz-se necessário seguir o rastro com o relógio na mão e reconstituí-lo com o calendário no bolso. Subsequentemente, decifra-se, assim, no espaço, o estiramento do tempo. Ricoeur considera que “[...] o trajeto da passagem, assim como o traçado do rastro, são impiedosamente lineares. É no tempo sucessivo que é preciso reconstituir a significância do rastro, ainda que este não esteja contido na pura sucessão.” (RICOEUR, 1997, p. 207). O rastro, dessa forma, projeta nossas inquietações no tempo público e, embora possa ser visto por todos, é decifrável apenas por aqueles cujos propósitos incidem em sua busca e investigação.

O antropólogo francês Octave Debary, no âmbito dos estudos acerca da vida social dos objetos, é autor do livro *Antropologia dos restos: da lixeira ao museu*, onde tece algumas observações acerca do conceito de “restos”. Debary, apresentando o propósito de seu trabalho, afirma que busca investigar a capacidade de fazer dos restos “[...] outra coisa (reciclá-los), de transmiti-los (os “vendas de garagem”), de encenar (no teatro), de se apoderar deles para criar algo novo (na arte) ou questionar nossa recusa em perdê-los (o patrimônio).” (DEBARY, 2017, p. 19), investigando, dessa forma, os modos como reconfiguramos a História por meio de restos.

Debary (2017) entende o “resto” como espaço de interposição entre os tempos: o tecido do tempo é aberto em uma ruptura relacionada a sua perda e, também, à possibilidade de sua recuperação, em que a utilidade do resto passa por redefinições. A sociedade mercantil,

considerando a característica permutável das coisas, tenciona a eliminação do resto que, a partir do que ainda possui, acaba por retornar à sociedade, uma vez que “A pobreza de sua utilidade é conjurada pela riqueza de sua história, mesmo pouca, mas sempre singular”. (DEBARY, 2017, p.115). Os restos, apesar de ricos em perdas, ainda significam algo no presente, permitindo então uma fronteira entre os tempos; “o tempo presente exige a presença de coisas marcadas precisamente pelo que foi perdido, pelo que não é mais” (DEBARY, 2017, p. 113).

Por fim, sobre o significado de ruínas: para Cirlot (1991 apud Sousa Júnior, 2017, p. 5) o conceito “se circunscreve em seu sentido simbólico, isto é, a destruição como significado óbvio e literal, a vida morta”. Sousa Júnior (2017) sublinha que é ruína aquilo que remanesce de algo que não conhecemos ao certo, algo que em algum momento esteve ali, inteiro e funcional, mas que hoje não somos capazes de reconstruir. Ruínas se apresentam como fragmentos, partes desconexas de algo que um dia fora um conjunto, mas hoje não mais se encaixam em uma noção organizada e racional, sendo essa natureza complexa – a chamada “vida morta” – que incita a imaginação e a fantasia daqueles que se deparam com uma ruína, uma vez que “As ruínas possuem também uma dimensão onírica porque são espaços para a fantasia e a especulação imaginativa, um convite à arte de construir ou reconstruir mentalmente.” (SOUSA JÚNIOR, 2017, p. 4). Pomian (2000) acrescenta que toda recordação é, como de resto, uma ruína e “[...] se interessa, é porque permite conservar uma relação com o passado e também porque permite remontar no tempo e encontrar algo da completude original perdida. Permite proceder a uma reevocação.” (POMIAN, 2000, p. 512). A ruína, dessa forma, acaba por aproximar e significar, concomitantemente, definições que se contrapõe: ruína é construção e destruição; é criação e deterioração, é vida e morte ou a vida na morte.

3.3 LIVROS MARCADOS E SEUS “PEQUENOS MISTÉRIOS”

Na primavera de 1973, o bibliotecário Roger Stoddard, então funcionário da Biblioteca de Houghton (Universidade de Harvard), partiu para Londres em uma viagem bianual de aquisições para a biblioteca. Stoddard (1985) relata que visitou, tal como gerações de bibliotecários de Harvard fizeram antes dele, as instalações do *E. P. Goldschmidt Ltd*, e ali folheou e examinou livro a livro. Foi nesse exame que Stoddard se deparou com um exemplar do século XVI que apresentava um conjunto intenso de anotações e marcações. Segundo o

bibliotecário, títulos de capítulos foram precedidos por sinais de parágrafos e sublinhados em tinta vermelha ou azul e, ao lado das iniciais capitulares que compõem o texto (bem como fornecem a decoração esperada do trabalho de um escriba medieval), havia uma quantidade significativa de notas e marcas de leitura. Interlineação, marginália, índices, sumários, e punhos⁹ (mãos, desenhadas no texto impresso, cujos dedos apontam para partes do texto), marcações inscritas em vermelho ou pintadas com tinta vermelho-sangue. Intrigado, Stoddard solicitou o envio de uma duplicata do livro para a Universidade de Harvard, considerando que as marcas seriam úteis quando apresentadas para leitores e estudantes. A partir daí, foi impulsionado pelo crescente interesse não apenas no livro impresso, mas, sobretudo, nas marcas identificadas extrinsecamente à impressão original.

Antropólogos acreditam que vestígios de uso podem mostrar como artefatos foram utilizados ao longo da história da humanidade. A isso, Stoddard (1985) argumenta que o livro, assim como ferramentas e roupas, também apresenta sinais de uso e, sendo provavelmente o objeto mais complexo produzido pela humanidade, as marcas deixadas nele – isto é, seus vestígios de uso – podem ser eloquentes, revelando muito sobre as relações humanas e a evolução do pensamento. Stoddard afirma que “Quando manuseamos livros com sensibilidade, observando-os de perto para aprender o máximo que podemos com eles, nós descobrimos milhares de pequenos mistérios” (STODDARD, 1985, p. [3], tradução nossa¹⁰), seja por dentro, por fora ou arredor, a forma do livro pode apresentar os mais variados vestígios – alguns extremamente visíveis, outros mais discretos –, mas todos eles são indícios, aponta o autor, que podem nos ensinar muito se estivermos dispostos a decifrá-los.

Em 1984, Roger Stoddard foi curador da exibição *Marks in Books, Shown and Explained*, uma exposição dedicada a esses vestígios misteriosos deixados em livros por leitores, impressores, encadernadores, livreiros, bibliotecários e colecionadores. Essa exibição resultou no catálogo *Marks in Books, Illustrated and Explained*, publicado em 1985 pela Biblioteca de Houghton em colaboração com a Universidade de Harvard. O professor da Universidade de Nova York William H. Sherman (2009) ressalta que o catálogo resultante da

⁹ Indicação manuscrita ou impressa colocada na margem de um documento, usualmente sob a forma de desenho manuscrito ou, mais raramente, impresso, de uma pequena mão, indicando as passagens mais importantes. Por extensão, punho (FARIA; PERICÃO:797).

¹⁰ When we handle books sensitively, observing them closely so as to learn as much as we can from them, we discover a thousand little mysteries.

exibição de Stoddard, particularmente o prefácio no qual o autor convida o leitor a olhar e manusear o livro com sensibilidade para entender seus “pequenos mistérios”, desafiou gerações de pesquisadores, bibliotecários, profissionais de conservação e restauração e colecionadores de livros: nas duas décadas seguintes, pesquisadores de humanas e ciência da informação têm se empenhado cada vez mais em identificar e entender marcas deixadas em objetos bibliográficos. Segundo Sherman (2009), o trabalho de Stoddard coincidiu e também, de certa forma, impulsionou o início de “[...] uma nova fase na história da leitura enquanto disciplina individual (ou interdisciplinar), na qual as marcas de leitura se apresentam como fonte de evidência para uma ampla gama de práticas.” (SHERMAN, 2008, p. [11], tradução nossa¹¹). Roger Stoddard também influenciou diretamente o trabalho de pesquisadores como o próprio Willam Sherman, autor do livro *Used books: marking readers in Renaissance England*, publicado em 2009, e David Pearson, autor de *Provenance research in book history: a handbook*, publicado em 1994, revisado em 2019 e considerado obra de referência sobre as marcas de proveniência bibliográfica.

A forma do livro dispõe de diversos espaços que possibilitam intervenções das mais variadas. Entretanto, se nossas intervenções fossem desejadas, não pagaríamos multa ao devolver um livro emprestado (e marcado) à biblioteca, bem como não compraríamos por preços menores aqueles exemplares com sinais de uso que costumam ser vendidos em sebos. Isso ocorre porque a prática de marcar livros (seja com anotações, assinatura, parágrafos sublinhados etc.), a depender do momento do mundo em que vivemos, pode ser bem aceita ou não. Uma marca em um livro pode ser considerada tanto uma adição singular e interessante quanto um vandalismo ao material bibliográfico. Esse paradigma ambíguo e conflituoso pode ser observado por meio de inúmeros exemplos ao longo dos séculos.

Marc Drogin (1983), estudioso da marca anathema (ou “maldição do livro”) em manuscritos medievais, ressalta que os escribas ficavam extremamente apreensivos e receosos com o destino dos livros que confeccionavam. Isso ocorria uma vez que o trabalho para fazê-los era árduo e penoso: o escriba ficava horas sentado e curvado em posições desconfortáveis, precisando de foco intenso ao texto para não cometer um único erro que, por menor que fosse,

¹¹ [...] a new phase in the history of reading as a proper discipline (or interdiscipline), in which readers' marks featured as a general source of evidence for a wide range of practices.

comprometeria o resultado final. Muitos foram os testemunhos de escribas sobre as dificuldades desse trabalho, a exemplo do escriba anônimo do século XII:

O trabalho do escritor é o refresco do leitor. Enquanto um esgota o corpo, o outro avança a mente. Quem quer que você seja, portanto, não despreze, mas tenha em mente o esforço daquele que trabalha para te trazer esse benefício... Se você não sabe como escrever, não vai considerar nada difícil, mas se quiser um relato detalhado, deixe-me dizer-lhe que o trabalho é pesado; deixa os olhos embaçados, curva as costas, esmaga as costelas e a barriga, traz dor aos rins e faz o corpo inteiro doer. Portanto, ó leitor, vire as folhas suavemente e mantenha seus dedos longe das letras, pois assim como o granizo arruína a colheita da terra, o leitor imprudente destrói o livro e o que está escrito. Assim como o marinheiro é bem-vindo no porto final, o mesmo acontece com o escriba na última linha. Deo gratias semper. (DROGIN, 1983, p. 21-22, tradução nossa¹²)

“*Dulcis amice, gravem scribendi attende laborem: Tolle, aperi, recita, ne laedas, claude, repone*” ou “Caro amigo, preste atenção ao difícil esforço de um escriba. Leve-me, abra-me, leia-me, não me machuque, feche-me e me coloque de volta”¹³, pedia o Reginbert, do Mosteiro de Reichenau, um escriba gentil que nutria grande afeto e orgulho pela biblioteca sob seus cuidados e, por isso, sempre se colocava no final de seus manuscritos como se o próprio livro estivesse falando com o leitor e pedindo cuidado e responsabilidade para com o material. (DROGIN, 1983). Assim sendo, nessa época, antes da invenção da imprensa, a única marca bem-vinda no livro era a escrita do próprio escriba (além da *anathema*, que destrincharemos melhor depois). Depois disso, “Nenhum homem deve escrever nas páginas de um livro ou rabiscar qualquer coisa em qualquer parte dele” (JUDAH BEM SAMUEL, 1190 apud DROGIN¹⁴, 1983, p. 25).

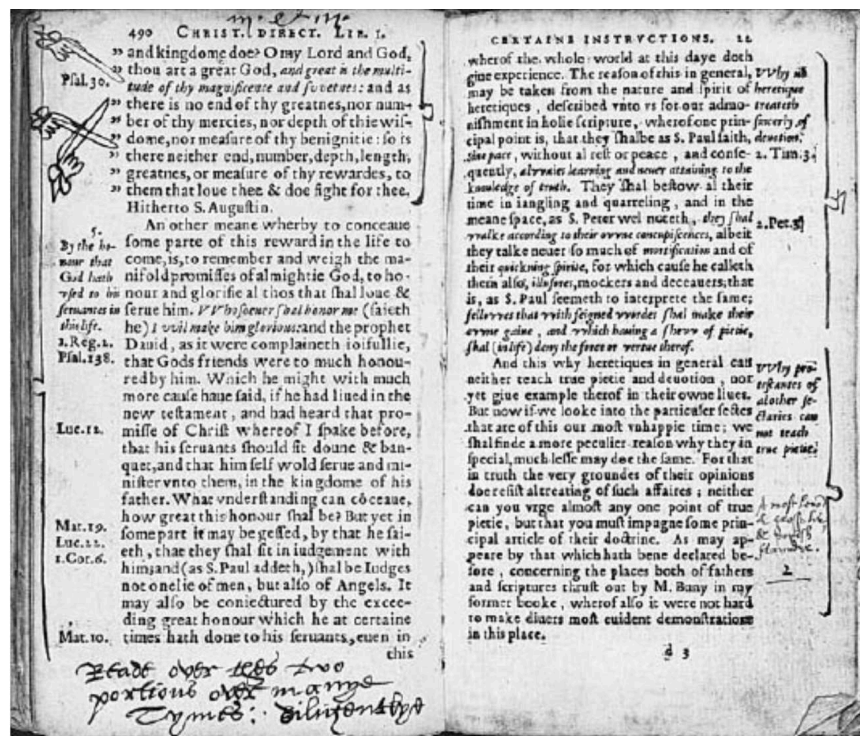
¹² The labour of the writer is the refreshment of the reader. The one depletes the body, the other advances the mind. Whoever you are, therefore, do not scorn but rather be mindful of the work of the one labouring to bring you profit. . . . If you do not know how to write you will consider it no hardship, but if you want a detailed account of it let me tell you that the work is heavy; it makes the eyes misty, bows the back, crushes the ribs and belly, brings pain to the kidneys, and makes the body ache all over. Therefore, O reader, turn the leaves gently and keep your fingers away from the letters, for as the hailstorm ruins the harvest of the land so does the unserviceable reader destroy the book and the writing. As the sailor finds welcome the final harbour, so does the scribe the final line. Deo gratias semper.

¹³ Dear friend, pay heed to the difficult effort of a scribe. Take me, open me, read me, do not harm me, close me and put me back.

¹⁴ Nor shall a man write any accounts upon the pages of a book or scribble anything on any part of it.

A forma de interação com o livro foi diferente na Renascença. De acordo com Sherman (2009), estudioso dos hábitos de leitura na Inglaterra durante o período renascentista, livros eram marcados em grande escala por autores, editores, impressores e estudantes. Durante esse período da história, marcar livros era uma forma de “[...] prestar atenção às palavras, ouvir suas histórias, pensar a respeito de seus argumentos e prestar atenção a suas lições.” (2009, não paginado, tradução nossa¹⁵). Os leitores renascentistas também marcavam seus livros no intuito de “deixar sua marca” no texto, tomando o livro como propriedade pessoal através dessas marcas. Sherman (2009) ressalta que, se o Dicionário de Oxford da época estiver correto, o termo “marcar” possuía uma conotação de prática material e gráfica, indicando “colocar uma marca”, “registrar, indicar, inscrever, ou interpretar com uma marca, símbolo, sinal, nota escrita, etc.”. Essas definições são consideradas obsoletas nos tempos atuais, mas possuíam tais conotações, e eram empregadas nesse sentido ao longo da Idade Média e do Renascimento.

Figura 3: Marcas manuscritas de um leitor desconhecido em um salmo de Robert Parsons (1585)



Fonte: Sherman (2009)

¹⁵ [...] of attending to words, listening to their stories, thinking about their arguments, and heeding their lessons.

Outro aspecto a ser ressaltado se refere à correlação entre leitura, marcas e aprendizado durante a Renascença. Nesse período, estudiosos eram instruídos a anotar em seus livros e, dessa forma, a prática, mais do que permitida, era incentivada. O professor John Brinsley (1566-1624) escreveu a obra *Ludus Literarius*, publicada pela primeira vez em 1612, livro considerado o manual mais influente para o ensino de jovens estudantes. Nele, Brinsley ensinava formas de leitura e aprendizado por meio do emprego de métodos de marcação. Entre suas orientações, ele sugeria que os leitores marcassem as passagens mais importantes do texto (para não esquecer-las depois), e que compilhassem glossários para o aprendizado de Latim. À vista disso, as anotações se apresentavam como auxílio à memória e, sobretudo, como uma forma de promover o encontro e o diálogo entre os grandes eruditos (autores do texto) e os mais notáveis dos alunos (marcadores do texto), pois, ao final, todos se encontravam ali, ao longo do livro. Dessa forma, a leitura era apenas uma parte do processo de interação com o livro, mas não era suficiente, pois era necessária a interação *através* das marcas de leitura; apenas a conjunção entre leitura e marcação tornava possível o real entendimento daquilo que estava escrito.

Ao longo dos séculos, diversos fatores impactaram a percepção da sociedade acerca das marcações em livros. William Sherman (2009), no capítulo *Dirty Books? Attitudes toward readers' marks*, ou, em tradução livre, *Livros sujos? Posicionamentos frente a marcações de leitores*, antepõe alguns desses tópicos, sublinhando que os livros marcados no passado nos ensinam não apenas sobre como eram utilizados em seus respectivos tempos, mas também sobre nossa postura atual para com esses livros que promovem o encontro entre passado e presente.

Sherman (2009, não paginado, tradução nossa¹⁶) pede atenção a duas respectivas descrições, ambas elaboradas em meados do século XX:

- Letra minúscula gótica, cada título dentro de uma borda xilográfica; margens em branco...habildosamente restaurado; extremamente sujo

¹⁶ • “[B]lack letter, each title within a woodcut border; the blank margin . . . skilfully renewed; each work rather soiled by use but sound copies” (Sale catalogue, Bernard Quaritch Ltd., January 1952).

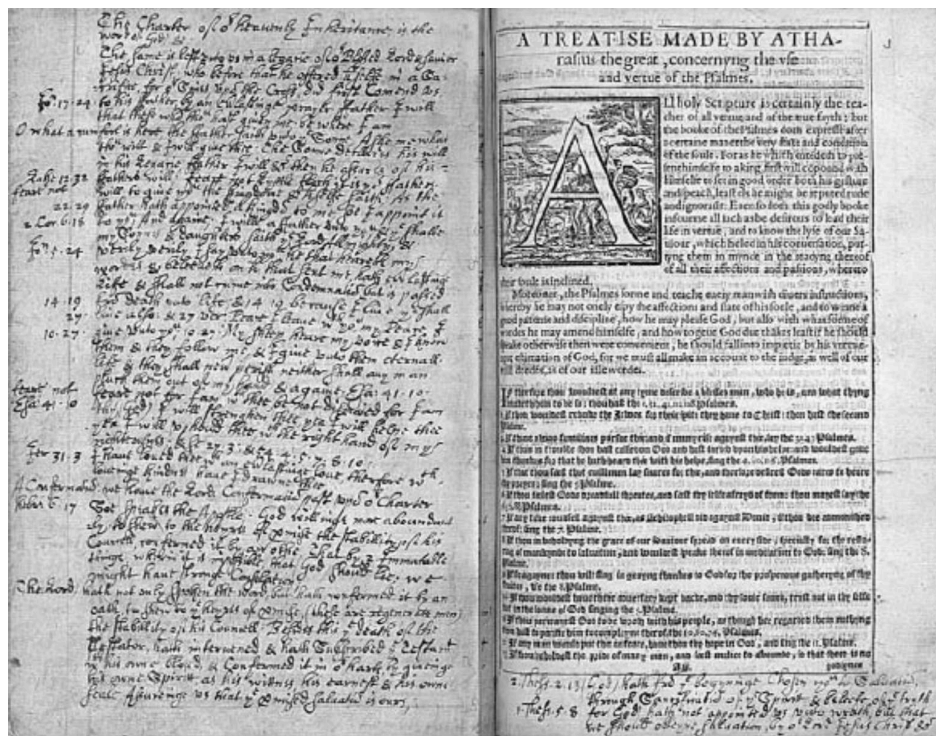
• “This volume, printed during the reign of Elizabeth I, has been well and piously used. Marginal notations in an Elizabethan hand—comments and scriptural quotation—bring to life an early and earnest owner” (Dorothy Bowen’s exhibition catalogue, The Book of Common Prayer [Huntington Library, 1953]).

por uso, mas ainda assim em bom estado. (Catálogo de venda, Bernard Quaritch Ltd., January 1952).

- Esse volume, impresso durante o reinado de Elizabeth I, foi usado com bastante devoção. As notas marginais em caligrafia elisabetana – comentários e citações bíblicas – dão vida a um antigo e dedicado proprietário” (catálogo de exibição de Dorothy Bowen, *The Book of Common Prayer* [Biblioteca de Huntington, 1953]).

Segundo o autor, o que torna essas descrições interessantes, no contexto de estudo sobre livros marcados, é que ambas oferecem uma interpretação – e um vocabulário – extremamente discrepante. Enquanto a primeira descreve o volume (e as marcas identificadas nele) como “sujo por uso”, a segunda destaca que ele foi “usado com bastante devoção”, e que as marcas “dão vida a um antigo e dedicado proprietário”. O fato curioso nessa discrepância é que as duas descrições se referem ao mesmo livro – exatamente o mesmo exemplar (figura 4).

Figura 4: Livro marcado em 1583: “Extremamente sujo” ou “Usado com devoção?”



Fonte: Sherman (2009)

Esse exemplar, *Book of Common Prayer*, impresso em 1586, hoje integra a Coleção de James R. Page na Biblioteca de Huntington (Califórnia, EUA). A primeira descrição foi feita

em janeiro de 1952 para o catálogo de vendas do antiquário Bernard Quaritch Ltd., onde o livro foi adquirido por \$210. Sherman (2009) ressalta que o que o catálogo de vendas descreve como “sujeira” é também o que o catálogo de exibição identifica como um conjunto notas manuscritas por um leitor não identificado que as escreveu, a julgar pela caligrafia, provavelmente na primeira metade do século XVII, deixando então um registro detalhado de seus hábitos de leitura. Entre suas marcas, o leitor compara diferentes traduções para os versos que considera particularmente relevantes; e o fato de que ele os nomeia como “versão cantada” permite estender do contexto privado de uma marca individual para algo mais abrangente, no âmbito de uma performance pública, oral e musical. Ele também insere nas margens pequenos sumários sobre passagens que considera importantes, e compila listas de referências cruzadas de outros salmos e passagens bíblicas. O leitor também utilizou o livro colocando em prática as instruções de Atanásio de Alexandria, arcebispo de Alexandria no século IV, que sugeria que o livro de salmos fosse utilizado como manual pessoal para o espírito de um cristão, proporcionando as palavras corretas para todas as ocasiões. O leitor cita, através de anotações, as instruções que Atanásio escreveu na obra *Letter to Marcellinus*, “Toda escritura sagrada é mestre de todas as virtudes”: “[...], e nosso leitor compilou uma página inteira de passagens dos profetas e apóstolos, todas oferecidas como evidência de que ‘o texto em nossa herança divina é a palavra de Deus’.” (SHERMAN, 2009, não paginado, tradução nossa¹⁷).

As anotações acabam por abrir uma espécie de janela para o passado em que o leitor viveu, apontando para sua cultura e hábitos de vida. Ainda assim, o catálogo de vendas as considera “sujeira”, e o valor mercantil do livro diminui por conta delas, o que reflete uma preferência por livros com aparência de novos, exemplares intocados por qualquer tipo de intervenção extrínseca à cópia e ao conteúdo original. Sherman (2009) salienta que, apesar de não ter sido sempre unívoca e universal, essa predileção predominou pelo século XIX, praticamente não sendo questionada até a segunda metade do século XX. O culto ao livro “limpo e intocado” também é altamente associado à conduta e aos costumes de bibliotecas institucionalizadas.

A maioria dos livros de bibliotecas públicas e universitárias são tidos como propriedade pública, sendo emprestados ao usuário que os requisitar no balcão. O empréstimo, entretanto,

¹⁷ [...] our reader has collected a full page of passages from the prophets and apostles, all offered as evidence that “The Charter of our heauenly Inheritance is the word of God.

demanda que o leitor devolva o livro no mesmo estado que o encontrou. Qualquer tipo de marcação é proibida, sendo considerada danificação ao item e infração passível de penalidades. Sherman (2009) destaca que é compreensível e esperado que bibliotecários se empenhem em manter nossa herança textual em bom estado para futuras gerações; contudo, a obsessão por limpeza acaba por implicar em algumas problemáticas – principalmente se considerarmos o papel das bibliotecas enquanto instituições de ensino e incentivo à pesquisa. Converter as anotações manuscritas de ferramentas de pesquisa para transgressão institucional, argumenta o autor, “[...] impossibilita que leitores tenham acesso a um dos mais eficientes métodos de diálogo com autores e outros leitores” (SHERMAN, 2009, não paginado, tradução nossa¹⁸).

A insistência por tal integridade do livro marcou, particularmente, o século XIX, chegando a ser chamada de “a destruição do manuscrito”. Segundo a pesquisadora Monique Hulvey, “[...] folhas impressas eram lavadas e descoloridas em um esforço colaborativo para ‘limpar’ as margens de livros, e as bordas eram cortadas o máximo possível na encadernação para que fossem retiradas todas as marcas de ‘mutilação’.” (1998, p. 161, tradução nossa¹⁹). Até um período relativamente recente, poucos livros com notas manuscritas entravam em um setor de restauração de bibliotecas e saíam com elas intactas, sendo o caso apenas quando a) continham alguma singularidade tipográfica ou b) quando o proprietário que marcou a obra era identificado e considerado indivíduo de grande relevância cultural. Ainda assim, em muitos casos ainda ocorria de as anotações serem apagadas antes da identificação. Hulvey (1998) cita o exemplo do colecionador inglês William Smedley, baconiano, que por vinte e cinco anos acreditou possuir exemplares anotados por Sir Francis Bacon. Quando a coleção foi adquirida em 1924 por Henry Clay Folger, fundador da Biblioteca Folger Shakespeare, descobriu-se que os incunábulo haviam passado por diversos processos de restauração, e as marcações de Bacon, se é que um dia realmente existiram, foram apagadas para ceder lugar a marcas de outros proprietários, “[...] como ocorre em muitas coleções, uma sucessão de proprietários, ávidos por tomar posse completa do livro adquirido, acaba por resultar na destruição das antigas marcas de propriedade.” (HULVEY, 1998, p. 161, tradução nossa²⁰).

¹⁸ deprived those readers of one of their most powerful methods for conversing with authors and other readers.

¹⁹ printed leaves were washed and bleached in a concerted effort to "clean" the margins of the books, and the edges were cropped as much as possible in rebinding, in order to get rid of all the "mutilating" marks.

²⁰ As with so many collections, a succession of owners eager to have full appropriation of a book brought about much destruction of earlier marks of possession.

Aproximadamente na segunda metade do século XX, a consciência do potencial de pesquisa das marcas de proveniência ganhou certa força entre pesquisadores, bibliotecários, colecionadores, livreiros e outros profissionais que lidam com o livro. O empenho em manter livros antigos em perfeito estado, como se eles não tivessem um passado próprio, cedeu certo espaço para questionamentos sobre a história de vida do livro, o que ele significou para seus antigos proprietários, e o que podemos aprender a partir das marcas que carregam.

David Pearson, bibliotecário inglês e estudioso da história do livro, publicou em 1994 o livro *Provenance research in book history*, obra voltada para o estudo das marcas de proveniência na história do livro, particularmente nos livros britânicos publicados entre os séculos XV e XIX. A obra tornou-se livro de referência sobre o assunto e em 2019 ganhou uma nova edição, revisada e expandida. Em sua introdução, Pearson elenca duas questões: i) Porque é importante estudar as marcas de proveniência?, e ii) Quais são as frustrações que encontramos ao pesquisá-las?

Segundo Pearson (2019), o estudo das marcas de proveniência comprova a interação entre livros e seus leitores, sendo esta necessária para a compreensão da trajetória histórica desses livros. Mais especificamente, sublinha o autor, livros anotados podem conter reações ao conteúdo impresso do livro, destacar passagens importantes ou controversas a partir da reação do leitor, podem conter índices, sumários, traduções etc. Anotações manuscritas revelam inúmeros detalhes da vida do leitor, detalhes que às vezes nada têm a ver com o conteúdo impresso no livro; ainda assim, “Qualquer que seja sua natureza, elas oferecem evidência direta de que livros foram usados, de que eles não ficaram nas prateleiras sem serem lidos, e dos modos pelos quais os leitores interagiram com o conteúdo.” (PEARSON, 2019, p. 4, tradução nossa²¹). O autor acrescenta que o mero fato de o livro pertencer a alguém, estando anotado ou não, já é um indicativo do tipo de conteúdo que interessou o dono, tendo relevância para o estudo da vida e dos interesses de um indivíduo. A posse de livros aponta para determinados valores culturais, pois olhar para a formação de um acervo nos viabiliza um entendimento acerca de antigas tendências de leitura, quais títulos costumavam ser colecionados (e quais não), e os “porquês” e “quando” que direcionavam tais padrões. Os valores acerca de livros mudam

²¹ Whatever their nature, they provide direct evidence that books were used, that they did not sit on shelves unread, and of the ways in which readers interacted with the contents.

com o passar do tempo e, se quisermos entender o porquê de tais mudanças, faz-se necessário voltar o olhar para as bibliotecas privadas e institucionais (PEARSON, 2019).

Pearson (2019) destaca que, durante séculos, a razão da criação e manutenção de bibliotecas foi disponibilizar conteúdos textuais impressos para aqueles que, de outra forma, não poderiam acessá-los. Contudo, o advento da imprensa tornou mais fácil e acessível a circulação de múltiplos exemplares idênticos do mesmo texto e, posteriormente, a tecnologia tornou esses itens ainda mais disponíveis em ambientes virtuais. No sentido tradicional, bibliotecas “[...] tornaram-se menos relevantes, e as pessoas começaram a questionar cada vez mais o valor de guardar livros que ninguém quer ler, cuja função pode ser inteiramente proporcionada por cópias eletrônicas prontamente disponíveis.” (PEARSON, 2019, p. 6, tradução nossa²²). Nesse cenário, a individualidade que as marcas de proveniência concedem ao exemplar se apresentam como um diferencial para bibliotecas. Pearson (2019) destaca que a história individual de um livro o torna único e o distingue das versões disponíveis on-line, pois seu valor cultural não está somente no conteúdo da obra, mas também nas marcas de leitura que evidenciam a interação com antigos leitores – marcas que podem revelar o papel que o livro desempenhou enquanto objeto material na vida das pessoas. Na atualidade, muitos bibliotecários e proprietários de coleções históricas relatam a crescente demanda de pesquisadores indagando e solicitando acesso a esses livros. A demanda não é motivada pela vontade de ler a obra, e sim pelo interesse nas marcas que apontam para a história de vida do exemplar.

Outro aspecto a ser ressaltado se refere a empecilhos identificados no trabalho de pesquisadores que lidam com marcas de proveniência. Pearson (2019) salienta que a busca por respostas em marcas de proveniência é frustrada por inúmeros motivos, sendo preponderantes os quatro seguintes: i) evidence destroyed by owners, ii) evidence never there, iii) books lost and destroyed, iv) loss through rebinding and repair. Em tradução livre: i) evidência destruída por proprietários, ii) evidência que nunca existiu, iii) livros perdidos ou destruídos, e iv) estrago ocasionado por reencadernações e restaurações. Qualquer conclusão de pesquisa deve considerar que esses fatores impactam diretamente no resultado final – ou, em certos casos, na ausência de resultado.

²² [...] have become less important, and people will increasingly question the value of storing books which no one wants to read, whose function is entirely replicated by readily available electronic copies.

O primeiro caso, “evidência destruída por proprietários”, ocorre principalmente por conta da inclinação de muitos leitores em deixar suas próprias marcas de propriedade quando tomam posse de um livro. Dessa forma, quando o livro adquirido encontra-se marcado por antigos proprietários, em muitos casos o novo guardião sente a necessidade de apagar marcas de uso para, então, registrar a mudança de propriedade. Nessa forma de destruição, é comum observar nomes de antigos proprietários riscados ao ponto de ficarem ilegíveis, como podemos observar na seguinte imagem:

Figura 5: Exemplos de remoções de marcas de antigos proprietários



Fonte: Pearson (2019)

O segundo caso diz respeito à “evidência que nunca existiu”. Como demonstramos ao longo dessa pesquisa, a prática de marcar livros nem sempre foi um costume bem aceito. Por múltiplas razões, leitores ao longo dos séculos optaram por não marcar seus livros, logo, inúmeras coleções do passado não apresentam quaisquer vestígios de antigas custódias. Pearson (2019) acredita que muitas pessoas ilustres possuíram acervos consideráveis que não podem ser rastreados na atualidade, a exemplo de William Shakespeare:

Não existe nenhuma prova de que Shakespeare possuiu livros, mas fica claro a partir de seus escritos que ele leu muitos, sendo muito provável que tenha possuído alguns. Há relatos de inúmeras falsificações, porém, apesar dos esforços de muitos estudiosos ao longo de muitas gerações, não há provas de haver um único livro que lhe tenha pertencido. Isso ocorre porque ele nunca os marcou ou porque seus livros foram perdidos ao longo do tempo? As duas opções são possíveis. (PEARSON, 2019, p. 11, tradução nossa²³)

²³ There is no documentary proof that Shakespeare owned any books, but it is clear from his writings that he had read many, and it seems highly likely that he would have owned some. There are numerous forgeries around, but, despite the efforts of many scholars over many generations, there is not a single book that can today be proved to

A terceira frustração está nos “livros perdidos ou destruídos”. Ao longo dos tempos, diversos fatores contribuíram para que livros fossem destruídos, podendo ser o desgaste do material, a falta de utilidade em um determinado momento, ou até questões ideológicas ligadas ao conteúdo de um livro. Em alguns casos, encontramos fragmentos de antigas coleções, mas a proporção maior é de livros que realmente desapareceram completamente. De acordo com Pearson (2019), estudos que tratam da sobrevivência de livros revelam que, dos livros impressos antes de 1800, menos de 10% das cópias originais sobreviveram e existem na atualidade. Segundo o autor, livros são destruídos por fogo, guerra e desastres naturais, mas sobretudo por simplesmente tornarem-se indesejados e perderem o valor de venda. A atenção para a história de vida de cada exemplar e para o valor histórico de livros antigos (e, muitas vezes, marcados) é um fenômeno relativamente recente e, como já comentamos neste capítulo, em muitos momentos do passado a sociedade preteriu livros antigos e usados. Até meados de 1950, livros “usados e sujos” eram simplesmente descartados.

O quarto e último fator elencado por Pearson (2019) é o “estrago ocasionado por reencadernações e restaurações”. Sabemos que livros antigos, em suas encadernações originais, podem apresentar diversas marcas de uso, e bibliotecas na atualidade adotam abordagens mais modernas na restauração, procurando, na maioria das vezes, manter as marcas que evidenciam proveniência e propriedade em um esforço para conservar vestígios que podem ser estudados no futuro. No entanto, ainda é comum encontrar instituições que instruem seus setores de restauração a retirar o máximo possível de marcas que o livro adquiriu com antigos proprietários. Antes de 1950, essa era mais que uma prática comum, era a predominante, e é um dos principais motivos de não termos acesso hoje a inúmeros livros usados e marcados no passado.

Para além desses quatro aspectos listados por Pearson, acrescentamos um quinto elemento que tem, de certa forma, frustrado muitos pesquisadores: terminologia. Bernard M. Rosenthal (1998) declara que o interesse pelas anotações manuscritas identificadas em livros antigos teve início em meados de 1960, passando por um período de “incubação”, onde despertou gradualmente o interesse de pesquisadores de diversas áreas ao redor do mundo, até

have belonged to him. Is that because he never marked them or because his books have been lost over time? Either is possible.

ganhar reconhecimento e emergir como campo de estudo em 1990. A partir daí, uma característica exploratória, marcada por informalidade e improvisação, sinalizou o início de tentativas de construção de guias, definições e nomenclaturas que pudessem ser partilhadas por todos os pesquisadores. Isto é, buscou-se o estabelecimento de um vocabulário controlado, principalmente no que diz respeito às marcas identificadas com maior frequência. Sherman (2009) salienta que estabelecer um vocabulário controlado é importante não somente para facilitar a busca, mas também para uma comunicação mais ampla, tradicionalmente proporcionada por índices, que asseguram que o leitor saiba exatamente o que está sendo debatido. Entretanto, Sherman (2009) indica que as tentativas, a princípio, mais do que estipular terminologias específicas, acabaram por despertar uma autoconsciência terminológica e a noção de que, para evitar definir termos imutáveis e anacrônicos, fez-se necessário “[...] recuperar não apenas suas histórias linguísticas, mas também a complexa relação entre disciplinas acadêmicas, valores culturais e práticas materiais” (SHERMAN, 2009, não paginado, tradução nossa²⁴).

Passados mais de dez anos desde essa declaração de Sherman, o campo ainda retém uma característica exploratória. A pesquisa para esta dissertação, por exemplo, nos levou para “marcas de proveniência”, “marcas de procedências”, “marcas de uso” e outras variações; ao final, optamos por “marcas de proveniência” por ser o nome utilizado por David Pearson em *Provenance research in book history: a handbook*, livro de referência sobre o tema. São muitos os trabalhos que tratam da temática, mas o fato de ser um campo ainda relativamente novo e pouco explorado acaba por dispersar alguns resultados de pesquisa. As principais marcas, entretanto, ganharam alguns contornos terminológicos reconhecidos atualmente. Listaremos algumas no subtópico subsequente.

²⁴ we need to recover not only their embedded linguistic histories but also their complex relationships to scholarly disciplines, cultural values, and material practices.

3.4 MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Objetos bibliográficos marcados podem ser encontrados, com facilidade, em sebos e em setores de aquisição e desenvolvimento de coleções de bibliotecas (seja por compra, doação ou permuta). Tendo passado por diversas mãos, a atividade de desvendar a procedência desses itens torna-se uma investigação recorrente e intrigante, pois “Comprovar seus domicílios anteriores, traçar os caminhos percorridos pelos livros, também é uma forma importante de resgatar a história.” (ZIAN; RODRIGUES, 2020, p. 28). Cataldo e Loureiro (2019) apontam que livros pertencentes a coleções de bibliotecas podem “falar” tanto em conjunto quanto individualmente, “Em grupo podem falar, guardar e revelar as memórias de seus donos [...] Sozinhos, os livros falam de suas próprias histórias até integrar o grupo. Seja como for, é um deslindar de trajetórias e memórias de tempos, indivíduos, espaços e lugares.” (CATALDO; LOUREIRO, 2019, p. [6-7]). A partir disso, os autores propõem a análise do livro enquanto suporte de memória que reúne, em si, falas e trajetórias. Para isso, tomam como base David Pearson (2019) e estudam as marcas de proveniência bibliográfica enquanto evidências que podem auxiliar na construção da trajetória de vida de um exemplar. Sobre as marcas de proveniência (e sua interligação com a questão da posse), Zian e Rodrigues pontuam:

Relevante destacar que as marcas de propriedade, ou marcas de posse, constituem uma parcela das denominadas marcas de procedência, ou marcas de proveniência bibliográficas. Enquanto as marcas de propriedade dizem respeito aos vestígios deixados pelo(s) seu(s) antigo(s) proprietário(s), ou por outras figuras envolvidas diretamente com a posse do item, como doadores e patrocinadores, por exemplo; as marcas de proveniência vão além, e abrangem todo o tipo de sinal ou indício de suas origens, desde marcas intrínsecas à obra, como o nome do seu impressor, ou o nome do ilustrador responsável pelas imagens presentes na obra, por exemplo, até as marcas extrínsecas, como as marcas de propriedade e outras marcas deixadas por livreiros, editores e bibliotecários. (ZIAN; RODRIGUES, 2020, p. 28)

Entre as marcas de proveniência que podem “falar” e nos ajudar a trilhar o caminho de sua procedência, algumas são mais comuns de se identificar em bibliotecas públicas, universitárias e especializadas, a exemplo de: marginália, dedicatória, ex libris, carimbo (seco e molhado). Outras marcas são mais associadas a bibliotecas de conventos, como marcas de fogo. Algumas, como a anathema, são muito improváveis de se localizar atualmente, dada sua raridade e as razões que as levaram a cair em desuso. Neste subtópico, vamos caracterizar e ilustrar algumas marcas que nos são caras, independentemente de cronologias e frequência de suas identificações em bibliotecas modernas.



Marginália

Muito antes de seu valor metafórico ser identificado e pesquisado por teóricos pós-modernos, as margens de um livro e o que podemos encontrar nelas já eram objeto de fascínio. O termo “marginália” tornou-se o preferido para referenciar as anotações manuscritas que contornam o conteúdo impresso de um livro, englobando também marcas não verbais e símbolos. A palavra é recorrentemente utilizada para se referir tanto a notas marginais impressas quanto manuscritas, sem distinção. A pesquisa acerca de marginália, no entanto, costuma se interessar sobretudo pelas anotações manuscritas e, por isso, utiliza-se “marginália impressa” quando se discute sobre notas marginais impressas (TANKARD; SPEDDING, 2021).

As autoras do *Dicionário do livro* definem marginália como:

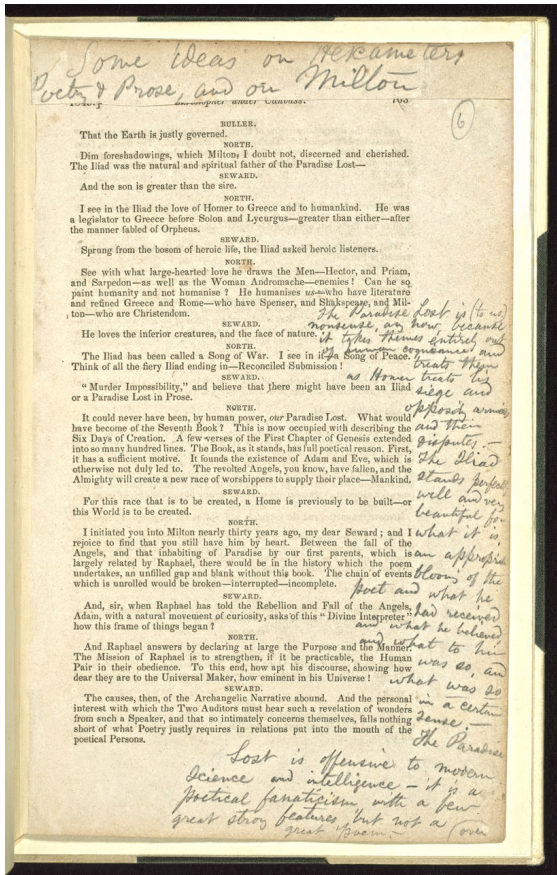
Termo que designa "coisas escritas na margem"; refere-se tanto à escrita como à decoração colocada nas margens de um manuscrito; estes elementos podem fazer parte do plano inicial do trabalho, mas também podem ser secundários ou mesmo de natureza excedentária; podem incluir glosas, anotações e diagramas, e notas ou comentários que terão tido origem nos estudos escriturísticos; as marginálias puramente decorativas, com ornamentação muito desenvolvida, especialmente a do século XV, são consideradas um gênero à parte ou componentes do esquema decorativo. Adorno • Apostila. Nota marginal. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 807)

Segundo Sherman (2009), o termo marginália começou a figurar em textos de neolatim a partir do século XVI (se não antes), e na língua inglesa a partir do século XIX. No *Oxford English Dictionary*, ou OED, a referência mais antiga ao termo surge em uma carta de Samuel Taylor Coleridge, datada em 22 de abril de 1833, onde ele solicita “*A facsimile of John Asgill’s tracts with a life and copious notes, to which I would affix Postilla et Marginalia*”. Na carta, ele utiliza o termo em latim, e não em inglês, o que dificultou o processo do OED em fixar um ponto mais preciso na origem terminológica da palavra. Entretanto, segundo Heather Jackson, autora pioneira no estudo da marginália, Coleridge já havia feito dessa palavra um termo da língua inglesa – para além de um gênero literário próprio – quando publicou sua “marginália”,

utilizando exatamente esse termo, em 1819. A partir de então, ele foi seguido por Edgar Allan Poe, John Keats, Hester Thrale Piozzi, William Blake, Mark Twain, Herman Melville, Charles Darwin, entre outros.

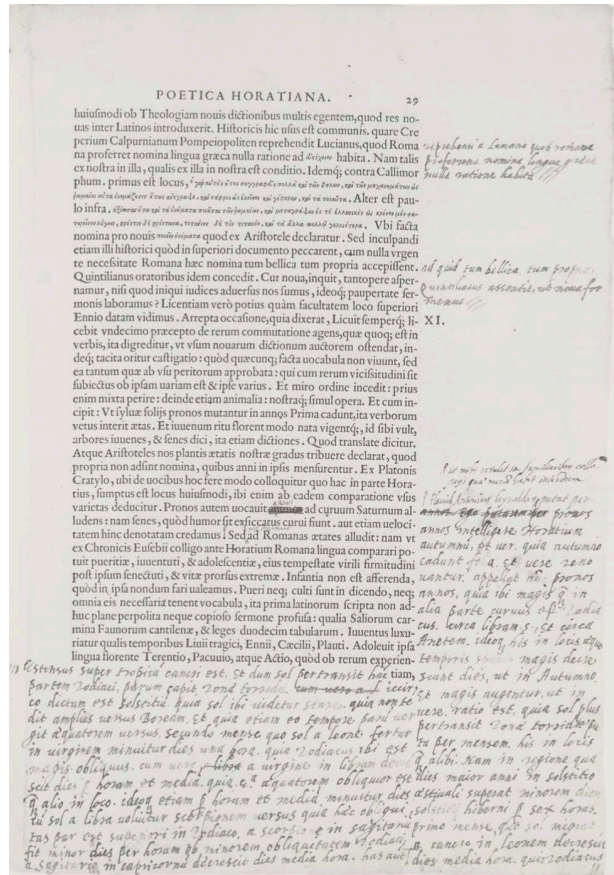
Alguns exemplos de marginálias:

Figura 6 - Marginália de Walt Whitman em um artigo de John Wilson, Christopher under Canvas



Fonte: Jackson (2016)

Figura 7 - Marginália de Flavio Antonio Gyraldi e Giovanni Battista Pigna em Poetica Horatiana de Giovanni Battista Pigna



Fonte: Stoddard (1985)

Antes do termo ser oficialmente adotado, outros foram propostos em outros momentos, alguns apropriados frente à época em que foram utilizados, enquanto outros foram desdobrados e hoje figuram espécies dentro da categoria marginália.

Sherman (2009) relata que na Renascença, época em que esse tipo de marca foi extremamente popular, era chamada recorrentemente de “scholia” ou de “glosa”. Durante o

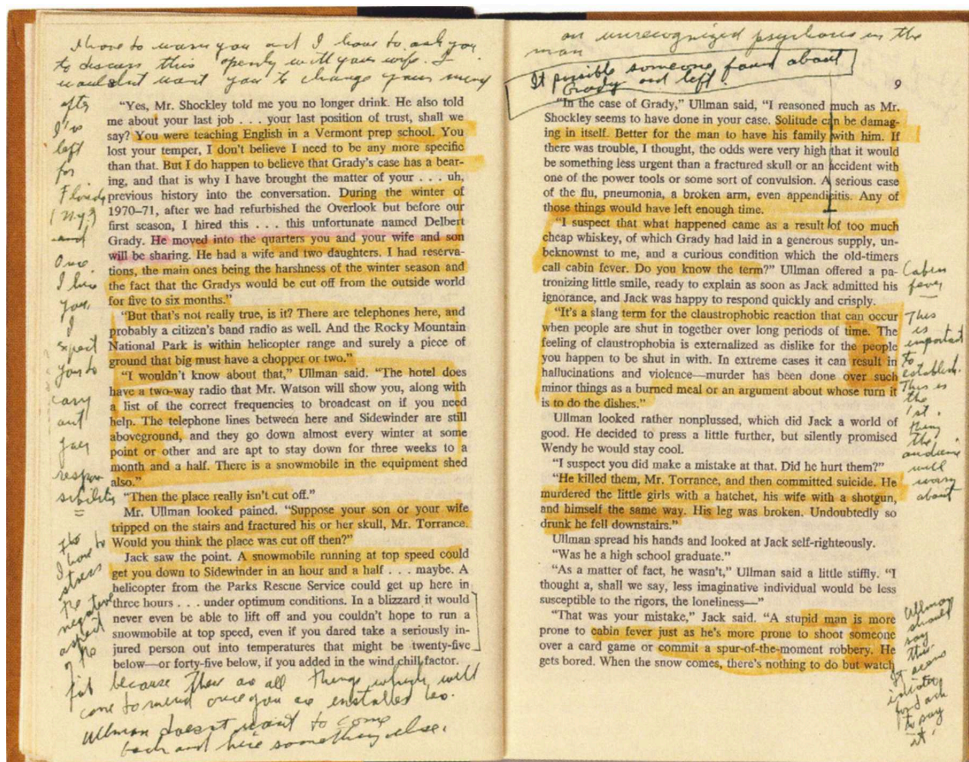
período em que as marcas de proveniência bibliográfica começaram a formar um campo de conhecimento por si só, diversos termos foram propostos para fins de estabelecer uma terminologia compartilhada. Rosenthal (1998), entusiasta de palavras advindas do italiano, sugeriu seguir Giuseppe Frasso e seus colegas italianos e chamar quaisquer anotações manuscritas de “postillati”, e muitos textos nessa época, de fato, foram referidos dessa forma, ou como “postils”. “Scholia” também foi proposto para identificar, de modo geral, “nota explicativa ou comentário”, mas é usualmente utilizado para se referir a anotações antigas e exegéticas, ou para notas sobre passagens em grego ou em latim, sendo então um termo, assim como “postils”, que acaba por remeter a anotações em impressos antigos, não sendo muito apropriado para leituras mais modernas. Apesar de terem caído em desuso, esses termos figuram no *Dicionário do livro*: “postillati” e “postils”, na língua portuguesa, são chamados de “apostila”, significando “Nota que interpreta, anotação a um texto, impressa ou manuscrita, colocada na margem de qualquer documento, sob a forma de comentário ou interpretação ou mesmo de desenho” (FARIA, PERICÃO, 2008, p. 595). “Glosa”, por sua vez, significa “Explicação ou comentário manuscrito ou impresso de um texto difícil de entender; [...] por vezes rodeava o texto comentado, que era manuscrito” (FARIA, PERICÃO, 2008, p. 595). “Scholia”, no entanto, remete ao verbete “Adversária”.

O termo “Animadversion” surgiu no século XVI, significando comentários relativamente críticos ao conteúdo de um texto, possuindo uma ênfase de argumentação. Nesse tipo de nota, leitores utilizavam as marginais de um texto para resumir ou esclarecer a estrutura dele, recorrentemente discordando do que está escrito (SHERMAN, 2009). No século XIX, o termo foi simplificado para “Adversária”, mas seu sentido de nota crítica seguiu o mesmo, como confirmam Faria e Pericão (2008, p. 43): “Colecção [sic] de notas ou comentários; [...] no Renascimento, passou a designar colecções [sic] de crítica textual e também livros”. Em oposição, enquanto a “Adversária” aponta para as notas manuscritas que possuem um espírito crítico em relação ao texto, levantou-se o termo “grafitti”, na língua inglesa (não identificamos um equivalente em português nos dicionários especializados), para se referir àquelas notas que não se relacionam de forma alguma com o conteúdo textual impresso. Sherman aponta que margens de livros dispõem de espaço para quaisquer tipos de anotações, e muitas vezes leitores utilizam esse espaço para anotar listas de compras, treinar a escrita, desenhar etc. É recorrentemente indagado se pesquisadores devem ou não dar atenção a esse tipo de inscrição,

porém, fato é que, ainda que em nada acrescentem sobre o texto escrito, são inscrições que testemunham, de certa forma, o lugar em que o livro figurou na vida social do leitor.

Atualmente, a presença de marginalia em materiais bibliográficos pode tanto valorizar o livro, de modo econômico ou simbólico, quanto desvalorizar. A valorização normalmente ocorre quando as marcas identificadas pertencem a uma personalidade conhecida, a exemplo da seguinte figura:

Figura 8 – Marginalia de Stanley Kubrick em exemplar de *O Iluminado*, de Stephen King



Fonte: The Overlook Hotel (2013)

Stanley Kubrick foi um cineasta, roteirista e produtor estadunidense que dirigiu e roteirizou filmes como *2001: Uma Odisseia no Espaço* (1968), *Laranja Mecânica* (1971), *O Iluminado* (1980), entre outros. Em 2013, o site *The Overlook Hotel* disponibilizou imagens do exemplar de *O Iluminado*, escrito por Stephen King, que pertenceu a Kubrick e foi anotado por ele. Apenas três imagens foram disponibilizadas (o exemplar inteiro, pertencente ao *Stanley Kubrick Archive*, em Londres, provavelmente dispõe de outras), e é possível distinguir notas manuscritas sobre passagens que chamaram sua atenção, bem como algumas riscadas – que

julga como tolas ou dispensáveis, considerando que ele provavelmente utilizou o exemplar para compor o roteiro do filme. Esse tipo de marginalia é estudada por Heather Jackson no artigo *Marginalia and Authorship*, escrito em 2016, no qual a autora argumenta que as anotações de autores, de leitores que também são indivíduos que escrevem livros para viver, podem revelar traços de seus percursos mentais e possíveis fontes de seus processos criativos. A relação com o texto, relata a autora, é exercida de maneira mais profunda e produtiva, pois autores são leitores que também escrevem e, por isso, instintivamente leem obras de outros autores como modelos (bons ou ruins) ou possíveis rivais em um determinado campo temático ou teórico. O texto do outro, de alguma forma, instiga *algo*; a leitura estimula a criatividade. O estímulo, por sua vez, resulta, primeiramente, nas anotações e depois em seus próprios textos: “Muitos autores [...] têm efetivamente propagado a ideia de que livros com marginalia são repositórios de evidências confiáveis, especialmente de segredos. A marginalia é convenientemente utilizada como um dispositivo literário.” (JACKSON, 2016, p. [8], tradução nossa²⁵). Dessa forma, revela detalhes não antes registrados e lança luz a intenções autorais que, na ausência dos indícios da marginalia, continuariam misteriosas. Isso ocorre uma vez que, como afirmou Edgar Allan Poe: “In the *marginalia*, too, we talk only to ourselves; we therefore talk freshly — boldly — originally — with *abandonnement* — without conceit.” (POE, 1844, não paginado, grifo do autor). Em suma, acredita-se que a marginalia de autores, por suas particularidades, pode ser a peça do quebra-cabeça que falta para, se não reconstituir a gênese, ao menos se ter uma ideia de como se iniciou o processo criativo de onde derivaram trabalhos literários.

Por fim, um último aspecto relativo à marginalia que devemos destacar é a dimensão subjetiva de conexão que recorrentemente ocorre entre leitores que se deparam com esse tipo de marca. Alguns pesquisadores flertam com a ideia de que elas permitem um diálogo com os mortos, sendo essa experiência quase mística algo que leitores testemunham há séculos (JACKSON, 2016). Essa sensação não é restrita a anotações de personalidades conhecidas ou de pessoas que o leitor conhecia pessoalmente e com quem tinha algum vínculo, acrescenta Jackson. Obviamente, marcas deixadas por pessoas conhecidas (famosos ou familiares do

²⁵ Many authors—especially writers of fiction but not only writers of fiction—have effectively propagated the idea that books with marginalia are repositories of reliable evidence, and especially of secrets. Marginalia are conventionally used as a literary device.

leitor) proporcionam uma sensação de maior familiaridade, uma vez que sentimos que já conhecemos (ou, de fato, conhecemos) o autor da marca. No entanto, podemos, sim, nos conectar com marginálias de pessoas completamente desconhecidas. Tankard e Spedding salientam que, quando nos deparamos com marginálias de livros antigos, nos é permitido um vislumbre da privacidade de um leitor, quase como se pegássemos alguém em flagrante. Isso ocorre uma vez que a marginália aponta para algo privado, social e *comoventemente humano*: “[...] um vislumbre do anotador apaixonadamente envolvido [com a leitura], cúmplice ou complacente de um autor, em um ato intimista e normalmente irrecuperável – o ato de ler.” (TANKARD; SPEDDING, 2021, p. 4, tradução nossa²⁶). O cenário que envolve a interação, sublinham os autores, é um cenário privado, secreto e, de certa forma, de violação (questionamos, afinal, se deveríamos estar lendo anotações tão pessoais), mas é também, sempre, um momento de conexão humana.

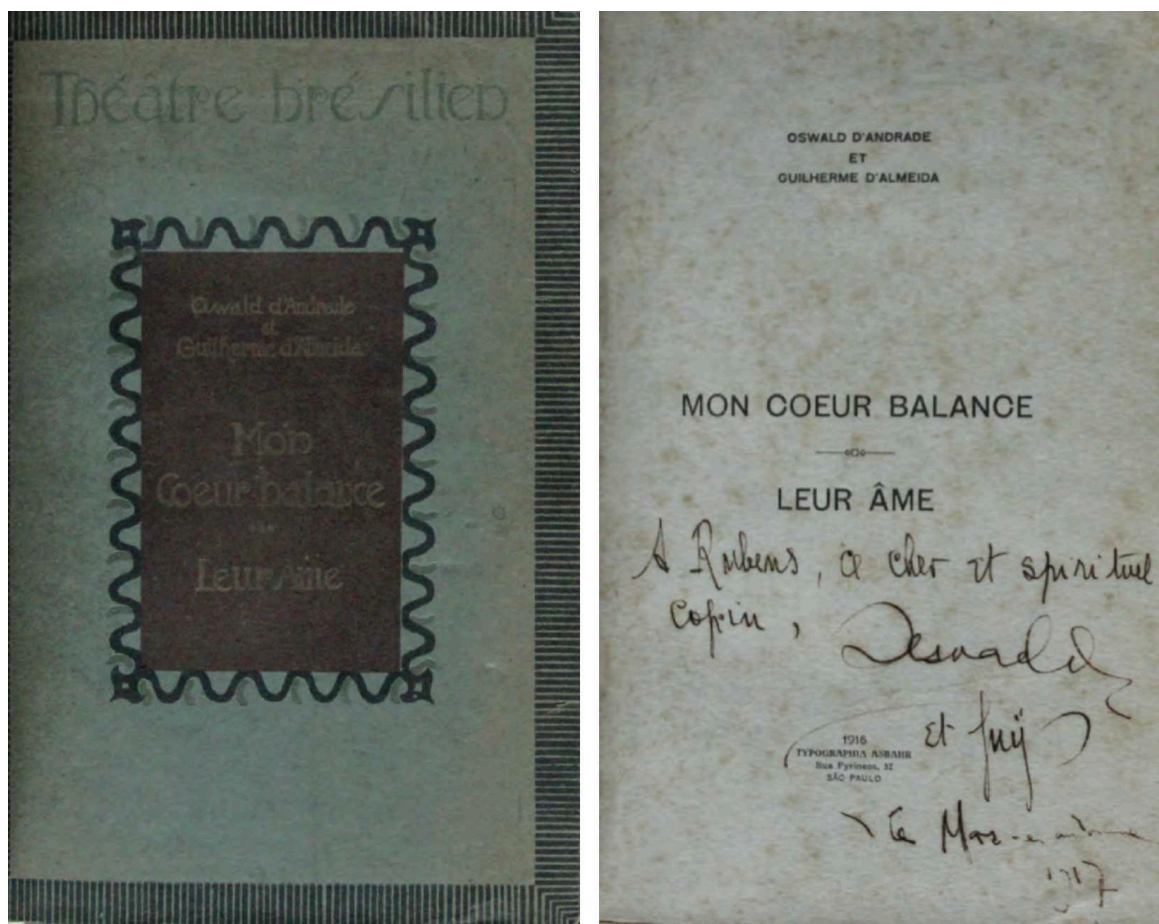


Dedicatória

A dedicatória é uma nota de oferecimento que precede o conteúdo textual do livro, usualmente propiciada por um “[...] amigo ou protector [sic] como sinal de estima, homenagem, amizade ou gratidão ou como agradecimento de patrocínio” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 356). Dedicatórias podem apresentar forma impressa ou manuscrita: “No primeiro caso constam geralmente de uma homenagem sob forma de epístola-dedicatória ou inscrição, [...] enquanto que no segundo caso podem constar apenas de uma oferta.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 356). A dedicatória manuscrita, que nos interessa neste trabalho por indicar a proveniência do exemplar, costuma ser identificada na página de rosto (figura 9) ou, às vezes, na falsa página de rosto.

²⁶ a glimpse of the impassioned annotator engaged, with either a compliant or complicit author, in an intimate and usually unrecoverable act – the act of reading.

Figura 9 – Dedicatória manuscrita a Rubens Borba de Moraes



Fonte: Antunes (2017)

Esse exemplar da obra *Mon Coeur Balance: leur ame*, escrito por Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida, impresso em 1917, contém uma dedicatória ao bibliotecário, bibliófilo e pesquisador brasileiro Rubens Borba de Moraes. O comprador do livro, em bilhete escrito a lápis, explica que havia adquirido o exemplar visando a fins lucrativos. Porém, ao reconhecer o nome na dedicatória, não quis que os autores da obra tivessem Rubens Borba de Moraes como “cúmplice” na especulação financeira e, por isso, “devolveu” o livro que, na verdade, nunca havia pertencido anteriormente a Rubens Borba de Moraes. Moraes, por sua vez, em nota manuscrita no próprio exemplar, discorre sobre a oferta:

Recebi este livro pelo correio, anonimamente, lá [sic] pelos anos de 30. Quem o comprou num cebo [sic], conhecendo-me e lendo a dedicatória, pensou que o tivesse vendido! Enganou-se, pois em 1917, eu estava na Suíça [sic]. Só [sic] vim a conhecer Guilherme de Almeida e Oswald

de Andrade em 1920 ou 1921 em casa de Mario de Andrade. Em todo o caso agradeço o presente, o livro é raro. (ANTUNES, 2017, p. 92)

Apesar de conter diversas intervenções no mesmo exemplar, não se sabe quem dedicou o livro a Rubens, e nem o nome do comprador anônimo que enviou pelo correio. Talvez tenha sido a mesma pessoa em ambos os casos, tencionando ganhar algo em um possível encontro com o bibliófilo no futuro. As intenções que envolveram a adesão do exemplar à biblioteca particular do colecionador nunca foram desveladas, assim como ocorre em diversos livros com marcas de proveniência que deixam vestígios, mas cujas lacunas, na maioria das vezes, nunca são completamente preenchidas.

Retornando ao tema “dedicatória”, o historiador Roger Chartier (1998) explica que a dedicatória – que se figura nas preliminares do livro, ou no “paratexto”, isto é, no conteúdo textual que precede a obra propriamente dita – se trata de um gesto, um verdadeiro rito, que dá início a relações de patrocínio. Na cena da dedicatória, ao dedicar o livro ao príncipe, poderoso ou ministro, o autor busca, em troca “[...] as manifestações da benevolência do príncipe, traduzida em termos de proteção, emprego ou recompensa.” (CHARTIER, 1998, p. 39-40). Faria e Pericão (2008, p. 356) concordam que dedicatórias foram de muita importância e valor histórico “[...] em épocas recuadas em que os escritores, protegidos por reis e grandes senhores, deviam testemunhar publicamente os seus sentimentos em recompensa do benefício ou favor recebido”. Na atualidade, ainda encontramos resquícios desse tipo de troca, a exemplo de livros ofertados e dedicados a intelectuais, em que o autor busca obter, por meio da oferta com dedicatória, um retorno com uma perspectiva sobre o conteúdo da obra. É comum, também, encontrar dedicatórias em livros presenteados não por autores da obra, mas por amigos, colegas e familiares que julgam que o conteúdo do livro é de interesse do leitor a quem dedicam, sendo esse um gesto que pode revelar uma rede de sociabilidade em torno de um leitor. Dessa forma, dedicatórias, para além de interesses em recompensas e benefícios, podem indicar também afetos e vínculos entre pessoas.



Ex Libris

Ex Libris é a expressão em latim que significa, literalmente, “*dos livros de*”. Pode figurar em qualquer parte do livro de forma manuscrita, sendo seu formato mais comum e frequente o impresso ou gravado em um pedaço de papel que, geralmente, se encontra colado no verso da pasta de encadernação. É uma marca que indica a propriedade do livro, sugerindo a identidade do dono por meio de assinatura e representações ilustrativas. Faria e Pericão (2008, p. 516) descrevem que, no Ex Libris

[...] a identidade do possuidor pode ser indicada pelo nome (por vezes precedido da frase *Ex libris*) ou suas iniciais, eventualmente pelas suas armas, um emblema ou uma divisa • vinheta, geralmente gravada ou impressa em um papel, que menciona o nome, completo ou abreviado, de uma ou mais pessoas ou mesmo de uma instituição, por vezes com desenho de concepção mais ou menos artística e ainda com divisa ou legenda; destina-se a ser colada na parte interior da encadernação de um livro ou numa das guardas, constituindo, deste modo, uma marca de posse. Os primeiros *ex libris* apresentavam elementos decorativos de natureza heráldica que, com o passar dos anos e a proliferação do livro, foram dando lugar aos alegóricos.

No artigo *Ex libris: a marca de propriedade do livro*, o pesquisador José Augusto Bezerra (2006), comentando a grafia do termo, explica que a palavra latina pode ser utilizada com hífen (*ex-líbris*) ou sem hífen (*ex libris*). Embasado pelo estudo de etnografia comparada, publicado na Revista Lusitana, pelo filólogo português José Leite de Vasconcelos, Bezerra (2006, p. 133) explica que para alguns pesquisadores “[...] não é coerente usar o hífen nesse caso [...] a língua latina pede o uso sem o referido sinal de ligação”. O professor Carlos Pastorino, ao falar sobre o próprio *ex libris* no Boletim da Sociedade de Amadores Brasileiros de Ex Libris, argumentou que “Nas palavras *ex libris* não há hífen, pois são duas palavras latinas distintas: ‘*ex*’ (de, dos) e ‘*libris*’ (livros). Se houvesse o hífen, mudaria o sentido (aliás, em latim não existe o hífen).” (PASTORINO apud BEZERRA, 2006, p. 134). Para o professor, a utilização do hífen alteraria o sentido da palavra, pois, assim como a expressão “*ex-aluno*” significa “não é mais aluno”, a utilização do hífen em *ex libris* teria o sentido de “não são mais livros”. O hífen na palavra, no entanto, não é considerado errado: utilizava-se bastante no início, quando não existiam ainda muitos trabalhos sobre o tema em língua portuguesa, o que acabou por, conseqüentemente, consagrar ambas as formas: “Pessoalmente, preferimos a forma

aportuguesada ex-líbris, inclusive porque é a registrada no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda” (BEZERRA, 2006, p. 134).

A origem dessa marca de propriedade nos remete a 1188, na Alemanha, onde a biblioteca de Frederico I, da Baviera, apresentou o ex libris cujo sentido funcional seria seguido e copiado adiante. No Brasil, o primeiro ex libris impresso (figura 10) de que se tem conhecimento foi criado pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, ao final do século XVIII, para os livros de Manuel Abreu Guimarães, leitor abastado que residia na antiga cidade mineira de Sabará-Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará do Rio das Velhas (BEZERRA 2006).

Figura 10 – Ex Libris de Manuel Abreu Guimarães: primeiro Ex Libris brasileiro



Fonte: Machado (2014, p. 57)²⁷

Antes de Manuel Abreu Guimarães, encontravam-se apenas ex libris portugueses no Brasil, dispostos na Real Biblioteca ou em livros das bibliotecas particulares de cortesões, nobres e eclesiásticos que acompanharam D. João VI em sua vinda para o Brasil. A partir de 1870, solidificou-se o interesse em possuir ex libris, particularmente entre nobres do Império e políticos, pois enxergavam a marca como um componente de requinte social (VIAN;

²⁷ MACHADO, U. Sua excelência: o ex-libris. In SILVA, A. C.; MACIEL, A. (Org.). *Livro dos ex-libris*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2014.

RODRIGUES, 2020). Bezerra (2006, p.136) ressalta a marca como “[...] a representação gráfica de uma filosofia pessoal; uma imagem que toma forma, primeiramente, no pensamento de quem o idealiza” e que, enquanto “retrato do dono”, o ex libris ideal é aquele que reflete o sentir e viver, diferenciado e individualizado, de seu proprietário.

O bibliófilo e colecionador Luiz Felipe Stelling, em entrevista à bibliotecária Mary Komatsu, subdividiu os ex libris em três tipos: heráldico, falante e simbólico (figura 11).

Figura 11 – Tipos de Ex Libris



Fonte: elaborado pela autora a partir de ex libris da Coleção Luiz Felipe Stelling (2021)

O ex libris do tipo heráldico da figura pertence a Rubens Borba de Moraes, tendo sido desenhado por José Wasth Rodrigues. De acordo com Stelling (2021, p. 16), seu tipo é heráldico por apresentar um brasão que identifica “[...] por meio de cores, figuras e objetos, ordenados por regras e padrões convencionais, a ascendência familiar do proprietário, situação social, graus de nobreza, condecorações, etc.”. O tipo falante, representado na figura pelo ex libris do farmacêutico J. Pinto Barata, apresenta uma relação direta entre os componentes da ilustração (um pinto e uma barata) com o nome do proprietário. Por último, o ex libris de Floriano Bicudo Teixeira, desenhado pelo artista Hans Steiner, é do tipo simbólico por “[...] representar, pelos elementos constituintes, a personalidade, a profissão, o gosto do proprietário.” (STELLING, 2021, p. 20). No caso, a ilustração traz a imagem da Biblioteca Nacional, onde Floriano Bicudo

atuou como bibliotecário no setor de iconografia, e o mostra cercado de livros e portando uma gravura.

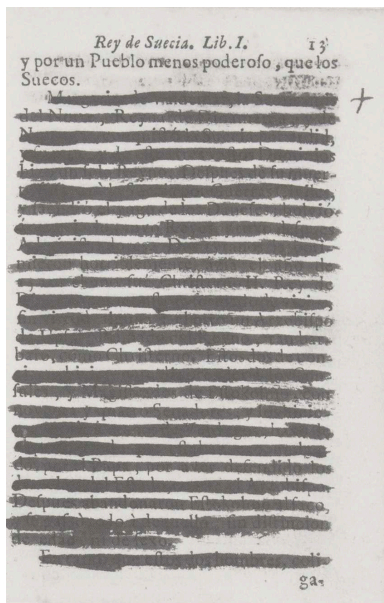
Os três ex libris apresentados foram concebidos por artistas, mas existem também ex libris criados pelos próprios proprietários. O nome dado a eles é *ipse fecit*, sendo essa a “[...] locução latina que significa ‘ele mesmo fez’, ou seja, ele (o proprietário, cujo nome está escrito no ex-líbris) criou o design para seu próprio uso.” (STELLING, 2021, p. 18).



Marcas de Censura

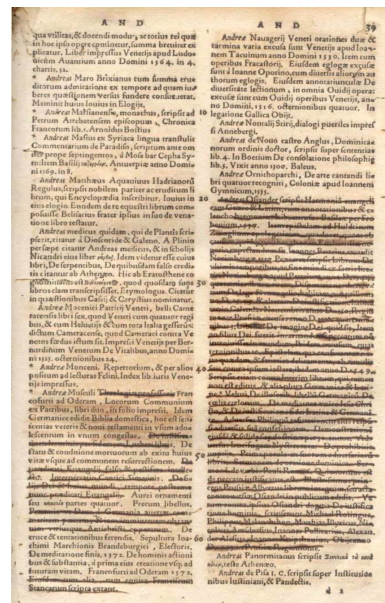
Marcas de censura são identificadas em livros que, em algum momento de nossa história, foram considerados impróprios, perigosos ou provocativos e, por isso, tiveram a circulação proibida pelas autoridades civis ou religiosas existentes em um país. O livro censurado pode conter marcas de “Traços, riscos, rasgões, fragmentos de papel colados por cima do texto, para escondê-lo, ou mesmo eliminação de certas páginas [...] por vezes na página de rosto estas obras apresentam mesmo a nota de censuradas ou expurgadas.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 765).

Figura 12 - Marca de censura em *Histoire de Carlos XII*, de François-Marie Arouet de Voltaire



Fonte: Stoddard (1985)

Figura 13 - Página censurada de *Bibliotheca Institutva et collecta primvm*, de Gesner



Fonte: Biblioteca Nacional (2013)

A figura 12 apresenta marcas de censura de um exemplar “corrigido e expurgado”, listado no *Index Librorum Prohibitorum*, índice de livros proibidos pela Igreja Católica. Esse índice, vigente do século XVI ao XVIII, elencava livros proibidos pelo poder religioso por serem considerados subversivos e perigosos para a fé e a moral. Ao entrar na lista, o livro sofria dois destinos possíveis: i) era queimado na fogueira, com todos os exemplares da mesma obra, pela Inquisição, ou ii) quando eram proibidos apenas excertos, procedia-se a “correção” das passagens, que eram tingidas de tinta preta. (FARIA; PERICÃO, 2008). As duas figuras apresentam a marca de censura ocasionada pelo segundo cenário.

Já a figura 13 expõe marcas de censura em um exemplar pertencente à Biblioteca Nacional (RJ). Segundo a bibliotecária Virgínia Pinheiro, organizadora do catálogo *Livros raros de Biblioteconomia: a memória científica da Biblioteca Nacional brasileira*, elaborado pela BN em 2003, o exemplar de *Bibliotheca Institvta et collecta primvm*, de Gesner, proveniente da Real Bibliotheca, trata-se de um “[...] exemplar expurgado, com marcas contundentes de censura, que encobrem com tinta os títulos de obras e os nomes de autores que, segundo o inquisidor anônimo, estariam “em danação”, proibidos.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2013, p. [4]). Por possuir tais características, o exemplar pertence ao “Inferno” da Divisão de Obras Raras. No século XIX, bibliotecários da Biblioteca Nacional de Paris projetaram o chamado “Inferno bibliográfico”, área reservada e de acesso altamente restrito por resguardar livros que, à época, foram considerados subversivos e ofensivos e, por isso, proibidos. Muitos bibliotecários, fundamentados por seu papel como guardiões do patrimônio bibliográfico, bem como cientes, também, das transformações e mudanças de valores na História, “escondiam” livros proibidos e censurados na esperança de que, em algum momento, as circunstâncias mudassem. Esse acobertamento se dava, principalmente, “sob o disfarce da ‘não catalogação’ e da identificação o livro por códigos ‘secretos’. Essa prática se consolidou na Biblioteca Nacional brasileira, especialmente, nos períodos de exceção.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2013, p. [4]).



Anathema

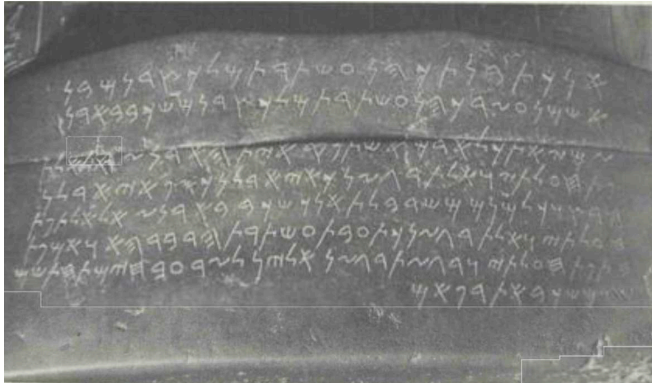
Anathema significa “Maldição que o copista por vezes deixava gravada no seu manuscrito, destinada a cair sobre aquele que destruísse ou estragasse o manuscrito que ele, com tanto trabalho, acabava de copiar após meses e meses de árduo e intenso labor.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 71). Conhecida também como *Book curse*, ou Maldição do Livro, a anathema foi um tipo de marca muito utilizada na Idade Média e sua inscrição geralmente localizava-se na última página de um manuscrito, particularmente no colofão (em alguns casos também podia ser identificada na primeira página). A marca tinha um estilo poético de registro, normalmente com o escriba elaborando frases que rimavam.

Marc Drogin publicou em 1983 o livro *Anathema!: medieval scribes and the history of book curses*, obra que propôs investigar o percurso da marca ao longo dos tempos. Segundo Drogin, a atividade de amaldiçoar já existia desde o começo dos tempos, tendo sido recorrentemente utilizada por reis e faraós, a exemplo do rei de Sidon que, no século IV a.C., amaldiçoou seu próprio caixão (figura 14) para evitar violações que “perturbassem seu sono”. Em um livro, a maldição mais antiga está provavelmente nos tabletas de argila (figura 15) do rei Assurbanípal, governante de Assíria no século VII a.C, que, preocupado com sua biblioteca²⁸ (e com o crédito dele, que comandou a produção e a coleção desses livros), inscreveu maldições.

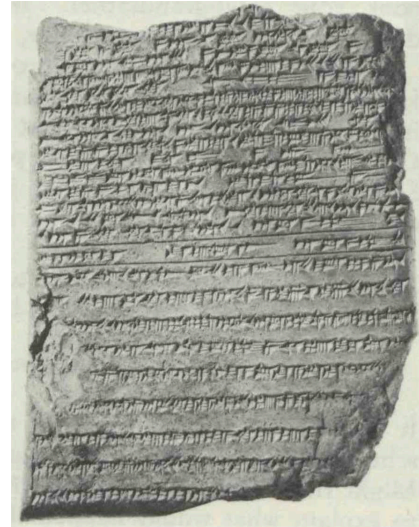
Figura 14 – Maldição no caixão do Rei de Sidon

Figura 15 – Maldição em livro da biblioteca de Nínive, do Rei Assurbanípal

²⁸ Segundo Rosemere Mendes Cabral (2015, p. 19-20) “Na Mesopotâmia as bibliotecas alcançaram o apogeu durante o reinado de Assurbanipal II, governante de Assíria no século VII a.C., onde a antiga cidade capital do império deu seu nome a uma grande biblioteca, Nínive, conhecida como uma das mais antigas de que se têm notícias. Em seu recinto abrigavam-se vinte e cinco mil placas de argila que versavam sobre temas variados como profecias, fórmulas de encantamento, hinos sagrados, assim como peças literárias “escritas em diversas línguas da Mesopotâmia – o assírio, o sumério, o acádio, o ugarítico e o aramaico, dentre outras”, feitas por encomenda do rei Assurbanipal II que, ao criar bibliotecas num extenso território conquistado, mostrou suas aspirações universais.”



Fonte: Drogin (1983)



Fonte: Drogin (1983)

Apesar de sempre terem existido de alguma forma, as maldições em livros, sob o nome de anathema, tornaram-se particularmente populares na Idade Média. Como previamente discutido nesta dissertação, o trabalho do escriba medieval era árduo, exigia horas de atenção ao texto enquanto se sentavam em posições desconfortáveis e, muitas vezes, dolorosas. A produção do manuscrito completo normalmente demorava em torno de três ou quatro meses de trabalho (o escriba escrevia, em média, duas páginas por dia), e a confecção de uma Bíblia por vezes demorava um ano inteiro de trabalho. Drogin (1983) acrescenta que um manuscrito com iniciais coloridas e trabalhos de arte em miniatura, produzido por um único escriba, levava anos para ser finalizado.

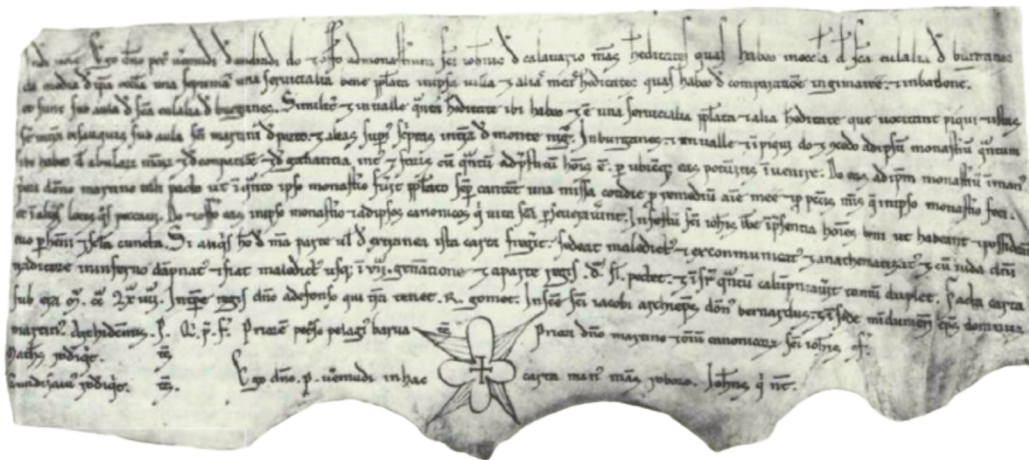
Pela dificuldade de sua produção, o valor de um livro medieval era imensurável, sendo reconhecido recorrentemente como o pertence mais valioso que alguém poderia possuir. Um livro era tão precioso que qualquer medida tomada para protegê-lo de furtos e vandalismo era bem-vinda. Mas que medida poderia ser tomada para realmente proteger um livro? Drogin sublinha os perigos e, então, a solução:

Qualquer livro pode ser roubado e, ainda que esteja acorrentado a uma mesa, o que pode protegê-lo de sujeiras, manchas, anotações indesejadas ou, o mais trágico, a extração de uma página particularmente interessante? O homem medieval encontrou a solução definitiva: ele, que havia colocado sua existência nas mãos do Deus

Todo-Poderoso, decidiu que ali também havia espaço para seus livros. E assim eles foram colocados sob a proteção de Deus – um bibliotecário que poucos ou ninguém seria tolo o suficiente de irritar. (DROGIN, 1983, p. 47, tradução nossa²⁹)

Os homens da Idade Média podiam não temer uns aos outros, mas temiam a Deus. Tomando vantagem desse temor, os escribas começaram a utilizar, recorrentemente, as anathemas. Acredita-se que o primeiro tenha sido Bernhard of Montfalcon, monge do século XIV, que, ao completar a tradução de um salmo, inscreveu uma advertência contra qualquer um que ousasse danificar ou roubar o manuscrito: “*Que ele ou ela recebam a maldição de todos os 318 padres Nicenos, e da Trindade, da Mãe de Deus, João Batista, e todos os santos.*” Para evitar qualquer tipo de dúvida, Bernhard também prometeu ao meliante o destino de Sodoma e Gomorra e a corda de Judas Iscariotes (considerando que Judas se enforcou, o intuito da referência pode ser condenar o ladrão à força, ou inferir que o remorso o levará ao suicídio). (DROGIN, 1983).

Figura 16 – Anathema em um manuscrito espanhol de 1226



Fonte: Drogina (1983)

²⁹ But how does one find the ultimate protection for a book? Any book can be stolen and, even if it is chained to a desk, what can protect it from smudges, stains, unwelcome notations or, most tragic, the ripping out of a particularly interesting page? Medieval man had the ultimate solution: he who had placed his existence in the hands of the Almighty decided that there was room there for his books as well. And so they were placed under God's protection—a Librarian few if any would be foolhardy enough to cross.

Os mosteiros ofereciam um ambiente propício para a criação de anathemas. A lógica era que, se a quem produz um livro é oferecida a Vida Eterna, por que seria errado condenar quem os furta ou destrói? Dessa forma, escribas, apesar de não serem obrigados, tinham a liberdade de inserir, caso quisessem, esse tipo de inscrição (figura 16) nos manuscritos. Os detalhes das maldições dependiam da criatividade dos criadores, mas normalmente envolviam lesão corporal, tormento físico, condenação, excomunhão e anátema (anátema significava excomunhão, sendo anatematizar o ato de excomungar, reprovar, condenar e amaldiçoar). Drogin ressalta que o propósito principal da anathema era o de proteger o livro por meio da prevenção de possíveis ladrões e vândalos; em alguns casos, essas prevenções podiam ser identificadas na entrada de bibliotecas, mas a principal e mais efetiva forma da anathema era aquela inscrita ao final (ou, em alguns casos, no início) de um manuscrito. Marc Drogin demonstra, em seu livro *Anathema!: medieval scribes and the history of book curses*, diversos exemplos de maldições ao longo dos séculos. Um exemplo:

*Whoever steals this book
Will hang on a gallows in Paris,
And, if he isn't hung, he'll drown,
And, if he doesn't drown, he'll roast,
And, if he doesn't roast, a worse end will befall him.*

*Quem roubar este livro
Vai ser pendurado em uma forca em Paris,
E, se não for enforcado, se afogará,
E, se não se afogar, vai assar,
E, se não assar, um fim pior recairá sobre ele.*

De um manuscrito da coleção de Jean d'Orléans, comte d'Angoulême.

Com o passar do tempo, anathemas foram caindo em desuso. Já em 1212, época em que eram populares e amplamente confeccionadas em mosteiros, o Conselho de Paris decretou que, a partir do momento do decreto, nenhum livro deveria apresentar inscrições de maldições, e que essas não tinham quaisquer efeitos perniciosos a quem se deparasse com elas. À época, essa sentença se deu por conta das anathemas assustarem pessoas que pegavam livros emprestados ou que tencionam comprá-los de segunda mão. Os escribas ignoraram o decreto. O que realmente ocasionou o fim das anathemas, salienta Drogin, foi o fato de as pessoas deixarem de temê-las. Atualmente, anathemas não apenas deixaram de ser confeccionadas, mas também

difícilmente são encontradas nos exemplares medievais, preservados em setores de obras raras, onde de fato um dia estavam inscritas. Isso ocorre porque tais marcas, quando chegavam a bibliotecas, eram recorrentemente removidas – o que nos remete, novamente, à quarta frustração elencada por David Pearson (2019) quando pesquisamos marcas de proveniência: estrago ocasionado por restaurações. No caso desse tipo de proveniência, talvez tenha existido, sim, uma parcela de pessoas que as removeram por medo.

Apesar de a tradição não mais existir, e do fato de que pouquíssimas anathemas sobreviveram ao tempo (e aos restauradores do século XIX), a ideia de livros amaldiçoados é extremamente apreciada na cultura e no imaginário popular, sendo recorrentemente explorada na ficção. Finalizamos com um trecho do livro *Harry Potter e a câmara secreta*, de J.K. Rowling (2000, p. 174).

– Perigoso? – perguntou Harry rindo. – Deixe disso, de que jeito poderia ser perigoso?

– Você ficaria surpreso – disse Rony, olhando apreensivo para o livro. – Os livros que o Ministério da Magia tem confiscado, papai me contou, tinha um que queimava os olhos da pessoa. E todo mundo que leu ‘Sonetos de um bruxo’ passou a falar em rima para o resto da vida. E uma velha bruxa em Bath tinha um livro que a pessoa não conseguia parar de ler! Passava a andar com a cara no livro, tentando fazer tudo com uma mão só.

4 BIBLIOTECA LEANDRO KONDER

*“Tudo que faço ou medito.
Fica sempre na metade.
Querendo, quero o infinito.
Fazendo, nada é verdade.”*
(Fernando Pessoa).

Apresenta-se neste capítulo algumas das marcas (assinaturas, marginálias e dedicatórias) identificadas em objetos bibliográficos da biblioteca particular do filósofo Leandro Konder, futura coleção especial da PUC-Rio. Antes de iniciar, entretanto, convém assinalar as circunstâncias que envolveram a delimitação do objeto de pesquisa e a redação do capítulo.

Entre 2019 e 2020, como a Coleção Leandro Konder ainda não havia sido inaugurada, a Biblioteca Central da PUC-Rio não podia permitir acesso não supervisionado ao acervo. Após alguns telefonemas e trocas de e-mails, a pesquisa de campo estava prevista para acontecer no primeiro semestre de 2020. Infelizmente, essa data acabou coincidindo com o início da pandemia de coronavírus, e a instituição mantenedora da coleção, por motivos de saúde e segurança, precisou vedar a entrada de pesquisadores. A princípio, como o início da pandemia foi marcado por incertezas sobre o que aconteceria no futuro, conjecturamos esperançosamente que as circunstâncias poderiam mudar – melhorar – e que em um futuro próximo a pesquisa em campo ainda seria possível de alguma forma (lembrando disso agora, dois anos depois, percebe-se a ingenuidade dessa expectativa). Como bem sabemos hoje, a situação do país foi gradualmente piorando no decorrer de 2020, até chegar em um ponto onde houve a necessidade de reconhecer que a pesquisa de campo não seria possível em nenhum cenário anteriormente projetado. Posto isso, o que fazer então?

Consideramos escolher outra coleção especial (algumas bibliotecas digitalizam as marcas de proveniência de suas coleções para disponibilização online). Cogitamos também uma pesquisa teórica, sem análise de algum acervo específico. Ambas opções foram descartadas. A vontade de ingressar no mestrado foi instigada especificamente pelas marcas de Leandro Konder, afinal. Dessa forma, optamos pela última opção: utilizar as imagens fotografadas na época do estágio, ainda que tenham sido fotografadas fora de um contexto e um recorte

específico de pesquisa. Ainda assim, continuaríamos trabalhando com as marcas de Leandro Konder, mantendo então a proposta de projeto submetida ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Feita essa escolha, encontramos mais alguns entraves. O primeiro foi escolher, entre as múltiplas fotografias, as mais adequadas para a pesquisa. No período de estágio, muitas vezes ocorria de fotografar apenas uma página ou outra (afinal, a atividade do estagiário do setor era catalogar livros, e não fotografá-los), então faltava um contexto maior do exemplar, o que impedia o exame bibliológico e o colacionamento. Dessa forma, ao selecionar as imagens que entrariam no trabalho, um critério adotado foi o de optar por imagens que possibilitam, ao menos, a identificação do livro que abarca a marca. Outro entrave encontrado foi a caligrafia em certas anotações, particularmente em livros com dedicatórias à Leandro (encontramos diversas assinaturas ilegíveis). A partir disso, outra propensão na triagem foi a de optar por imagens com anotações um pouco mais legíveis, que apresentassem dedicatórias com assinaturas mais identificáveis. Por fim, a última (e maior) frustração desse capítulo, no final das contas, foi realmente não podido voltar a consultar os livros da coleção. Não apenas pelos entraves de pesquisa listados acima, mas simplesmente porque muito do interesse em estudar essa biblioteca partiu do convívio com os livros, do vínculo que acredita-se ter formado no momento da interação com o acervo. Na falta desse contato mais direto, o que restou foi um fragmento daquele sentimento que, somado a um pouco de desânimo, resultou nesse capítulo.

Dispondo, a princípio, de aproximadamente de 16 selecionadas entre as fotografias tiradas no período de estágio (2017-2018) na PUC-Rio, buscamos conectar alguns objetos informacionais extrínsecos – na forma de marginais, dedicatórias, assinaturas, etc. – com passagens da história de vida do colecionador, acreditando que tais marcas “[...] registradas sobre o papel, couro ou pergaminho, à luz da história, carregam consigo narrativas simbólicas que se encaixam cirurgicamente no pano de fundo dos acontecimentos”. (CIRNE, 2016, p. 57). Para selecionar as passagens mais significativas (à essa pesquisa), utilizamos algumas fontes sobre Leandro Konder, sobretudo *Memórias de um intelectual comunista*, sua autobiografia publicada em 2008.



Ao intitular sua autobiografia de *Memórias de um intelectual comunista*, Leandro Konder explica o porquê das autocaracterizações do título. Ele afasta o conceito de “intelectual” de possíveis vanglórias de alguém que acredita pensar melhor que outros, de pretensos sentimentos de superioridade em relação ao outro. Para Leandro, partindo da acepção gramsciana, intelectual é aquele que utiliza saberes específicos para praticar determinadas funções nos movimentos culturais – “O intelectual, na nossa cultura, é alguém de quem se espera que possa problematizar os métodos, as razões e os procedimentos usuais na abordagem das questões por ele examinadas.” (KONDER, 2008, p. 6). Compreender “intelectual” a partir desse prisma permite que ele se reconheça nessa posição sem risco de incidir em vaidades.

A segunda autocaracterização é a de “comunista”. Para Leandro, ser comunista não é “[...] declamar a cada conflito, a cada negociação, a cada surpresa da política, algumas palavras do velho Marx, transformado em criador de uma doutrina que tem respostas para todas as questões” (KONDER, 2008, p. 7), não é repetir no século XXI propostas e juízos políticos delineados por Marx no século XIX, sem qualquer tipo de reformulação (para ele, um programa político rerepresentado por mais de duas ou três décadas, sem qualquer tipo de adaptação, torna-se uma “monstruosidade”). Leandro Konder tornou-se comunista aos 15 anos de idade e, no decorrer de 55 anos de militância, exerceu seu comunismo através de uma “[...] aposta filosófica na capacidade, que os seres humanos ainda mostrarão, de superar o capitalismo, de edificar uma sociedade mais justa, mais livre e mais feliz.” (KONDER, 2008, p. 7), sendo essa uma opção que ele relata ter necessitado refazer ao longo da vida. Abordando sobre como as escolhas ético-políticas de Leandro implicam em sua produção teórica, seu amigo Carlos Nelson Coutinho enfatiza que

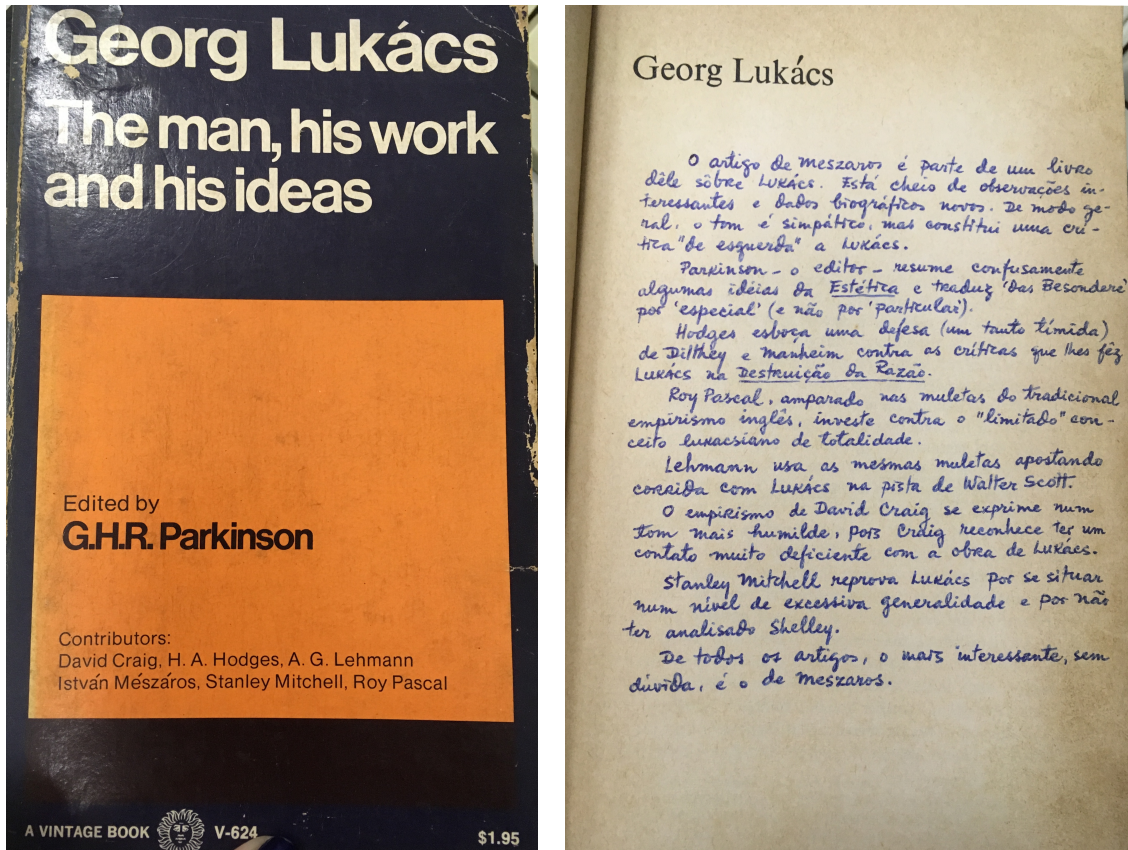
Ele não é um intelectual acadêmico que, de vez em quando, assina um manifesto ou toma posição em face de um problema político posto na ordem do dia. Como marxista, Leandro concebe sua atividade intelectual como um modo específico, entre outros modos possíveis, de atuar sobre o real, de contribuir para sua transformação. Não se trata de um intelectual que tem “opiniões políticas”, mas de alguém que, a partir de uma coerente visão de mundo, de uma decisão muito clara de mudar o mundo, resolveu colaborar com essa ação de mudança por meio daquilo que sabe fazer melhor, ou seja, lidar com a teoria. (COUTINHO, 2002, p. 16-17)

Leandro nunca se dedicou profissionalmente à política, mas exerceu suas escolhas ético-políticas no campo das ideias, da teoria, encontrando espaço para o diálogo nas salas de aula, ensinando e aprendendo com seus alunos, e, também, através da atividade constante da escrita. Foi autor de uma vasta produção, sendo um dos responsáveis por apresentar autores como György Lukács, Antonio Gramsci, entre muitos outros, ao Brasil. Em muitos casos, além de escrever sobre tais autores, tomou para si o trabalho de traduzi-los. Coutinho (2002) salienta que, hoje, nenhum marxista brasileiro desconhece o tema da alienação ou ignora autores como Lukács, Gramsci ou Benjamin, e muito disso se deve ao fato de Leandro ter publicado sobre eles nos anos 60, época em que articular sobre tais autores era uma inovação.

Aproveitando o ensejo, enquanto Leandro foi um dos responsáveis por disseminar as ideias de Lukács no Brasil, quem o apresentou ao autor, por sua vez, foi seu pai, o médico sanitarista Valério Konder. Em meados de 1959, Leandro se encontrava insatisfeito com a literatura marxista, ou o marxismo oficial que, segundo ele, era dominado por “soviéticos esquemáticos” e “sectários”. Insatisfeito, perguntou a seu pai se este conhecia algum “marxista sério” que pudesse lhe recomendar. Na época, Valério era secretário do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz (organização “biombo” do Partido Comunista), e viajava com frequência. Foi em uma viagem para França que comprou *La signification presente du réalisme critique*, livro de um marxista húngaro chamado György Lukács. O presente foi dado em 1959, e a leitura de Lukács entusiasmou Leandro novamente a debater marxismo (KONDER, 2008). Após essa leitura, ele buscou adquirir mais livros de Lukács, e livros sobre Lukács, como é o caso do exemplar da figura a seguir.

Figura 17 – Anotações de Leandro Konder no livro *Georg Lukács*, editado por G.H.R.

Parkinson



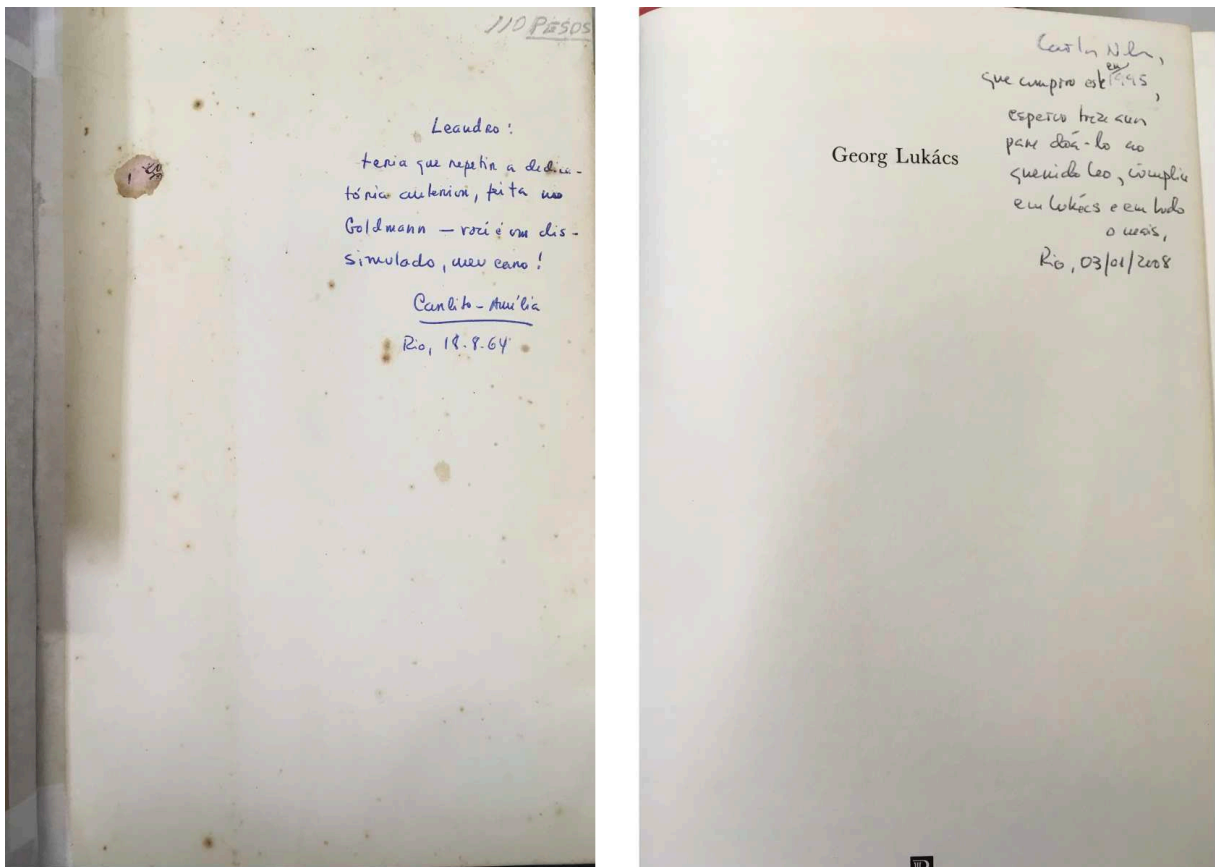
Fonte: A autora, fotografia obtida por câmera de celular

Fotobibliografia: [parágrafo] O artigo de Meszaros é parte de um livro // dêle sôbre Lukács. Está cheio de observações in- // teressantes e dados biográficos novos. De modo ge- // ral, o tom é simpático, mas constitui uma cri- // tica “de esquerda a Lukács. // [parágrafo] Parkinson - o editor - resume confusamente // algumas idéias da Estética e traduz ‘das Besondere’ // por ‘especial’ (e não por ‘particular’). // [parágrafo] Roy Pascal, amparado nas muletas do tradicional // empirismo inglês, investe contra o “limitado” com- // ceito lukacsiano de totalidade. // [parágrafo] Lehmann usa as mesmas muletas apostando // corrida com Lukács na pista de Walter Scott. // [parágrafo] O empirismo de David Craig se exprime num // tom mais humilde, pois Craig reconhece ter um // contato muito deficiente com a obra de Lukács. // [parágrafo] // Stanley Mitchell reprova Lukács por se situar // num nível de excessiva generalidade e por não // ter analisado Shelley. // [parágrafo] De todos os artigos, o mais interessante, sem // dúvida, é o de Meszaros.

Leandro comprou uma edição em castelhano de *A destruição da razão*. E, impressionado com a leitura, aproveitou a vinda de José Guilherme Merquior ao Rio de Janeiro para conversar. Além disso, “[...] sabendo que Lukács tinha uma relação com o Movimento

Húngaro dos Partidários da Paz, consegui, com a ajuda de meu pai, o endereço do filósofo húngaro. Passei a escrever para ele a partir de 1961.” (KONDER, 2008, p. 73). Seu maior interlocutor nas leituras de Lukács foi Carlos Nelson Coutinho e, de 1963 à 1970, ambos mantiveram uma correspondência com Lukács que, em 2002, tomou forma e foi publicada pela Boitempo com o título *Lukács - a atualidade do marxismo*, organizada pelos professores Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa. Em meados dos anos 60, Leandro e Carlos Nelson, ambos situados no Rio de Janeiro, viriam a trabalhar em parceria para aprofundar as ideias que conceberam a partir das leituras de Lukács. A amizade e parceria intelectual com Carlos Nelson Coutinho é outro aspecto importante de sua vida e, como tal, pode ser observado em alguns livros de sua biblioteca.

Figura 18: Dedicatórias de Carlos Nelson Coutinho à Leandro Konder



Fonte: A autora, fotografia obtida por câmera de celular

Fotobibliografia: Leandro: // teria que repetir a dedica- // tória anterior, feita no // Goldmann – você é um dis- // simulado, meu caro! // Carlito-Amélia // Rio, 18.8.64

Fotobibliografia: Carlos N[elson], // eu, // que compro este 1995, // espero [ilegível] // para doá-lo ao // querido Leo, cúmplice // em Lukács e em tudo // o mais, // Rio, 03/01/2008

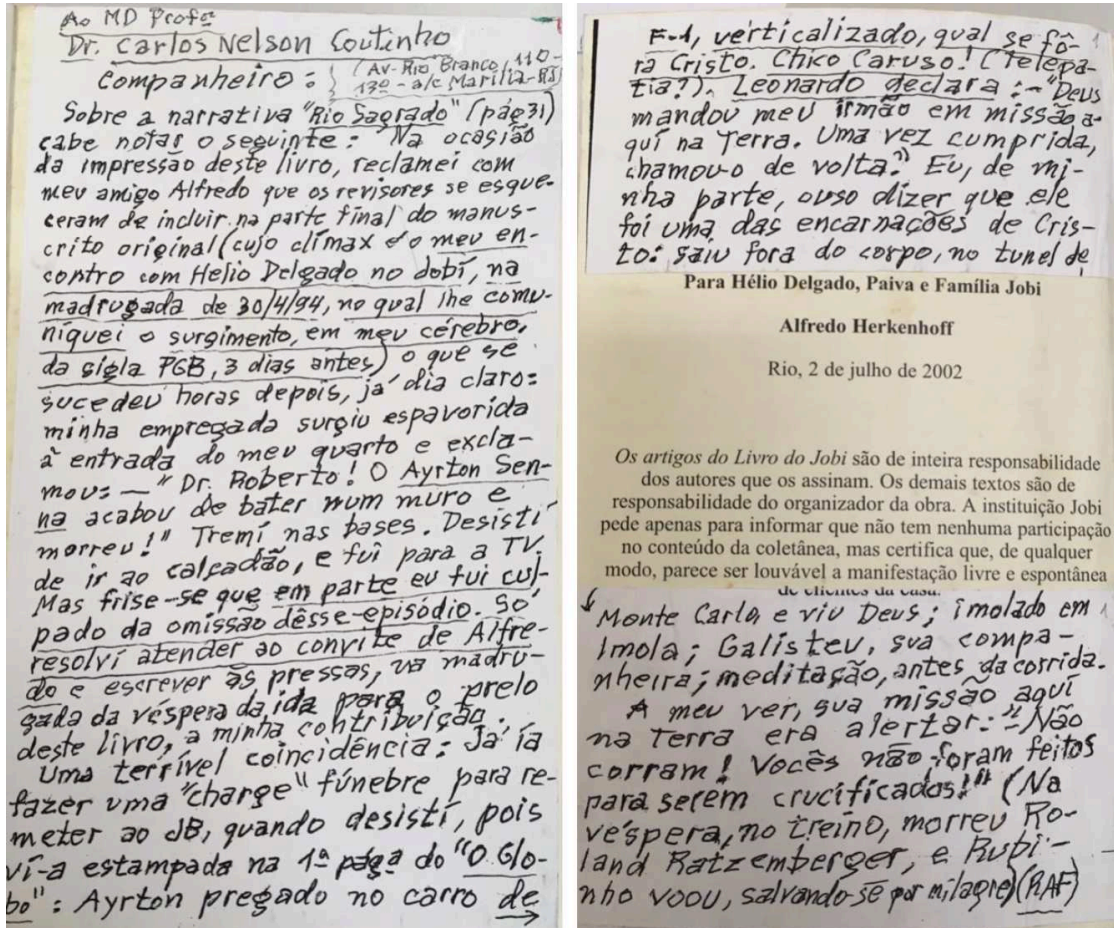
A dedicatória na obra *Indivíduo y cosmos em la filosofia del Renascimento* (figura X) é assinada em 1964 por “Carlito”, apelido de Carlos Nelson Coutinho, e por sua esposa, Amélia Coutinho. Em meados de 1960, Leandro Konder integrou o comitê de redação da revista *Estudos Sociais*, onde recebera um ensaio, segundo ele, “absolutamente entusiasmado” sobre Sartre, cuja autoria era de um intelectual baiano chamado Carlos Nelson Coutinho. A publicação do artigo não foi uma unanimidade entre os membros da revista, mas o impacto foi o suficiente para que fosse criada uma nova seção – Problemas em Debate – apenas para publicá-lo. Esse seria o primeiro contato entre Leandro e Carlos Nelson (KONDER, 2008).

Em seu livro de *Memórias* (2008), Leandro compartilha que, no começo, a amizade com Carlos Nelson era epistolar, consistindo em uma constante troca de cartas. Quando comentavam os livros que estavam lendo, coincidentemente, percebiam que eram os mesmos. À época, Leandro constatou que “[...] o meu novo amigo baiano era intelectualmente mais rápido do que eu; fazia sínteses mais convincentes do que as minhas e assentava sua argumentação em terreno mais sólido. (KONDER, 2008, p. 55). Em 1964, ano da primeira dedicatória apresentada, Carlos Nelson se mudaria para o Rio de Janeiro após o golpe militar, passando a morar em Copacabana. Em entrevista concedida a Margem Esquerda (2005), Leandro sublinha que, após o interesse mútuo em Lukács, veio o interesse em Gramsci, sendo que Carlos Nelson já se antecipava neste autor, conhecendo melhor sua obra. Após muita leitura de ambos os autores, Leandro passaria a se identificar como “lukacsiano na teoria filosófica e gramsciano na teoria política.” (MARGEM ESQUERDA, 2005, p. 14). Carlos Nelson, por sua vez, estudou, interpretou e traduziu Gramsci “[...] provendo, em companhia de Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira, uma magnífica edição brasileira dos *Cadernos do cárcere*, em seis volumes.” (KONDER, 2008, p. 55).

A amizade com Carlos Nelson era nutrida por concordâncias e ideias político-filosóficas que convergiam. Em entrevista para a Margem Esquerda (2005), ambos concordaram que as vezes chegava a ser difícil delimitar o que é Carlos Nelson e o que é Leandro Konder. Esse fato

pode ser observado na própria biblioteca de Leandro, que dispõe de livros assinados e marcados por Carlos Nelson, ou dedicados a ele, como é o caso do exemplar a seguir.

Figura 19: Dedicatória de Roberto [RAF] na obra *Livro do Jobi*³⁰ de Alfredo Herkenhoff



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Apesar de incorporado ao acervo de Leandro, observa-se que a dedicatória manuscrita na obra *Livro de Jobi* é dedicada “ao MD Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho”, apontando para as prováveis trocas literárias que ocorria entre os amigos. Ainda que os interesses mútuos os tornasse uma espécie de dupla intelectual, Leandro e Carlos Nelson não chegaram a publicar grandes trabalhos em parceria.

CNC – [...] nós nunca escrevemos nada juntos, a não ser coisas circunstâncias.

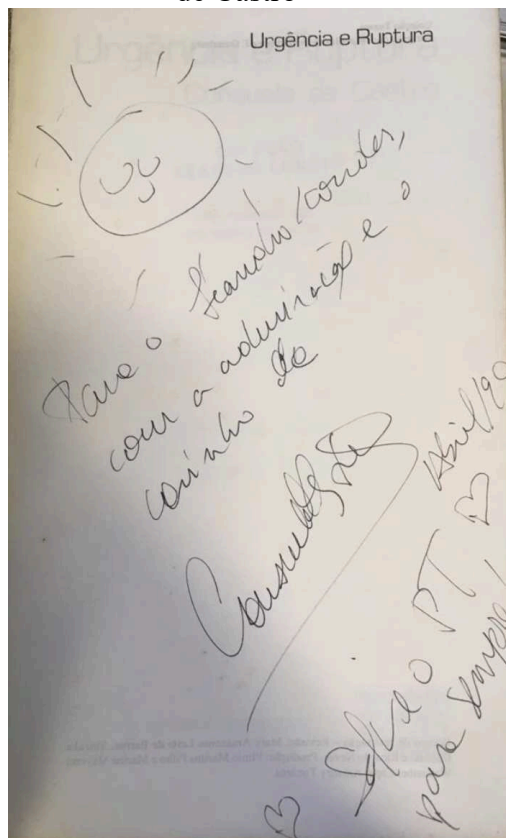
³⁰ HERKENHOFF, Alfredo. *Livro do Jobi*. Rio de Janeiro: Casa Ehma, 2002. 129 p.

LK – Uma resenha na revista *Civilização Brasileira*, condenando a invasão da Tchecoslováquia, em um ato de indisciplina, para forçarmos a direção a nos punir.

CNC – Assinado por nós dois existe ainda o prefácio à primeira edição do *Gramsci*.

LK – Que não corresponde precisamente nem ao que eu nem ao que você pensávamos, mas acabamos chegando a um certo acordo. (MARGEM ESQUERDA, 2005, p. 17).

Figura 20: Dedicatória de Consuelo de Castro na obra *Urgência e ruptura*³¹ de Consuelo de Castro



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Na dedicatória, datada em abril de 19[89?], a dramaturga Consuelo de Castro escreve: “*Para o Leandro Konder, com a admiração e o carinho de Consuelo de Castro // Salve o PT para sempre!*”.

Apesar de nunca ter almejado atuar na política profissionalmente, Leandro foi filiado a alguns partidos ao longo da vida. Integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1951 até

³¹ CASTRO, Consuelo de. **Urgência e ruptura**. São Paulo: Perspectiva, 1989. 586 p. (Coleção textos ; 10).

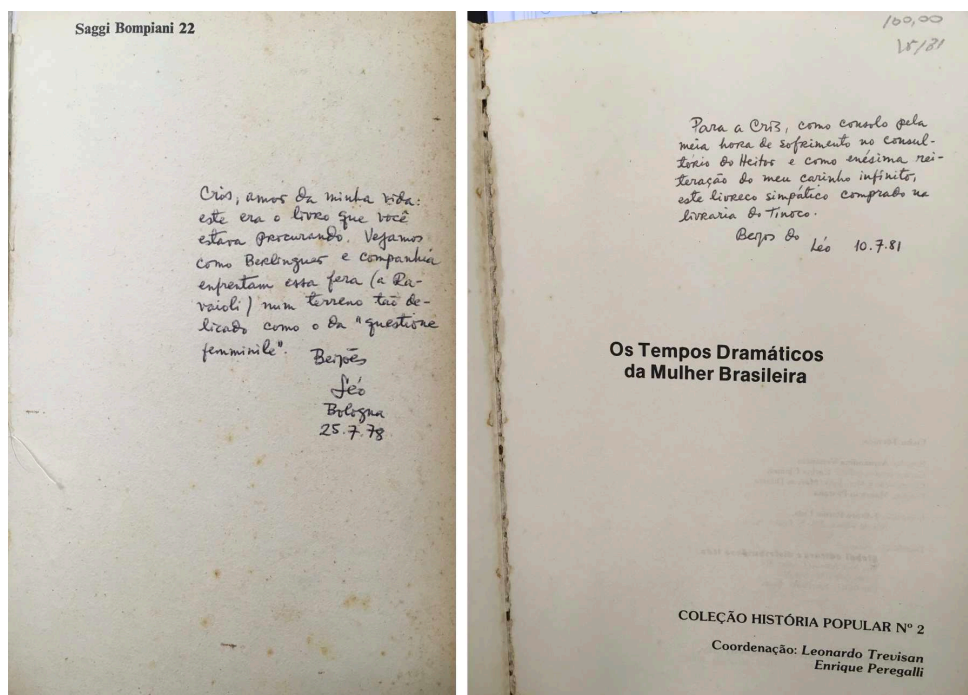
1982. Optou por deixar o partido – junto a Carlos Nelson e Milton Temer – quando percebeu que, ao regressar ao Brasil após o período de exílio político, não havia mais espaço para suas ideias. Segundo Konder, os dirigentes do PCB começaram a usar com muita frequência o termo *eurocomunismo* que “desqualificava o sujeito criticado, caracterizando-o como o adepto de um programa flexível, preconizador de um avanço feito através de reformas, em compromisso com o pluripartidarismo.” (KONDER, 2008, p. 114). O partido, que se propunha a ser plenamente reformista, passou a recriminar seus dissidentes, acusando-os contraditoriamente de “reformistas”, “oportunistas” e “eurocomunistas”. Em 1988, Leandro, Carlos Nelson e Temer estavam oficialmente fora do PCB. Almejavam, entretanto, integrar um “[...] partido de massas laico, pluralista, sem ditadura do proletariado, porém comprometido com os trabalhadores, verdadeiramente socialista e, sobretudo, democrático.” (KONDER, 2008, p. 148).

Em 1989, ano da dedicatória de Consuelo de Castro, os três se filiaram ao Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Leandro:

[...] mergulhamos fundo na campanha eleitoral de Lula. Estávamos bastante entusiasmados com a capacidade de mobilização que o PT poderia ter, como um partido claramente de esquerda e pós-leninista. Acreditávamos que a organização poderia aproveitar, internamente, uma liberdade bem maior do que aquela que havia sido possível no interior dos partidos comunistas. E com isso poderia encaminhar — democraticamente — as transformações políticas e socioeconômicas de que o país necessitava. (KONDER, 2008, p. 149)

À época, Leandro enxergou no PT uma aura “romântica”, que acabou por se esvaír na medida em que os princípios da esquerda começaram, a seu ver, a serem abandonados, fazendo com que o partido perdesse sua proposta inicial, sua identidade. Entretanto, o acontecimento que determinou seu rompimento com o partido foi a expulsão da senadora Heloísa Helena em 2003. Em sequência, Leandro, Carlos Nelson e Temer acompanhariam Heloísa na formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Figura 21: Dedicatórias de Leandro Konder à Cristina Konder



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Fotobibliografia: Cris, amor da minha vida: // este era o livro que você // estava procurando. Vejamos // como Berlinguer e companhia // enfrentam essa fera (a Ra- // vaioli) num terreno tão de- // licado como o da "questione // femminile". // Beijos // Léo // Bologna // 25. 7.78

Fotobibliografia: Para Cris, como consolo // pela // meia hora de sofrimento no consul- // tório do Heitor e como enésima rei- // tribuição do meu carinho infinito, // este livresco simpático comprado na // livraria do Tinoco. // Beijos do Léo 10.7.81

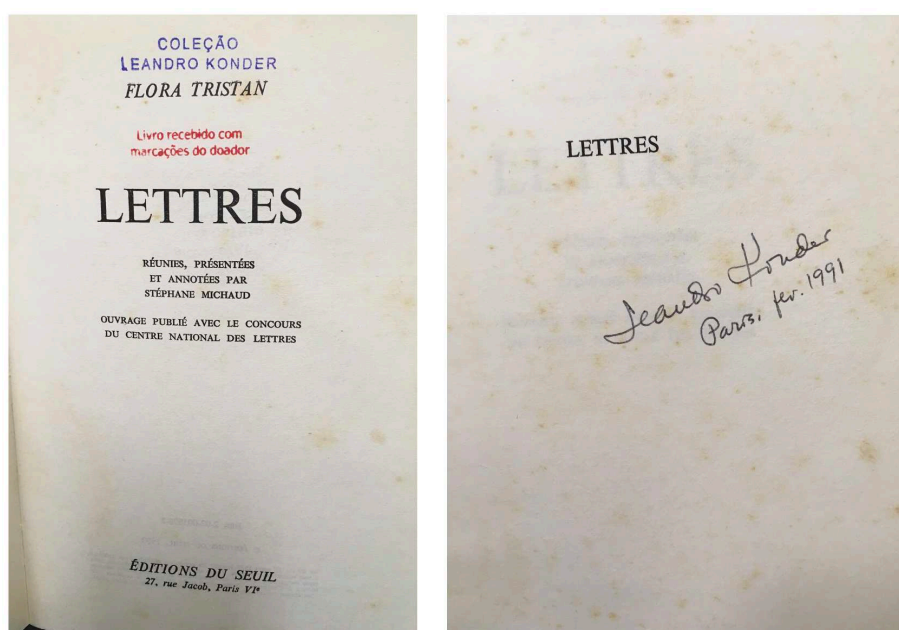
Nos livros de sua Coleção, também é possível identificar algumas trocas afetuosas entre Leandro e sua esposa, Cristina. Apesar das dedicatórias indicarem que os livros pertenceram, em algum momento, a ela, na doação eles acabaram por integrar a coleção do marido.

Leandro e Cristina começaram a namorar em meados dos anos 70, durante o período de exílio político de Leandro, que teve início em 1972 e fim em 1978, data indicada no exemplar de *La questione femminile*, de Carla Ravaioli. Exilado na Alemanha e trabalhando na Universidade de Bonn (ensinava português para estudantes alemães), Leandro começou a se relacionar com Cristina, que tinha acabado de sair de um relacionamento conjugal difícil e não queria um compromisso sério. Apesar disso, quando seu contrato com a Universidade de Bonn

chegou ao fim, Leandro foi morar com ela em Paris. Quando regressaram ao Brasil em dezembro de 1978, Cristina estava grávida do primeiro filho do casal.

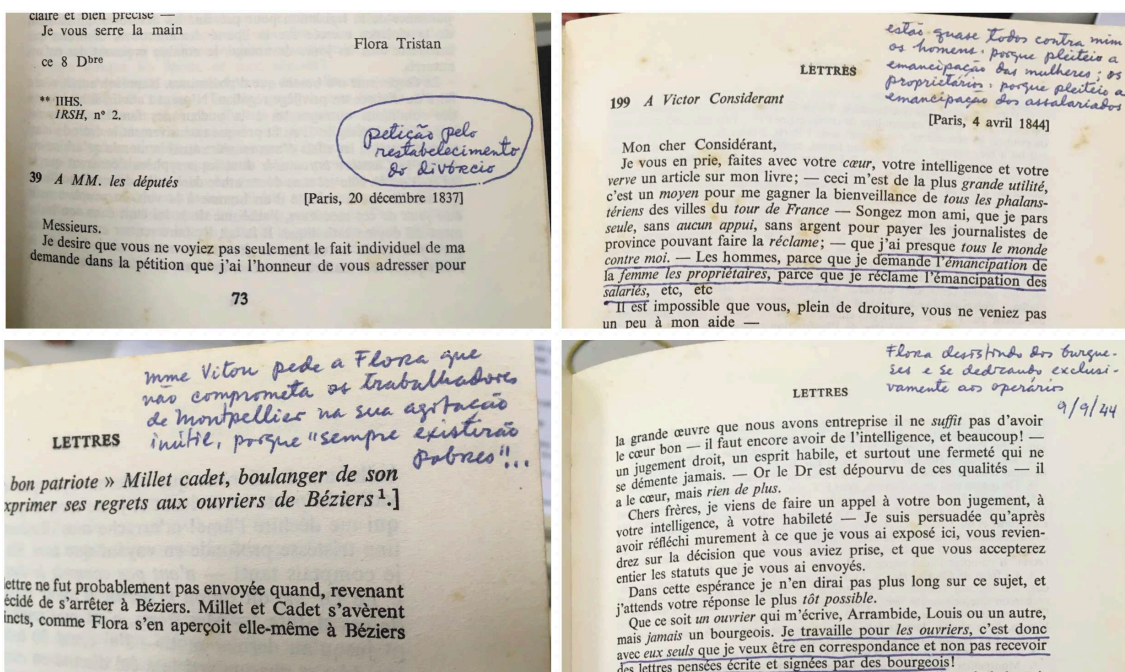
Após o retorno ao Brasil, Leandro viajou para Paris em seis ocasiões, entre elas em 1991, aproveitando o dinheiro que haviam recebido com a venda de um carro. Foram as viagens a Paris que possibilitaram algumas discussões específicas sobre a história das ideias socialistas que o levaram a escrever sobre Flora Tristan.

Figura 22: Assinatura de Leandro Konder em *Lettres*, de Flora Tristan



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Figura 23: Marginalia de Leandro Konder em *Lettres*, de Flora Tristan



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Fotobibliografia: petição pelo // restabelecimento // do divórcio

Fotobibliografia: estão quase todos contra mim: // os homens, porque pleiteio a // emancipação das mulheres ; os // proprietários, porque pleiteio a // emancipação dos assalariados

Fotobibliografia: Mme Victor pede a Flora que // não comprometa os trabalhadores // de Montpellier na sua agitação // inútil, porque “sempre existirão // pobres” ...

Fotobibliografia: Flora desistindo dos burgueses- // ses e se dedicando exclusi- // vamente aos operários // 9/9/44

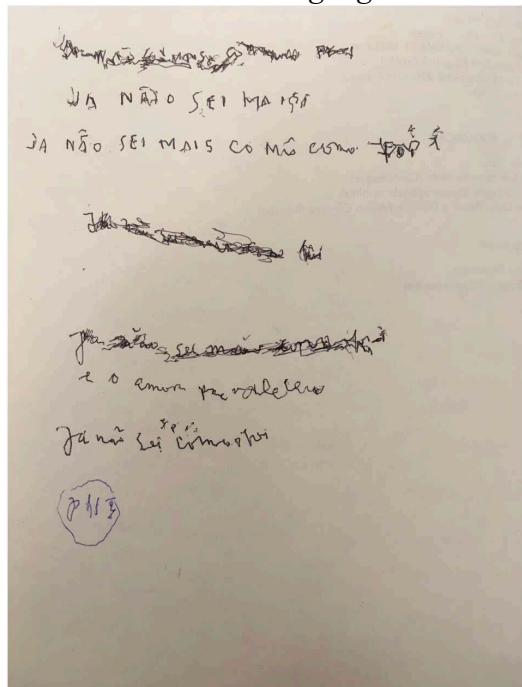
Em 1994, Leandro publicou o livro *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Como uma das principais referências, ele cita a publicação de cartas de Flora (Lettres, 1980), compiladas por Stéphane Michaud e cujo exemplar ele adquiriu e marcou no ano de 1991. As anotações no exemplar acima consistem, dessa forma, no estímulo inicial que Leandro Konder teve, enquanto leitor, para posteriormente compor seu trabalho enquanto autor.

Segundo Leandro, Flora não o interessava como filósofa (ela não era), e sim como lutadora e figura histórica:

Lendo o que ela escreveu e o que escreveram sobre ela, fiquei muito impressionado com a força de uma jovem que nunca foi à escola, que foi alfabetizada pela mãe (uma costureira semi-analfabeta [sic]) e, no entanto, se tornou escritora. Fiquei impressionado com o casamento dela com um marido que a espancava e com a impossibilidade legal de se divorciar, na época da restauração monárquica. Comoveu-me o fato de ela só ter se livrado do marido quando ele, perseguindo-a, a alvejou com dois tiros. O marido foi condenado e Flora - que não pôde extrair as balas, instaladas perto do coração - dedicou o curto período de vida que lhe restava a fazer uma campanha nacional, pregando o socialismo para mulheres e o feminismo para os operários. (KONDER, 2008, p. 191)

O livro sobre Flora Tristan foi o primeiro que Leandro escreveu sobre uma mulher. Encantou-se com as tentativas – malsucedidas em seu respectivo tempo de vida, mas que ecoaram, de alguma forma, até os dias atuais – de libertar mulheres e operários através de ideias socialistas e feministas. “A pesquisa que fiz sobre Flora Tristan me ajudou a compreender não só o que estava acontecendo naquele momento, mas também a luta que as mulheres vêm travando até hoje. Uma luta que é vital para a causa da democracia em geral.” (KONDER, 2008, p. 192)

Figura 24: Anotações de Leandro Konder em *Linguagens e comunidades*, de Peter Burke



Fonte: A autora. Fotografia obtida por câmara de celular.

Fotobibliografia: [ilegível] / já não sei mais / já não sei mais [co?] mão como [ilegível] / [ilegível] // [ilegível] // e o amor prevalece // já não sei como foi // p 11[3?]

Essa edição de *Linguagens e comunidades*, de Peter Burke, foi publicada em 2010, o que significa que quaisquer anotações de Leandro foram feitas quando ele já estava, há pelo menos dez anos, debilitado pela doença de Parkinson. Leandro foi diagnosticado em 22 de agosto de 1995, e sabia que era uma doença incurável.

As marcas acima indicam que ele, apesar ter tido os músculos que sustentavam sua coluna vertebral foram atingidos pelo mal de Parkinson, ainda tentava escrever em seus livros. Observa-se a dificuldade da ação de escrita, tanto pela caligrafia quanto pelas palavras: “*Já não sei mais...Já não sei mais como...E o amor prevalece...Já não sei como foi.*”. Segundo Leandro, “A doença afetou minhas atividades cotidianas [...] A escrita se modificou, as letras ficaram bem menores (o fenômeno se chama micrografia)” (KONDER, 2008, p. 245-246). No entanto, ele acrescenta que “Tenho reagido contra a doença, me empenhando no trabalho. E o trabalho de um professor de pós-graduação não se limita a preparar as aulas e dá-las; inclui a pesquisa, o esforço constante de atualização, bem como a orientação dos alunos.” (KONDER, 2008, p. 246). Em sua coleção, a partir da análise de diversos outros exemplares, pode-se constatar que Leandro, de fato, nunca deixou de trabalhar, pois as marcas – que quase não mais formavam letras legíveis – ainda podem ser localizadas em diversos exemplares adquiridos próximos à data de sua morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“I don’t know how, but I’m taller / It must be something in the water / Everything’s growing in our garden / You don’t have to know that it’s haunted / The doctor put her hands over my liver / She told me my resentment’s getting smaller / No, I’m not afraid of hard work / I have everything I wanted.”

(Phoebe Bridgers)

Após a experiência de estágio com as marcas identificadas na biblioteca do Professor Leandro Konder, esse trabalho de dissertação foi instigado pelo propósito de investigar marcas de proveniência bibliográfica, acreditando na hipótese de que tais vestígios, encontrados recorrentemente em objetos bibliográficos, são vetores de memórias (individuais e coletivas) que possibilitam uma reconstrução fragmentada da trajetória de vida dos antigos proprietários. Para isso, além da experimentação na biblioteca particular de Konder, traçamos um percurso teórico que encadeou os tópicos como: “Biblioteca”, “Biblioteca particular”, “Memória”, “Patrimônio bibliográfico” e “Marcas de proveniência”.

Entendemos a Biblioteca como instituição de memória cultural que armazena e preserva nossa herança cultural textual, possibilitando que as gerações futuras tenham acesso aos referenciais culturais de outrora. Enquanto lugar de memória, a biblioteca torna possível o encontro contínuo entre a memória social virtual contida nos livros e a obrigação ou necessidade dos coletivos em atualizar essa memória (Namer, 1987). Na falta do aparato das bibliotecas, sensibilidades e referenciais do passado tornam-se suscetíveis ao esquecimento. Bibliotecas, enquanto lugares que legitimam regimes de verdade por meio de seus documentos, são vulneráveis aos poderes e interesses políticos, jurídicos e financeiros, que interferem diretamente no que deve ser lembrado e, conseqüentemente, no que será esquecido. Dessa forma, a biblioteca se encontra na encruzilhada da memória e do esquecimento. Para ela existir e resistir, faz-se necessária a vontade de memória. Sendo assim, a biblioteca é um lugar de memória seletiva que tenta conciliar o desejo de universalidade com a necessidade de escolha e, como consequência, no que será lembrado e o que será esquecido (JACOB, 2000).

Entende-se a biblioteca particular, por sua vez, enquanto uma espécie de extensão do indivíduo que a organiza, uma vez que representa a cultura do proprietário e torna possível desvelar características deste a partir do que ele coleciona. Constata-se que, diferentemente de

outros tipos de bibliotecas, a biblioteca particular possibilita uma conjectura do tecido de pensamento daquele a construiu, como uma espécie de prolongamento do “eu” (MOLES, 1978).

Finalmente, encontramos nas marcas de proveniência algumas características de raridade bibliográfica que individualiza o exemplar, tornando-o único. Acreditamos, após a pesquisa dessa dissertação, que os vestígios identificados em objetos bibliográficos, chamados de marcas de proveniência bibliográfica, refletem, ainda que de forma fragmentada, as formas que leitores interagem ou interagiram com o objeto. A partir do estudo dessas marcas – Marginália, Assinatura, Dedicatória, Ex Libris, Anathema, entre outras – podemos questionar o que o livro significou para seus antigos proprietários, o papel que desempenhou como objeto material na vida de antigos leitores.

Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possibilitam, desde já, uma contribuição para o estudo das marcas de proveniência que recorrentemente são encontradas em acervos de bibliotecas, mas que ainda carecem de aprofundamento teórico no Brasil. Ademais, consideramos também que a pesquisa se faz interessante não apenas para a Biblioteconomia de Obras Raras, mas também aos campos da Memória Social e da Ciência da Informação, e estimamos que os resultados de pesquisa aqui dispostos sejam úteis para os campos supracitados.

No percurso da pesquisa, um elemento que chamou atenção, tanto nas produções internacionais estudadas, quanto nos relatos de pesquisadores brasileiros que lidam com marcas de proveniência em suas bibliotecas, foi a carência de normas descritivas que possibilitem a padronização de dados relativos a marcas de proveniência em descrições catalográficas. Isto é, ao passo que o estudo das marcas de proveniência ganhou força e identificações terminológicas nas últimas três décadas, houve também uma crescente demanda de padronização descritiva para esses objetos informacionais. À vista disso, temos, como perspectivas futuras de pesquisa, retornar para a Organização do Conhecimento com vistas a contribuir com os estudos e edificações que estão sendo transcorrendo nessa área.

Por fim, ao final desse itinerário, ressaltamos que o tema desse estudo foi/é extremamente instigante. De fato, encontramos entraves de pesquisa, principalmente no que tange o experimento intencionado na biblioteca particular de Leandro Konder. Todavia, as lacunas que deixamos de preencher, em momento nenhum, tornam a biblioteca do Professor

menos cativante e admirável. No futuro, em circunstâncias mais adequadas, pretendemos retornar ao acervo que foi o princípio de tudo, que instigou o início dessa pesquisa e o ingresso no mestrado. A biblioteca do Professor, assim como muitas bibliotecas particulares encontra-se situada “...na encruzilhada da arqueologia e da utopia arquitetônica, na nostalgia das memórias perdidas e das reconstruções que fazem as cinzas e a terra falar.” (JACOB, 2000, p. 17). Não existe memória fora de um contexto afetivo, e o conjunto de narrativas dispostas nas marcas da biblioteca de Leandro Konder nos leva a afetos e sensibilidades cuja história e seus movimentos, na ausência do dono, deixa a seus livros a tarefa de contar.



REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Orgs.) *Memória e novos patrimônios*. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93.

_____. Memória social: itinerários poético-conceituais. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (Org.) Por que Memória Social? *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016.

ANTUNES, Cristina (Org). *Rubens Borba de Moraes: anotações de um bibliófilo*. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.3, p.233-249, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/13.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARBIER, Frédéric. *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. Tradução: Regina Salgado Campos.

BARBIER, Frédéric. Patrimoine, production, reproduction. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 5, p. [1-15], 2004.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: _____. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BEZERRA, José Augusto. Ex libris: A marca de propriedade do livro. *Revista do Instituto do Ceará*, 2006. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/09-Ex_Libris.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 maio 2016. Acesso em: 09 jan. 2022.

_____. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

_____. Lei no 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. *BIBLOS*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 98–129, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7968>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CABRAL, Mendes Rosimere. *Bibliotecas de Alexandria: usos políticos da memória e do esquecimento*. 2010. 73 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12326/dissertacao%20completa%2012%2004%2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jan. 2022.

CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 20, 2019, Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador : conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes.

CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Márcia Valéria da Silva de Brito. Você sabe o que é o Programa Memória do Mundo – MOW? *REDARTE/RJ*. Rio de Janeiro, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.redarte.org.br/2017/09/14/voce-sabe-o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo-mow/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DEBARY, Octave. *Antropologia dos restos: da lixeira ao museu*. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. Tradução: Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.

DIAS, Débora. Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses. Cescontexto: *Debates*, 2018, n. 23, p. 57-71. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/33878/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DODEBEI, Vera Lúcia Dyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto, 2002.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010. 269 p.

DOHMANN, Marcus. O objeto e a experiência material. *Revista Arte e Ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 20, p. 71-77, julho 2010.

DROGIN, Marc. *Anathema!:* medieval scribes and the history of book curses. Totowa: Allanheld, Osmun, 1983.

FREITAS, Lídia da Silva. *Nora* – lugares de memória [Arguição na aula de Fundamentos e perspectivas em Memória Social, em 28 de janeiro de 2021]. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2021. Notas.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-posições*, v. 13, n. 3 (39), 2002: 130.

GAUZ, Valeria. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. IV, no 8, dez. 2015. Disponível em: . Acesso em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905/15196>. 08 jan. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GROFBE, Sybille. Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística. *Revista Linguística*, v. 11, n. 2, p. 22-41, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/4499/3270>. Acesso em: 26 dez. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HORCH, Rosemarie Erika. *O livro raro no Brasil*. Comunicações e Artes, São Paulo, n.11, p. 63-71, 1982.

HULVEY, Monique. Not so marginal: manuscript annotations in the folger incunabula. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, vol. 92, no. 2, 1998, p. 159–76. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24304224>. Acesso em 15 jan. 2022.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

JACKSON, Heather J. Marginalia and authorship. Inglaterra: *Oxford Handbooks Online*, 2016. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935338.001.0001/oxfordhb-9780199935338-e-149>. Acesso em: 16 jan. 2022.

JACKSON, Heather J. *Marginalia: readers writing in books*. New Haven: Yale University Press, 2001.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. (2014). Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *Profesional De La Información*, 23(4), 425–432. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 13 ago. 2020.

KONDER, Leandro. *Em torno de marx*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KONDER, Leandro. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao sujeito: inquietação Patrimonial Brasileira. In: *Revista da USP*, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, 1993. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MOLES, Abraham A. Biblioteca pessoal, biblioteca universal. *R. Bibliotecon*. Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 1978. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16781>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. *Teoria dos objetos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In: NAMER, Gérard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia; MARIA, Máira Cunha de Souza; JASTWEBSKI, Silvia Maria de Andrade. Livros e bibliotecas como bens culturais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 12, n. especial, p. 203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615>. Acesso em: 07 jan. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemáticas dos lugares. *Projeto História*, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Mária Amália. *Processos de atribuição de valor*. [Arguição na aula de Memória e Patrimônio, em 28 de maio de 2019]. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2019. Notas.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, Memória e Patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro e sustentável. *Revista Museu: cultura levada a sério*. Rio de Janeiro, 18 maio 2015. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/3098-livro-raro-e-sustentavel.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PEARSON, David. *Provenance research in book history: a handbook*. London: The Bodleian Library, 2019.

POE, Edgar Allan. Marginalia. *United States Magazine and Democratic Review*, November 1844, 15: 484-494.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus, 1997. 3v. Tradução: Roberto Leal Ferreira.

RODRIGUES, Márcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, mai/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/54754>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ROSENTHAL, Bernard M. Cataloging manuscript annotations in printed books: some thoughts and suggestions from the other side of the academic fence. *La Bibliofilia*, vol. 100, no. 2/3, Casa Editrice Leo S. Olschki s.r.l., 1998, pp. 583–95. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26212168>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROWLING, J. K. *Harry Potter e a câmara secreta*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015. Tradução de Lia Wyler.

SANT'ANA, Rizio Bruno. *Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v.2, n.3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10530/ssoar-std-2001-3-santana-criterios_para_a_definicao_de.pdf?sequence=1. Acesso em: 11 jan. 2022.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/1NTF4Rj>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SHERMAN, William Howard. *Used books: marking readers in Renaissance England*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2009.

SICILIANO, Thalles. Livro antigo, livro raro e livro caro. *Frontispício: A história daquele que conta histórias*. Disponível em: <https://frontispicio.wordpress.com/2020/03/29/livro-antigo-livro-raro-e-livro-caro/>. Acesso em: 24 dez. 2021.

SILVA, Priscila. Notas sobre o aparecimento da noção de vestígio em Walter Benjamin. *Cadernos Walter Benjamin*, v. 20. Disponível em: https://www.gewebe.com.br/pdf/cad20/texto_09.pdf. Acesso em: 22/12/2021.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. *DataGramaZero*, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101744>. Acesso em: 04 jan. 2022

SOUZA, Ingrid Lopes de. *Patrimônio Bibliográfico de C&T em universidades: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer*. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) - Programa de

Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://site.mast.br/ppact/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20aluna%20Ingrid%20Lopes%20de%20Souza%20PPACT.pdf> . Acesso em: 08 jan. 2022.

SOUSA JÚNIOR, Anacleto de. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. *Revista ARA*, [S. l.], n. 2, p. 133-157, 2017. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/129315>. Acesso em: 1 jan. 2022.

STELLING, Luiz Felipe. *Ex-libris como objeto de coleção e estudo*. [Entrevista a Mary Komatsu]. Rio de Janeiro: CanalCaçadora de Exlibris, 2021. (Série Bibliotecas, 3)

STODDARD, Roger. *Marks in books, illustrated and explained*. Cambridge: Houghton Library, Harvard University, 1985.

TANKARD, Paul; SPEDDING, Patrick. Introduction: writing between the lines. In: _____. *Marginal notes: social reading and the literal margins*. London: Palgrave Macmillan, 2021

UNESCO. *Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. 2002. 67 p. Disponível em:
<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

VIAN, Alissa Espeon; RODRIGUES, Marcia Carvalho. *Marcas de proveniência bibliográficas: um estudo sobre os ex-libris*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2020. Disponível em:
<http://repositorio.furg.br/handle/1/9360>. Acesso em 22 jan. 2022.